

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**REALISMO MORAL: PROPOSTA A PARTIR
DA TEORIA POPPERIANA DOS TRÊS MUNDOS**

TESE DE DOUTORADO

Mateus Romanini

Santa Maria, RS, Brasil.

2016

REALISMO MORAL: PROPOSTA A PARTIR DA TEORIA POPPERIANA DOS TRÊS MUNDOS

Mateus Romanini

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Área de Concentração em Ética Normativa e Metaética da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Filosofia.**

Orientador: Prof. Albertinho Luiz Gallina

Santa Maria, RS, Brasil.

2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Romanini, Mateus
Realismo Moral: Proposta a Partir da Teoria
Popperiana dos Três Mundos / Mateus Romanini.-2016.
137 p.; 30cm

Orientador: Albertinho Luiz Gallina
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Filosofia, RS, 2016

1. Realismo Moral 2. Metaética 3. Teoria dos Três
Mundos 4. Karl Popper I. Gallina, Albertinho Luiz II.
Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filosofia**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado

**REALISMO MORAL: PROPOSTA A PARTIR
DA TEORIA POPPERIANA DOS TRÊS MUNDOS**

elaborada por
Mateus Romanini

como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Filosofia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Albertinho Luiz Gallina, Dr.
(Presidente/Orientador)

Paulo Eduardo de Oliveira, Dr.

Remi Schorn, Dr.

Jair Antônio Krassuski, Dr.

Ricardo Bins Di Napoli, Dr.

Santa Maria, 10 de março de 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à Karen, quem sempre me deu forças e apoio para que este trabalho pudesse ser concluído. Sem suas ideias, sua avaliação crítica e correções pertinentes, bem como seus elogios, seu carinho e sua sinceridade, esse trabalho não teria alcançado êxito. Obrigado por partilhar comigo e permitir que eu compartilhe contigo nossos momentos, sem isso minha vida seria bem menos feliz.

Aos meus pais e irmão que sempre forneceram apoio mais que necessário para que fosse possível prosseguir com minha formação acadêmica, sempre disponibilizando amor e carinho e compreendendo os momentos nos quais foi necessário nos manter distantes.

Ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia e a todos os professores do curso, em especial ao professor Dr. Albertinho Luiz Gallina, quem aceitou de bom grado orientar essa tese.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo financiamento da pesquisa em seus três primeiros anos.

Há mais coisas no céu e terra, Horácio,
do que foram sonhadas na sua filosofia.
(Hamlet)

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Universidade Federal de Santa Maria

REALISMO MORAL: PROPOSTA A PARTIR DA TEORIA POPPERIANA DOS TRÊS MUNDOS

Autor: Mateus Romanini

Orientador: Albertinho Luiz Gallina

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 11 de março de 2016.

O presente trabalho tem por objetivo principal formular uma proposta de realismo moral baseada na Teoria dos Três Mundos de Karl Raimund Popper. Como há uma gama de posições metaéticas em questão, primeiramente buscamos apresentar o debate metaético contemporâneo de modo a situar algumas das principais posições existentes nele, bem como explicar o porquê de assumirmos o realismo moral. Após tal apresentação, abordamos de modo mais detalhado em que consiste o realismo moral, apresentando algumas de suas principais vertentes bem como algumas críticas mais conhecidas que são feitas a esta posição. Em um terceiro momento, já desenvolvendo a proposta de realismo moral que buscamos formular neste trabalho, explicamos a Teoria dos Três Mundos de Popper, uma teoria que afirma que a realidade da forma que os seres humanos conhecem é composta pela interação de três mundos: o mundo físico (mundo 1), o mundo dos estados mentais (mundo 2) e o mundo das entidades abstratas objetivas (mundo 3). Destes três mundos o que mais nos importa é o mundo 3, pois ele é habitado por diferentes tipos de entidades abstratas objetivas, dentre as quais, sugerimos aqui, estão a ideia de bem e os fatos morais, por isso chamamos nossa proposta de Realismo Moral de Mundo 3. A ideia de bem é por nós considerada como sendo a ideia que regula a busca por soluções para os problemas morais, soluções essas que uma vez instituídas através do uso contínuo da linguagem, especialmente das funções superiores que caracterizam a linguagem humana, se tornam fatos morais objetivos que, por sua vez, são as referências para a verdade do discurso moral e a correção das ações morais. Por fim, buscamos mostrar de que forma nossa proposta satisfaz as condições necessárias para que ela seja considerada um realismo moral e, além disso, apontamos alguns aspectos negativos e alguns aspectos positivos que desde já podemos identificar nesse tipo de realismo. Após sopesar esses aspectos, sustentamos que esta é uma proposta promissora e que, portanto, merece um lugar no rol de posições metaéticas.

Palavras-chave: Realismo Moral. Metaética. Teoria dos Três Mundos.

ABSTRACT

Doctoral Thesis
Postgraduate Program in Philosophy
Federal University of Santa Maria

MORAL REALISM: PROPOSAL FROM THE POPPERIAN THEORY OF THREE WORLDS

Author: Mateus Romanini

Advisor: Albertinho Luiz Gallina

Date and Place of Defense: Santa Maria, March 11th, 2016.

This work is primarily engaged in formulating a moral realism proposition based on Karl Popper's Three Worlds Theory. As there is a range of metaethical positions in question, first we seek to present the contemporary meta-ethical debate in order to place some of the key positions existing in it and explain why we assume moral realism. After this presentation, we approach in more detailed way what constitutes moral realism, presenting some of its main aspects as well some of the best-known criticisms that are made to this position. In a third step, already developing the proposal of moral realism that we fetch to formulate in this paper, we explain the Theory of Three Popper Worlds, a theory which states that the reality of the way that humans know consists of the interaction of three worlds: physical world (world 1), the world of mental states (world 2) and the objective world of abstract entities (world 3). From these three worlds, that most important for us is the world 3 because it is inhabited by different types of objective abstract entities, among which we suggest here, is the idea of good and the moral facts, so we call our proposed World 3 Moral Realism. The idea of good is that we consider to be the idea that governs the search for solutions to moral problems, these solutions once established through continuous use of language, especially of the higher functions that characterize human language, become objective moral facts which, in turn, are the references to the truth of moral discourse and the correction of moral actions. Finally, we seek to show how our proposal fulfills the necessary conditions for it to be considered a moral realism and also point out some negative aspects and some positive aspects since we can already identify in this kind of realism. After weigh these aspects, we maintain that this is a promising proposal and therefore deserves a place in the list of metaethical positions.

Keywords: Karl Popper. Philosophy of Science. Theory of Three Worlds.

Sumário

INTRODUÇÃO	17
1 PANORAMA GERAL SOBRE AS PRINCIPAIS POSIÇÕES METAÉTICAS ..	23
1.1 COGNITIVISMO E NÃO COGNITIVISMO MORAL	25
1.1.2 NÃO COGNITIVISMO MORAL	26
1.1.3 O PROBLEMA FREGE-GEACH	28
1.2 COGNITIVISMO MORAL	31
1.2.1 A TEORIA DO ERRO	31
1.2.2 REALISMO MORAL: UMA EXPLICAÇÃO PROMISSORA SOBRE OS FENÔMENOS MORAIS	33
2 UMA VISÃO GERAL DO REALISMO MORAL	37
2.1 NATURALISMO	41
2.1.1 NATURALISMO REDUCIONISTA	41
2.1.2 NATURALISMO NÃO REDUCIONISTA	47
2.2 NÃO NATURALISMO	49
2.2.1 O INTUICIONISMO DE MOORE	51
2.2.2 A TEORIA DO COMANDO DIVINO	54
2.2.3 O NÃO NATURALISMO DE SHAFER-LANDAU	56
2.4 ARGUMENTOS CONTRA O REALISMO MORAL	59
2.4.1 O ARGUMENTO DA RELATIVIDADE	60
2.4.2 O ARGUMENTO DA ESTRANHEZA	61
2.4.3 O ARGUMENTO DA EXPLICAÇÃO	62
2.4.4 O ARGUMENTO DA SUPERVENIÊNCIA	63
3 A TEORIA DOS TRÊS MUNDOS	65
3.2 A NOÇÃO DE REALIDADE UTILIZADA POR POPPER	66
3.2 A TEORIA DOS TRÊS MUNDOS	72
3.2.1 O MUNDO 1: O PONTO DE PARTIDA PARA O PLURALISMO POPPERIANO	74
3.2.2 AS ESPECIFICIDADES DO MUNDO 3	79
3.2.3 A INTERAÇÃO ENTRE OS TRÊS MUNDOS	82
4 REALISMO MORAL DE MUNDO 3	87
4.1 A IDEIA DE BEM	87
4.2 EM QUE CONSISTEM OS FATOS MORAIS	94
4.2.1 COMO TERIA OCORRIDO A CRIAÇÃO DOS FATOS MORAIS?	97
4.2.2 A REAVALIAÇÃO DOS FATOS MORAIS	100
4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUNS ASPECTOS DA PRÁTICA MORAL COTIDIANA	106
5 POR QUE ASSUMIR O REALISMO DE MUNDO 3	111

5.1 O REALISMO MORAL DE MUNDO 3 PODE SER REALMENTE CONSIDERADO UM TIPO DE REALISMO MORAL?	111
5.1.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO REALISMO MORAL.....	112
5.1.2 REALISMO MORAL DE MUNDO 3 E AS CONDIÇÕES PARA UMA TEORIA REALISTA.....	114
5.2 AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO REALISMO MORAL DE MUNDO 3	115
5.2.1. ALGUNS ASPECTOS NEGATIVOS DA PROPOSTA	115
5.2.2 ALGUNS ASPECTOS POSITIVOS DA NOSSA PROPOSTA	119
5.2.2.1 DE QUE MANEIRA O REALISMO MORAL DE MUNDO 3 LIDA COM OS PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELO REALISMO MORAL?.....	120
5.2.2.1.1 Respostas aos argumentos da relatividade e da estranheza.....	120
5.2.2.1.2 Resposta ao problema da explicação.....	122
5.2.2.1.3 Resposta ao problema da superveniência	125
5.2.2.2 DE QUE MANEIRA O REALISMO MORAL DE MUNDO 3 PODERIA VIR A CUMPRIR AS TAREFAS CRUCIAIS IMPOSTAS AO REALISMO MORAL?.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133

INTRODUÇÃO

A metaética é uma área da filosofia que visa compreender e refletir sobre a prática da ética, pensar e, dentro do possível, explicar os diversos aspectos que compõem essa prática. Os temas tratados pela metaética não necessariamente exigem a adoção de uma posição moral particular, isso seria assunto para a ética aplicada. No entanto é inegável que pensar sobre a prática da ética pode levar a tomada de determinadas posições morais e seja qual for o papel da metaética na tomada de uma posição moral, é inegável que tal atitude deve envolver reflexão sobre os pressupostos e compromissos assumidos por aqueles que se engajam moralmente. Sob este aspecto, a metaética parece preocupar-se mais com o background no qual os debates da ética aplicada ocorrem do que com a tomada de uma determinada posição ética, embora a aceitação de determinados pressupostos metaéticos possa vir a influenciar qual posição ética um sujeito moral virá a assumir.

Enquanto uma disciplina de segunda ordem¹, a metaética busca compreender os pressupostos e compromissos ontológicos, semânticos, epistemológicos e psicológicos que estruturam a moralidade e que são assumidos quando se está levando em consideração um determinado discurso ou prática moral. Tais pressupostos e compromissos trazem consigo uma gama de problemas, alguns dos quais podem ser formulados da seguinte forma: há propriedades ou fatos morais? De que tipo eles são? Como é possível conhecer esses fatos e propriedades? Como eles se relacionam com outros fatos do mundo? Qual o significado dos enunciados morais? O que justifica um enunciado como sendo moral? Como ocorre, se é que ocorre, a conexão entre valores, razões para agir e motivação humana?

Uma das questões centrais do debate metaético é sobre a existência ou não de propriedades ou fatos morais. Nesse debate há, fundamentalmente, duas posições: o realismo moral e o antirrealismo ou não realismo moral. O realismo moral consiste, basicamente, na ideia de que há elementos objetivos que tornam nossos enunciados morais verdadeiros. Por outro lado, o antirrealismo ou não realismo, compartilhado pela teoria do erro e das posições não cognitivistas, afirma que mesmo que venhamos a utilizar nossa linguagem de modo a nos referir a algum fato ou propriedade moral pretensamente objetivo, essa referência simplesmente

¹ Digo ser uma disciplina de segunda ordem porque não é ela propriamente que decide quais são os enunciados ou ações verdadeiras ou falsas, corretas ou incorretas, mas sim investiga os procedimentos e a estrutura da moralidade. Para maiores detalhes sobre o que trata a metaética, ver Fisher (2011, pp. 1 – 9), Miller (2003, pp. 1 – 9) e Sayre-McCord (2011, pp. 1 – 4).

não existe e nosso discurso moral ou está fundamentado em um erro massivo ou então não é como, de modo geral, pensamos que ele seria.

Buscaremos neste trabalho formular uma proposta de realismo moral bastante específica, baseada na tese de Karl Raimund Popper (1902-1994), a qual afirma que a realidade, ou, pelo menos, a realidade que os seres humanos conhecem, é composta por três mundos. Popper é conhecido principalmente por ter sido um dos principais críticos do Positivismo Lógico, movimento surgido no início do séc.XX em Viena, ao propor que o conhecimento humano, mais especificamente o científico, progredia através de conjecturas e refutações e não por meio de um princípio como o da verificação proposto pelos pensadores que assumiam a posição positivista. O autor ficou bastante conhecido também por suas críticas ao marxismo e à psicanálise e por sua luta contra o totalitarismo no âmbito da política. Dentre suas principais obras traduzidas para o português que tratam desses temas podem ser citadas *A Lógica da Descoberta Científica*, *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*, *A Pobreza do Historicismo* e as coletâneas de artigos *Conjecturas e Refutações* e *Conhecimento Objetivo*. Devemos salientar, portanto, que Popper não é um pensador associado a estudos e pesquisas em metaética, mas pensamos que sua Teoria dos Três Mundos, desenvolvida principalmente em suas obras pós 1960, pode viabilizar uma proposta bastante promissora nessa área, especialmente por permitir uma abordagem diferenciada sobre o que são os fatos morais.

Uma vez que o interesse primordial do pensador austríaco era a cosmologia e, acreditamos, a ética é uma das partes mais importantes do nosso sistema cosmológico, torna-se importante analisar o papel ou o lugar que a ética ocupa nesse sistema. Se, por um lado, acrescentamos uma novidade ao introduzir a metaética no contexto da teoria popperiana, por outro, a Teoria dos Três Mundos vem a acrescentar novas possibilidades ao debate metaético contemporâneo, possibilitando um tipo de realismo moral distinto das posições comumente conhecidas. Em grande medida, podemos afirmar que um realismo moral como o que estamos propondo pode fornecer uma terceira via entre os realismos de tipo platônico e de tipo naturalista, ambos dogmáticos por estabelecerem rigidamente e de forma incontestes o “mundo” que torna nossos enunciados morais verdadeiros. Como veremos, nossa abordagem aponta para um realismo que se apoia em alguns elementos de ambas as vertentes, além de possuir um viés que se assemelha bastante ao construtivismo moral o que proporciona uma certa fluidez para análise da realidade de entidades ou fatos morais e da verdade dos enunciados morais.

Popper propôs uma noção de realidade composta pela interação de três mundos: o mundo físico ou mundo 1, o mundo dos estados mentais ou mundo 2 e o mundo das entidades abstratas objetivas ou mundo 3. Utilizando-se da noção de emergência, o autor afirmou que

devido a alta complexidade à qual chegou o mundo 1, surgiu o mundo 2 e que a relação destes dois mundos culminou com o desenvolvimento de determinadas funções da linguagem humana, a função descritiva e a função argumentativa, o que resultou no surgimento de um terceiro mundo. O mundo 3 é habitado por diferentes tipos de entidades, como teorias, números, objetos da lógica, ideologias e religiões. Essas entidades do mundo três, como veremos, possuem algumas características fundamentais: são abstratas, objetivas, autônomas, normativas e institucionais. Devemos afirmar que, por tomarmos a Teoria dos Três Mundos como pressuposto para a formulação do realismo moral por nós proposto, não nos deteremos em discutir sobre essa teoria, isso pode ser assunto para outro trabalho.

O realismo moral que buscamos formular consiste em afirmar que fatos morais são entidades do mundo 3 e, enquanto tais, possuem as características acima descritas e, portanto, são reais. Tendo em vista nossa proposta, este trabalho será dividido em duas grandes partes: uma, de caráter mais bibliográfico, que consiste na apresentação de algumas das posições metaéticas mais importantes e reconhecidas no debate metaético e, mais especificamente, do realismo moral e suas variações; e a outra parte, que consiste na proposição de um tipo específico de realismo moral, a saber, a proposta de um Realismo Moral de Mundo 3, fundamentado na Teoria dos Três Mundos de Karl R. Popper e em como (e se) essa teoria é capaz de responder a alguns problemas relacionados às teorias morais realistas, bem como avaliar se nossa proposta satisfaz as condições que qualquer teoria realista sobre a moralidade deve satisfazer para ser considerada realista. Sendo assim, dividimos o trabalho em cinco capítulos.

Primeiramente, trataremos de colocar o leitor a par do debate metaético contemporâneo que se desenvolveu a partir da obra seminal de G.E. Moore, *Principia Ethica*, na qual o autor apresenta o que ele chamou de Argumento da Questão Aberta. Os desenvolvimentos em metaética parecem, em grande medida, parecem responder ao argumento mooreano. Veremos que embora Moore fosse claramente um cognitivista, os mais imediatamente beneficiados por seu argumento foram os não cognitivistas. Faremos então uma breve apresentação do debate entre cognitivistas e não cognitivistas, centrado especialmente na discordância sobre se os enunciados morais são ou não portadores de verdade. Em detrimento do não cognitivismo, abordaremos um problema central que atinge frontalmente essa posição, tal problema é conhecido no debate metaético com Problema Frege-Geach. Após a apresentação desse problema e da conclusão de que as respostas não cognitivistas a ele levam a posição em direção ao cognitivismo, assumimos que o cognitivismo é uma posição mais promissora do que o não

cognitivismo. Mostraremos que o cognitivismo se divide quando o assunto é a existência de fatos ou propriedades morais. Sob este aspecto, apresentaremos, de um lado, os teóricos do erro e, de outro, os realistas morais. Por fim, ao término do capítulo apresentamos as razões pelas quais resolvemos assumir o realismo moral como uma posição mais promissora do que a Teoria do Erro.

No segundo capítulo, abordaremos especificamente o realismo moral e suas nuances. Apresentaremos, em um primeiro momento, o debate geral no interior da posição sobre o que, de fato, caracteriza o realismo moral para então adentrar em suas abordagens mais específicas. Como veremos, essas abordagens podem ser de dois tipos: uma naturalista, a qual afirma que propriedades e fatos morais são redutíveis ou são elas mesmas propriedades e fatos naturais, isto é, objetos de análise e estudo das ciências empíricas; e uma não naturalista, cuja ideia central é que esses fatos e propriedades morais são não naturais e irredutíveis a propriedade e fatos naturais. Partindo da ideia de que propriedades morais tem a propriedade de serem normativas, assumimos que o realismo moral não naturalista parece descrever de forma mais fidedigna a atividade moral humana. Ao término do capítulo apresentaremos algumas objeções bastante conhecidas que afetam ambas as espécies de realismo moral e que, conseqüentemente, uma teoria realista sobre a moralidade deve ser capaz de responder ou, pelo menos, apontar uma resposta.

No capítulo 3 apresentamos a base teórica da nossa proposta, a saber a Teoria dos Três Mundos de Karl Popper. Iniciamos descrevendo a forma como o autor compreende a realidade, que fundamenta o realismo que é visto na Teoria dos Três Mundos. Segundo Popper, real é tudo aquilo que exerce influência causal sobre os objetos físicos. Nesse sentido tanto entidades ou fenômenos mentais, quanto entidades abstratas objetivas como teorias, ideologias, religiões e, sugerimos aqui, fatos morais, podem ser consideradas reais. Tal noção de realidade endossa o realismo que subjaz a Teoria dos Três Mundos, a saber, que a realidade é composta por três mundos, cada um com suas entidades particulares que são capazes de exercer mudanças nos demais mundos, modificando assim a realidade como um todo. Devido a sua vital importância para a formulação da nossa proposta, destacaremos as características desses três mundos e explicaremos, sobretudo, o desenvolvimento deles, isto é, como surge o mundo 2 a partir do mundo 1 e como, a partir das interações entre os mundos 1 e 2, emergem o que Popper denominou de funções superiores da linguagem, tornando assim possível o surgimento do mundo 3. Abordaremos, também, como ocorrem as interações entre eles, interações essas que produzem mudanças no interior de cada um desses mundos e na realidade como um todo. Cabe mencionar aqui que não argumentaremos a favor ou contra essa posição, mas simplesmente a

tomaremos como pressuposto para sustentar o realismo moral cuja proposta passaremos a formular em seguida.

Após apresentarmos a Teoria dos Três Mundos, passaremos, no quarto capítulo, ao desenvolvimento da nossa proposta de um Realismo Moral de Mundo 3. Iniciaremos o capítulo apresentando uma ideia fundamental para o realismo que propomos: a ideia de bem. Propomos que essa ideia emerge no mundo 3, em algum momento da evolução humana, como uma ideia norteadora na busca dos seres humanos em sua luta cotidiana pela sobrevivência e por melhores condições de vida. Contudo, como jamais estamos justificados em afirmar que alcançamos ou estamos de posse da ideia de bem, tal ideia não pode servir como um guia prático para o cotidiano dos seres humano. É nesse ponto que, sugerimos, surgem os fatos morais. Como veremos neste capítulo, desenvolvemos a hipótese de que tais fatos seriam resultado do contínuo uso das funções superiores da linguagem, uso esse que fez com que esses fatos emergissem enquanto entidades do mundo 3 e, enquanto tais, passassem a fazer parte da realidade humana. Estes fatos, então, por possuírem todas as características das demais entidades do mundo 3, causariam efeitos no mundo físico a partir da sua apreensão pelo mundo 2, sendo assim, reais. Por serem entidades do mundo 3, portanto, os fatos morais podem ser revisados uma vez que estejam mais sendo um entrave à busca pelo bem do que um meio através do qual esse bem pode ser alcançado. Por fim fazemos uma breve análise de como as ideias expostas neste capítulo se relacionam com a moralidade cotidiana, desde como aprendemos os fatos morais até de que modo podemos compreender a verdade dos enunciados e a correção das ações morais.

No último capítulo, abordaremos algumas razões pelas quais pensamos que o realismo moral apresentado no capítulo 4 pode ser uma alternativa viável às demais posições realistas apresentadas no capítulo 2. Para tanto, tentaremos mostrar de que modo nossa proposta pode ser alocada sob o rótulo amplo do realismo moral. Primeiramente apresentaremos as características gerais do realismo moral buscando destacar as condições que uma teoria deve satisfazer para fazer parte desse grupo de posições. Findada essa apresentação buscaremos demonstrar que nossa proposta satisfaz essas condições. Posteriormente desenvolveremos algumas ideias que podem surgir como possíveis debilidades ou aspectos negativos em nossa proposta, bem como algumas ideias sobre possíveis aspectos positivos que podem vir a tornarem-se argumentos favoráveis à nossa proposta.

Esperamos que após essa trajetória tenhamos conseguido mostrar tanto que é possível formular uma teoria metaética de cunho realista a partir da Teoria dos Três Mundos, quanto

mostrar que essa proposta é merecedora de estar no rol de posições metaéticas relevantes no debate contemporâneo.

1 PANORAMA GERAL SOBRE AS PRINCIPAIS POSIÇÕES METAÉTICAS

Embora seja possível rastrear debates metaéticos sobre a natureza da justiça já nos diálogos platônicos (SAYRE-McCORD. 2012, pp. 3–6), discussões sobre metaética tornaram-se foco de debates filosóficos principalmente no início do século XX a partir da famosa obra de G. E. Moore, *Principia Ethica*. Esta obra pode ser considerada como a abertura dos debates atuais em metaética, pois, de algum modo, as obras e teorias posteriores nesse campo parecem tomá-la como referência tanto no sentido de seguir os argumentos nela tratados, quanto no sentido de criticá-la.

No *Principia Ethica*, Moore afirmou que “bom” é indefinível e se trata de uma propriedade simples, irreduzível e não natural que pode ser conhecida somente por meio de intuição. Utilizando-se do argumento da questão aberta, o autor afirmou que muitos filósofos não se deram conta disso, cometendo assim o que ele chamou de falácia naturalista. Em sua investigação sobre o que é bom, Moore buscava respostas sobre o que é o bom e não que espécies de coisas são boas. Segundo Sayre-McCord (In: COPP. 2006, p.45),

Para a questão “o que é bom?” – onde não estamos perguntando que coisas são boas mas sim o que é a propriedade “bondade” – parece haver três e somente três possíveis respostas:

1. Bondade é uma propriedade complexa que pode ser segmentada em partes através de análise, em tal caso alguém pode oferecer uma definição esclarecedora da propriedade que funcione identificando as várias partes que combinam para constituir a bondade (do mesmo modo que, por exemplo, alguém pode definir a propriedade de ser solteiro como sendo um humano do sexo masculino de uma certa idade que é não casado).
2. Bondade é uma propriedade simples que não pode ser segmentada em partes através de análise, neste caso as definições precisas são apenas aquelas que são substituídas por sinônimos e então não lançam nenhuma luz real sobre a natureza da propriedade. (Deve haver pelo menos algumas propriedades simples, argui Moore, desde que elas sejam necessárias, como blocos de construção com os quais todas as propriedades mais complexas teriam de ser construídas.)
3. A bondade não é de todo uma propriedade e a palavra “bom” é carente de significado, nesse caso, evidentemente, nenhuma definição pode ser oferecida.

Ao responder à pergunta sobre o que é bom apelando à segunda resposta, Moore afirmou que termos morais como “bom” diferem significativamente de termos que se referem a propriedades naturais, como o termo “prazeroso”. Esses termos se referem a propriedades de natureza completamente diferente. Richard Brandt (1996, p. 2) afirmou que o argumento da questão aberta tinha como alvo principal algumas teses naturalistas. Segundo essas teses alguns enunciados portadores de avaliação moral seriam equivalentes a enunciados que podem ser

confirmados pelos métodos empíricos da ciência. Moore afirmou que “bom” não poderia ser uma propriedade dessa natureza, o que levou sua investigação em direção ao não naturalismo.

Para sustentar sua concepção, Moore apresenta o argumento da questão aberta. Nesse argumento, o autor parte da premissa de que, se for possível definir “x” (solteiro) como sendo “y” (não casado) e “x” e “y” forem compreensíveis, então a pergunta sobre se um dado “x” é “y” será uma questão fechada, não restando dúvida sobre se aquelas coisas às quais o conceito x se aplica também são y, isto é, não haverá dúvida de que o conceito x se aplica a elas caso o conceito y se aplique a elas – por exemplo, se eu defino o conceito “solteiro” como “homem não casado”, então, caso Paulo seja não casado, não restará dúvida de que ele é solteiro. Isso ocorre porque Moore parte do pressuposto de que uma definição estabelece uma sinonímia. Se essa dúvida persistir, então ela será uma questão aberta e podemos concluir que não se conseguiu, propriamente, definir o conceito que se estava tentando definir. Segundo Moore, esse segundo caso ocorre com a definição de “bom”, pois qualquer definição que se tente oferecer de “bom”, como “prazeroso” por exemplo, se elas são, além de prazerosas, também boas. Deste modo, Moore não acreditava que fosse possível encontrar uma definição para “bom”, pois apenas objetos complexos podem ser definidos. Portanto, por denotar um único objeto simples, bom é um predicado indefinível (MOORE. 2002, pp. 58-60).

Apesar de seu argumento tratar principalmente da definição de “bom”, Moore não estava preocupado tão somente com questões terminológicas. Visto que o termo “bom” é indefinível, o autor pensou que a propriedade moral de ser bom era irreduzível a qualquer outro tipo ou espécie de propriedade, natural ou não natural. Moore opôs-se então àqueles filósofos que buscavam reduzir a propriedade bom a qualquer outro tipo de propriedade, como, por exemplo, ser prazeroso ou ser o desígnio de Deus. Segundo Moore, um predicado moral como “ser bom” é uma qualidade que não pode ser confundida com qualquer outra qualidade natural ou não natural. Ao confundir a “bondade” com uma propriedade de outro tipo, como “prazeroso” ou “agradável”, incorre-se na “falácia naturalista”. Sendo assim, termos morais como “bom”, “mau”, “justo” ou “injusto” não podem ser definidos por meio de quaisquer outros tipos de propriedades. Sendo assim, a falácia naturalista decorre do erro de tomar uma propriedade natural como parte da definição do que seja o predicado “bom”, ou mesmo identificando-a com tal predicado.

Moore pensava que o argumento da questão aberta tinha implicações para a propriedade da bondade de modo que, sendo “bom” indefinível, ele somente poderia ter um referente, que seria a propriedade de ser bom ou a bondade. Sendo assim, concluiu Moore, “bom” é indefinível

e a qualidade ou propriedade de ser bom é irreduzível e qualquer tentativa de redução acarretaria a falácia naturalista (MOORE. 2002, p.61).

O argumento da questão aberta influenciou muitos filósofos a pensar as propriedades morais como se elas não pudessem ser identificadas a propriedades naturais ou mesmo não naturais, assim como Moore. Outros por sua vez, viram problemas com a metafísica que envolve as propriedades não naturais relacionadas à moralidade qualificando-as como carentes de sentido ou, então, aceitando o naturalismo e a possibilidade de identificá-las com outros tipos de propriedades. Apesar de os problemas apontados por alguns pensadores (como o paradoxo da análise, por exemplo), o argumento da questão aberta exerceu e exerce considerável influência nos debates em metaética².

Embora Moore fosse um cognitivista, foram os não cognitivistas os maiores beneficiados por seu argumento, pois ele sugere que a moralidade é essencialmente prática. Isso se seguiria da indefinibilidade do termo “bom”, qualquer tentativa de definição de “bom” falha porque não captura uma característica prática da moralidade, que é a natureza prática dos julgamentos sobre o que é bom. Por outro lado, os cognitivistas, ao assumirem que fazer um julgamento é expressar uma crença, teriam maior dificuldade em demonstrar essa natureza prática motivadora dos julgamentos morais. Segundo os não cognitivistas, a ligação entre julgamentos ou afirmações morais e motivação para agir moralmente se dá porque enunciados morais não expressam crenças, que por si só não são motivadoras, mas sim estados motivacionais de desejo, aprovação e comprometimento.

1.1 COGNITIVISMO E NÃO COGNITIVISMO MORAL

A posição de Moore seria o que se costuma chamar em metaética de “cognitivism moral”, segundo o qual enunciados morais expressam uma crença daquele sujeito que o está proferindo. De acordo com o cognitivism, ao proferir um enunciado como “Matar pessoas é errado.”, por exemplo, o sujeito está expressando uma proposição com conteúdo moral, acompanhado de seu estado cognitivo de crença nessa proposição, isto é, de considerá-la como uma proposição verdadeira. Conforme os não cognitivistas, por outro lado, os enunciados morais não têm a função de expressar crenças morais, mas sim estados de natureza não cognitiva do sujeito que os enuncia. O tipo de estado de natureza não cognitiva que se considera

² Mais detalhes sobre o argumento de Moore e seus problemas serão tratados no próximo capítulo, no qual abordaremos o realismo moral de modo geral bem como algumas de suas versões mais conhecidas.

como expresso por enunciados morais varia conforme o autor. Alguns autores afirmam ser um sentimento ou emoção (AYER, 1952), outros afirmam ser imperativos universalizáveis (HARE, 1952), ou mesmo projetar atitudes avaliativas subjetivas como se fossem propriedades dos objetos avaliados (BLACKBURN, 1984). Mas de maneira geral, pode-se afirmar que, para o não cognitivista, quando um sujeito profere um enunciado como “Matar pessoas é errado”, o sujeito está expressando, não sua crença na proposição expressa, mas sim um estado de natureza não cognitiva dele em relação ao tipo de ato ao qual está fazendo referência (matar pessoas), seja esse estado um sentimento, uma atitude de desaprovação, ou um imperativo que o sujeito considera universalizável.

Em seguida abordaremos essas duas grandes posições metaéticas com mais detalhes.

1.1.1 NÃO COGNITIVISMO MORAL

Embora Moore fosse um cognitivista, foram os não cognitivistas os maiores beneficiados por seu argumento, pois, na visão deles, ele sugeriria, dada sua conclusão de que “bom” é indefinível, que a moralidade é essencialmente prática. Qualquer tentativa de definição de “bom” falha porque não captura uma característica prática da moralidade, que é a natureza prática dos julgamentos sobre o que é bom. Por outro lado, os cognitivistas, ao assumirem que fazer um julgamento é expressar uma crença, teriam maior dificuldade em demonstrar essa natureza prática motivadora dos julgamentos morais. Segundo os não cognitivistas, a ligação entre julgamentos ou afirmações morais e motivação para agir moralmente se dá porque enunciados morais não expressam crenças, que por si só não são motivadoras, mas sim estados motivacionais de desejo, aprovação e comprometimento.

Como dito acima, o não cognitivismo estipula que afirmações morais expressam algum estado não cognitivo, e, conseqüentemente, visto que esses estados de natureza não são portadores de verdade, o não cognitivista afirma que afirmações morais também não o são. É preciso salientar que, segundo os não cognitivistas, as afirmações morais não são descrições dos nossos estados mentais, isso seria um tipo de cognitivismo, pois descrições são portadoras de verdades, mesmo que potenciais.

Há, pelo menos, duas espécies de teorias não cognitivistas que são centrais para a crítica ao realismo moral. (1) O emotivismo, segundo o qual enunciados morais expressam ou evocam atitudes não cognitivas frente aos vários objetos sem asserir que o falante possua essas atitudes (AYER, 1952), e (2) o *quasi-realism*, que parece propor uma simulação das características da prática moral realista em um contexto não realista. Dentre essas características, as principais

parecem ser a preocupação com a correção, a falibilidade humana e a independência da ética frente aos sentimentos e emoções. Segundo Blackburn (BLACKBURN, 1993), o *quasi-realism* é capaz de explicar como o não cognitivista pode tratar da moralidade nos mesmos termos que o realista, e que seu programa pode fazer isso de modo que torna o não cognitivismo mais atrativo do que o realismo e o cognitivismo.

Segundo Mark van Roojen (2013, p. 5), o não cognitivismo é uma forma de antirrealismo moral que afirma que não há coisas como propriedades ou fatos morais. Deste modo, enunciados morais não possuem nenhum conteúdo proposicional, portanto não são portadores de verdade. Além disso, expressões ou elocuições morais não expressam estados mentais cognitivos, como as crenças por exemplo, mas sim atitudes não cognitivas similares aos desejos e sentimentos de aprovação e desaprovação. Deste modo, há duas teses centrais que caracterizam o não cognitivismo moral: a tese do *não factualismo semântico*, segundo a qual enunciados morais predicativos não expressam proposições nem são portadores de verdade ou falsidade; e a tese do *não cognitivismo psicológico*, a qual afirma que enunciados morais não expressam estados mentais cognitivos (VAN ROOJEN. 2013, pp. 2-4).

Há, pelo menos, um tipo de teoria não cognitivista que aceita apenas umas das duas teses centrais. Se essa teoria é plausível, isso sugere que as teses são logicamente independentes entre si o que causa o problema de estabelecer qual delas de fato é a mais fundamental para caracterizar o não cognitivismo. Um exemplo disso são os ficcionalistas, que afirmam que entidades ou propriedades morais são ficções utilizadas no discurso moral que de fato não existem, dentre os quais pode ser mencionado o *quasi realism* de Simon Blackburn. Eles aceitam apenas a tese do não cognitivismo psicológico, aproximando-se dos teóricos do erro por afirmarem que enunciados morais portam valor de verdade, embora não sejam verdadeiros.

No entanto, para os ficcionalistas, o discurso moral não é um erro como para os teóricos do erro. O que ocorre é que as pessoas tomam esse discurso por verdadeiro (o que é diferente de ser verdadeiro), fazendo com que o estado mental expresso seja uma intenção para agir como se o julgamento que a expressa fosse verdadeiro, isto é, um enunciado moral expressa uma crença sobre algo que de fato é uma ficção (BLACKBURN. 1993, p. 155).

Os não cognitivistas afirmam que Moore estava certo ao dizer que termos morais não podem ser definidos em termos não morais. Por outro lado, afirmam que o autor estava errado em concluir, ainda assim, que existiriam propriedades não naturais, embora *sui generis*, às quais termos morais como “bom” fariam referência.. O não cognitivista nega que existam tais propriedades, rejeitando assim, o realismo, e afirma que julgamentos morais não expressam crenças, mas sim estados não cognitivos. Parte da atração do não cognitivismo é que ele parece

respeitar os *insights* do trabalho de Moore sobre o caráter prático motivacional da moralidade sem recorrer ao não naturalismo, que é pensado ser ontologicamente problemático. No entanto, há um problema que parece ameaçar gravemente o não cognitivismo: o problema Frege-Geach..

Não cognitivistas afirmam que julgamentos morais expressam estados não cognitivos como emoções (AYER, 1952), prescrições (HARE, 1952) e estados de não aceitação (GIBBARD, 1990). Além do mais, mesmo pensando que os julgamentos morais expressam estados não cognitivos, não cognitivistas não pensam que isso é evidente na linguagem cotidiana. No tocante a isso, tanto cognitivistas quanto não cognitivistas almejam manter a linguagem moral como ela é. O problema Frege-Geach está relacionado a esse uso da linguagem (SCHROEDER, 2008, p. 715).

1.1.2 O PROBLEMA FREGE-GEACH

O problema Frege-Geach surgiu como um desafio aos não cognitivistas. Peter Geach (1965) afirmou que o significado dos termos morais não varia através de contextos asseridos e não asseridos ou, pelo menos, não é isso que pensamos ocorrer quando utilizamos a linguagem moral. Contudo, se o não cognitivismo for verdadeiro, então o significado dos termos morais será variável conforme o contexto. Portanto, ou o não cognitivismo está errado, ou estamos enganados sobre como nossa linguagem moral funciona. Frente a isso, parece que rejeitar o não cognitivismo é a escolha mais simples e atrativa, pois parece que temos alguma autoridade sobre como nossa linguagem moral funciona.

Se o não cognitivismo é correto, então quando fazemos uma afirmação moral estamos expressando um estado não cognitivo, enquanto que quando não fazemos uma afirmação moral não expressamos tal estado. Por exemplo, se afirmamos que “matar é errado”, expressamos um estado não cognitivo visto que o termo moral está inserido em um contexto com forma assertiva. Segundo o não cognitivismo, embora usemos a linguagem moral predominantemente na forma assertiva, ou seja, usando enunciados com a forma de asserções, os quais são usados, via de regra, para expressar crenças, tais enunciados não estariam, de fato, expressando crenças. Quando asserimos “matar pessoas é errado”, por exemplo, estaríamos expressando um estado de natureza não cognitiva. Por outro lado, porém, parece natural concluir que, em certos contextos em que o enunciado moral não está sendo asserido, o falante não expressaria nenhum estado de natureza não cognitiva. Por exemplo, na afirmação “se matar pessoas é errado, então israelenses não devem matar palestinos”, a cláusula “matar pessoas é errado” aparece como antecedente do condicional. O condicional como um todo diz que, se a condição for satisfeita,

então aquilo que aparece no conseqüente necessariamente o será ou, recorrendo à explicação tradicional (que pressupõe o cognitivismo e é feita em termos de valor de verdade), se o antecedente for verdadeiro, então o conseqüente também o será. Em sendo o antecedente do condicional, “matar pessoas é errado” não está sendo asserido propriamente. Poderíamos então concluir que ele não está expressando um estado não cognitivo do falante que profere o condicional em relação ao ato de matar pessoas.

Além do condicional, há muitos outros contextos não assertivos em que enunciados morais podem ser utilizados, por exemplo, disjunções e perguntas. A ideia chave aqui para compreendermos o problema Frege-Geach é que a partir da maneira como o não cognitivista explica a função semântica dos enunciados morais, é possível concluir que, em contextos de asserção os enunciados morais expressam estados de natureza não cognitiva, mas em contextos não assertivos eles não expressam esse tipo de estado.

O problema Frege-Geach surge porque, segundo o não cognitivismo, o significado da afirmação varia dependendo se um estado não cognitivo está sendo expresso ou não. Uma mesma afirmação moral, ao expressar um estado não cognitivo, terá um significado diferente quando não expressar tal estado. Dado que nosso discurso moral às vezes permite fazer afirmações morais e outras vezes usa afirmações morais sem as asserir, então parece que se o não cognitivismo for correto o significado das afirmações morais não é unívoco. Essa fluidez do significado é altamente contraintuitiva e problemática para o funcionamento da linguagem moral.

Se isso está correto até mesmo o *modus ponens*, embora seja uma regra de inferência válida, se torna problemático para os não cognitivistas. Um exemplo serve para ilustrar esse problema:

1. Torturar é errado.
 2. Se torturar é errado, então ordenar tortura é errado.
- Portanto,
3. Ordenar tortura é errado.

Esse exemplo parece válido, mas para o não cognitivista não é. Em (1) foi asserido que “torturar é errado”, mas em (2) “torturar é errado” não foi asserido. Conseqüentemente, o não cognitivista sustentará que em (1) um estado não cognitivo está sendo expressado, enquanto que em (2) essa expressão não ocorre. Portanto, “torturar é errado” tem significados diferentes em (1) e (2). Mas se há uma diferença no significado então o argumento não pode ser válido, já que essa mistura de significados implica que há uma falácia informal sendo cometida: a *falácia*

do equívoco (FISHER. 2011, p.95). Deste modo, o problema Frege-Geach mostra que para o não cognitivista o uso de termos e enunciados morais no *modus ponens* acarreta uma falácia.

Por outro lado, o problema Frege-Geach aplicado ao *modus ponens* não se aplica ao cognitivismo. O cognitivista pode argumentar que o *modus ponens* moral é válido no mesmo sentido que o *modus ponens* não moral. Para o cognitivista, o que uma afirmação descreve não muda dependendo do contexto no qual está inserida, o significado independe do contexto. Independentemente se uma asserção está sendo feita ou não o significado da afirmação, isto é, sua descrição não vai mudar conforme o contexto, como ocorre com o caso acima mencionado.

O problema para o não cognitivista é que não há um estado não cognitivo que seja análogo a uma proposição, o que bem poderia levar à rejeição do não cognitivismo. No entanto, os *quasi* realistas pensam que tal análogo não é necessário. A primeira resposta de Blackburn ao problema tem como ideia chave a noção de sensibilidade, isto é, o conjunto das disposições que fundamentam como as pessoas reagem em determinadas circunstâncias, isto é, às suas atitudes (BLACKBURN. 1993, p.125ss).

Embora cada pessoa tenha sua sensibilidade particular, parece que há aprovação de algumas sensibilidades sobre as outras. Em particular, há uma tendência de que aquelas sensibilidades que fazem com que as pessoas sejam consistentes em suas reações sejam endossadas pela maioria das pessoas, enquanto que sensibilidades que tornam as pessoas inconsistentes em suas reações sejam desaprovadas. A esse segundo tipo de sensibilidade Blackburn chamou sensibilidade fraturada. O autor sugeriu que o uso dessa aprovação e desaprovação de sensibilidades poderia resolver o problema Frege-Geach, pelo menos no caso do *modus ponens*.

A proposta de Blackburn é que, no caso moral do *modus ponens*, a validade não é realmente a validade como tradicionalmente é entendida. Segundo o autor, validade consistiria na consistência da sensibilidade moral, um *modus ponens* válido seria aquele que sustenta uma sensibilidade moral consistente ou não fraturada (BLACKBURN. 1993, p. 189ss), onde a aceitação das duas premissas leva racionalmente à aceitação da conclusão. Para Blackburn, o choque de atitudes que ocorre na sensibilidade fraturada, que é objeto de desaprovação, é o responsável pela invalidação do argumento.

A ideia chave dessa proposta é que se utilizando da ideia de que podemos aprovar ou desaprovar a sensibilidade das pessoas, podemos demonstrar porque pensamos que o *modus ponens* moral é válido, quando de fato ele não é. Contudo, essa resposta trouxe consigo uma gama de outros problemas (FISHER. 2011, p.100s), nos quais não entraremos em detalhes.

O relativo sucesso do não cognitivismo, em especial do projeto *quasi* realista, em lidar com os problemas que lhe foram propostos teria tornado sua distinção com o cognitivismo demasiado fraca. Ao tentar explicar as características aparentemente realistas da prática moral, tornou-se cada vez mais difícil sustentar um contraste claro entre cognitivismo e não cognitivismo. Portanto, se a dicotomia não se sustenta, parece não haver razão suficiente para evitar a posição contrária.

Não cognitivistas afirmam que a linguagem nos leva a pensar que o cognitivismo e o realismo são corretos quando de fato eles não o são. Isso significa que ao decidir se é melhor defender ou abandonar o não cognitivismo é preciso que tomemos uma decisão para prosseguir com nossas investigações metaéticas: ou assumimos o não cognitivismo em alguma de suas variações mesmo que isso contradiga o cognitivismo e o realismo implícito no discurso moral; ou assumimos esse discurso como sendo cognitivista e realista. Contudo, há também pelo menos uma teoria cognitivista que contradiz o discurso moral cotidiano, no entanto, sem precisar enfrentar o problema Frege-Geach, que é a teoria do erro, que passaremos a abordar a partir de agora.

1.2 COGNITIVISMO MORAL

Como vimos anteriormente, o cognitivismo moral é aquele posicionamento metaético segundo o qual enunciados morais expressam uma proposição com conteúdo moral, acompanhado da crença do sujeito nessa proposição. Como proposições são portadoras de verdade, os enunciados morais podem ser avaliados em termos de verdade e falsidade de acordo com o cognitivista.

Dentro do cognitivismo, podem ser encontradas várias posições metaéticas distintas entre si. A partir de agora, serão apresentadas duas posições bastante representativas, a Teoria do Erro Moral e o Realismo Moral.

1.2.1 A TEORIA DO ERRO

A Teoria do Erro afirma que todos os nossos julgamentos morais são sistemática e uniformemente falsos. Enunciados morais são feitos com o propósito de descrever valores morais como sendo propriedades objetivas do mundo, isto é, esses enunciados expressam crenças e são portadores de verdade. Por isso a teoria do erro faz parte das teorias cognitivistas sobre a moralidade. No entanto, tais propriedades não existem, portanto, todos os julgamentos

e enunciados morais são inequivocamente falsos (MACKIE, 1990), o que torna a teoria do erro uma forma de antirrealismo, assim como as teorias não cognitivistas.

Pensadores como John Mackie (1990) e Richard Joyce (2003) assumem a teoria do erro, pois consideram o cognitivismo mais atrativo do que o não cognitivismo. Ao contrário do não cognitivismo, o cognitivismo não requer uma interpretação do discurso moral destoante de outros tipos de discursos, uma vez que ele respeita nosso discurso sobre a verdade, falsidade e desacordos e pode também dar conta da autoridade da moralidade, que, segundo Joyce (2003, p.10), é um dos principais problemas das teorias não cognitivistas.

Além do mais, o cognitivismo não precisa enfrentar o problema Frege-Geach, o que significa uma motivação bastante forte para assumi-lo. Mas assumir o cognitivismo não é o mesmo que assumir um realismo, para o qual Mackie (1990, p.36-41) apresentou três problemas: o primeiro é o problema da relatividade, segundo o qual o realista moral precisa explicar porque, mesmo havendo valores morais objetivos, existem códigos morais diferentes; o segundo problema é o problema da estranheza (*queerness*). Segundo Mackie, “se houvesse valores objetivos, então eles teriam que ser entidades ou qualidades ou relações de um tipo muito estranho, de um tipo completamente diferente de qualquer outra coisa no universo” (MACKIE. 1990, p.38). A razão para isso é que Mackie pensou que se valores morais existissem, eles nos dariam razões independentemente da nossa psicologia, ou seja, dos nossos interesses e desejos, o que nenhuma outra entidade no universo seria capaz de fazer. Valores morais seriam, portanto, entidades de um tipo estranho demais para que reconheçamos sua existência; e o terceiro problema é o problema epistemológico, que é uma consequência do problema da estranheza. Se valores morais são completamente diferentes de qualquer outra coisa no universo, então Mackie pensa que os meios de acesso a essas entidades também deveriam ser completamente diferentes das formas normais pelas quais as coisas são acessadas; seria necessário postular uma faculdade especial, algo como uma “intuição moral” (MACKIE. 1990, pp.38-39).

Segundo o teórico do erro, julgamentos morais expressam crenças sobre valores morais objetivos (cognitivismo) e há boas razões para supor que valores morais objetivos não existam (não realismo), portanto, se não há nada que corresponda aos nossos julgamentos morais, então todos os nossos julgamentos morais são falsos, mesmo aqueles que nos parecem indubitavelmente verdadeiros. Sendo assim, parece que a teoria do erro vai contra como pensamos e falamos.

Apesar de considerar os julgamentos morais como sendo falsos, Mackie pensa que deveríamos seguir acreditando na moralidade porque ela regula os relacionamentos interpessoais, controla o comportamento das pessoas e as ajuda a sentirem-se seguras e a resistir

às tentações. A moralidade seria uma espécie de elemento necessário para ordenar a sociedade que, por sua vez, perderia sua capacidade de unir os sujeitos caso a ilusão de uma verdade moral fosse banida. O teórico do erro sustenta que a prática moral é justificada pela sua utilidade e não pela sua verdade.

Dadas às diversas críticas que o argumento da estranheza recebeu, bem como a possibilidade de Mackie ter ignorado o discurso moral cotidiano (FISHER. 2011, pp.47 – 52), muitos filósofos pensaram que a teoria do erro deveria ser adotada apenas como último recurso para explicar o fenômeno da moralidade. Consequentemente, esses filósofos argumentaram pela existência de propriedades e fatos morais bem como pela existência de afirmações morais, isto é, optaram pela tentativa de defender o realismo moral.

1.2.2 REALISMO MORAL: UMA EXPLICAÇÃO PROMISSORA SOBRE OS FENÔMENOS MORAIS

Vimos no decorrer deste capítulo que, para solucionar o problema Frege-Geach, os não cognitivistas, em especial o *quasi* realismo de Blackburn, acabam migrando rumo ao cognitivismo de tal modo que dificulta até mesmo o estabelecimento de uma linha demarcatória entre o cognitivismo e o não cognitivismo. Tendo isso em vista, então por que não adotar este último posicionamento logo de início, sem persistir sob o rótulo “não cognitivismo”?

No final das contas, as tentativas mais promissoras de solução aos problemas apresentados aos não cognitivistas, por migrarem rumo ao cognitivismo como faz Blackburn, parecem indicar que o cognitivismo pode ser uma posição preferível, mais promissora do que o não cognitivismo.

Por outro lado, ao assumirmos o cognitivismo nos deparamos com a teoria do erro moral que aponta uma série de razões para abandonarmos a ideia de que há coisas como fatos ou propriedades morais objetivos. Contudo, como veremos no próximo capítulo, há uma gama variada de modos de defender a existência desses fatos ou propriedades, muitos dos quais acabam por enfraquecer as objeções dos teóricos do erro.

A partir da vulnerabilidade dos argumentos que sustentam a teoria do erro e do fato de a tese de que os agentes morais estão em erro ao sustentarem suas crenças morais ser algo, no mínimo, contraintuitiva, ou seja, ser contrária às nossas intuições mais básicas sobre a prática e o discurso morais, podemos assumir que o realismo moral é um posicionamento preferível se comparado à teoria do erro moral.

O realismo moral, independentemente da espécie que for, assim como a teoria do erro, está do lado cognitivista do debate. O realismo moral estipula que fatos e propriedades morais são reais e que esses fatos e propriedades são, em algum sentido, independentes do que as pessoas pensam, creem e julgam. Sob esse ponto de vista, é possível afirmar que o ato de matar uma pessoa tem a propriedade de ser errado ou diz respeito ao fato de que matar é errado e que essa propriedade ou fato é independente do que as pessoas pensam sobre eles. Contudo, afirmar que propriedades morais existem não é o mesmo que afirmar quais coisas são corretas ou incorretas, boas ou más.

Apesar de, como veremos no próximo capítulo, o realismo moral apresentar uma série de problemas e divergências internas, podemos elencar algumas razões para justificar o porquê de assumirmos que ele é uma posição ou conjunto de posições mais atrativo ou promissor do que as demais posições já apresentadas no presente capítulo.

Fisher (2011, pp.56-60) apontou seis razões favoráveis ao realismo moral. Uma dessas razões diz respeito à nossa linguagem moral cotidiana. Quando dizemos que algo é errado, não parece que estamos meramente expressando nossos estados psicológicos subjetivos de aceitação ou rejeição, afinal, dizer que “matar é errado” parece muito diferente de dizer que “odeio quando matam pessoas”. Quando falamos sobre o certo e o errado ou o bom e o mau, não parece que estamos tratando de meras preferências, gostos ou sentimentos, mas sim, falamos como se essas propriedades morais realmente existissem. Sob este aspecto, o realismo moral, por postular a existência de fatos e propriedades morais, parece ser a melhor escolha para explicar a linguagem e os fenômenos morais.

Além de intuitivamente pensarmos que, ao emitirmos um enunciado moral, ele se refere a algo que existe e faz parte do nosso mundo, parece também que supomos que os enunciados que emitimos são verdadeiros. Se pensamos que os enunciados que emitimos são verdadeiros, então parece coerente pensar que há algo que os torna verdadeiros. Por exemplo, se dizemos que “matar inocentes é errado”, então deve haver alguma relação, característica, fato ou propriedade do mundo que pode tornar isso verdadeiro. Presumimos que o realismo moral é mais promissor do que as demais posições no tocante a explicação dessa relação entre enunciados e verdade.

Outra razão para assumir o realismo moral diz respeito a ideia de que nossas crenças morais muitas vezes convergem. A ideia da convergência supõe que pessoas de diferentes culturas e de diferentes credos podem convergir sobre algumas crenças morais, por exemplo “é errado matar pessoas inocentes”. O que cada cultura ou crença vai entender por “inocente” não é questão a ser discutida aqui, mas sim estabelecer que em cada cultura há um determinado tipo

de pessoas, a saber, os “inocentes”, que é moralmente errado matar. Uma boa razão para crermos que há esse tipo de convergência de crenças morais é assumir que há fatos ou propriedades morais objetivos que podem ser reconhecidos pelas pessoas das mais diversas culturas e que podem produzir nelas essas crenças convergentes.

Outra razão apontada por Fisher, está relacionada à questão dos desacordos morais genuínos. Podemos pensar que o realismo moral disponibiliza a melhor explicação para esses desacordos morais genuínos porque, se há fatos e propriedades morais objetivas, há algo objetivo sobre o que discordar e debater, não se tratando, portanto, de uma divergência entre opiniões ou um conflito de sentimentos. Por exemplo, quando as pessoas debatem seriamente sobre a correção ou incorreção do aborto, não parece que algumas estão simplesmente afirmando que “o aborto deve ser legalizado porque eu penso que isso é certo” enquanto outras simplesmente afirmam o contrário disso, mas sim que elas tentam argumentar sobre algo objetivo, sobre o que é o correto a ser feito.

Aparentemente o realismo moral permite uma melhor explicação sobre o progresso moral. De modo geral, se analisarmos o comportamento das pessoas em suas relações interpessoais parece inegável que tem ocorrido um progresso moral. Alguns exemplos disso são: a escravidão declarada, em oposição à escravidão velada que podemos verificar em uma análise mais minuciosa da sociedade atual, não tem mais o apoio social que tinha há alguns séculos; o trabalho infantil, de modo geral, não é mais socialmente aceito; tratar pessoas com síndrome de Down como aberrações é visto como algo errado; etc. Avaliando esses exemplos, parece mesmo que há algum progresso moral em nossa sociedade e, presumimos, que o realismo moral seja a melhor posição para explicar tal progresso pois, ao postular a existência de fatos e propriedades morais, permite estabelecer referências que permitem uma melhor visualização desse progresso.

Por fim, podemos dizer que nossas experiências enquanto agentes morais parecem mais compreensíveis sob o ponto de vista do realismo moral. De um ponto de vista realista se torna mais fácil compreender porque, mesmo que nossos sentimentos ou crenças sejam contrárias a determinadas ações, as consideramos corretas. Por exemplo, tendemos a pensar que uma mãe, em um estado psicológico tido como normal, não gosta de ver seu filho sofrer, contudo, quando ele faz algo que ela pensa ser errado, ela o pune por acreditar que é o certo a se fazer, mesmo indo contra os seus sentimentos. Uma explicação bastante plausível para isso é admitir que há algo objetivo que prescreve o que o sujeito deve fazer, independentemente dos seus sentimentos e das suas crenças.

Embora tais razões possam ser explicadas de várias formas que não seja apelando ao realismo moral e, conseqüentemente, não provem que o realismo moral é verdadeiro—cremos, inclusive, que isso nem possa ser provado—presumimos que essa posição metaética dispõe de explicações, em geral, mais claras e elucidativas sobre esses fenômenos do que as demais posições brevemente apresentadas neste capítulo. Pensamos, contanto, que essas razões, associadas ao problema Frege-Geach, à guinada rumo ao cognitivismo por parte de algumas posições não cognitivistas e aos problemas relacionados aos argumentos a favor da teoria do erro, são suficientemente fortes para assumirmos o realismo moral, o qual será melhor detalhado no próximo capítulo.

2 UMA VISÃO GERAL DO REALISMO MORAL

Embora nem toda teoria cognitivista seja realista, vimos o caso da teoria do erro, toda teoria moral realista é cognitivista. Embora epistemologicamente seja possível afirmar que o realismo moral é uma posição bem estabelecida, afinal assume claramente o lado cognitivista no debate com o não cognitivismo, há grande discussão sobre se essa posição deve ser assumida prioritariamente sob um enfoque metafísico ou se seria mais profícuo para a posição assumir um enfoque mais semântico.

Enquanto alguns pensadores estão mais preocupados com questões relacionadas à verdade e aos significados da linguagem moral, buscando caracterizar e defender o realismo moral através de uma perspectiva semântica, outros pensadores creem que o realismo moral deve ser caracterizado principalmente a partir de uma perspectiva metafísica ou ontológica.

O que é importante salientar é que o realismo moral, independentemente da perspectiva adotada, é uma posição objetivista, isto é, defende que há enunciados, juízos ou afirmações morais verdadeiros independentemente das características e crenças subjetivas dos indivíduos. Tal característica permite distingui-lo claramente das posições opostas, a saber, as teorias não cognitivistas e as teorias antirrealistas. Sob esse ponto de vista, qualquer tipo de realismo moral deve defender pelo menos duas teses:

- (1) Enunciados morais são verdadeiros ou falsos;
- (2) Há, pelo menos, alguns desses enunciados que são verdadeiros.

Tais teses abarcam tanto as abordagens mais voltadas à semântica, quanto aquelas mais voltadas à metafísica. Segundo Geoffrey Sayre-McCord (*apud* FitzPatrick 2009, p. 746), essas duas teses seriam necessárias e suficientes para caracterizar o realismo moral. A primeira tese busca a rejeição do não cognitivismo, estabelecendo que enunciados morais pretendem descrever estados cognitivos, como nossas crenças por exemplo, e não expressar estados não cognitivos como as emoções, prescrições ou estados de não aceitação. O antirrealismo, especialmente aquele defendido pelos teóricos do erro, é, pelo menos aparentemente, rejeitado pela segunda tese, pois ela afirma que o realismo moral é uma teoria do sucesso devido ao fato de ela apresentar a possibilidade de haver enunciados morais verdadeiros.

Deste modo, a adoção do cognitivismo tão somente não é suficiente para sustentar o realismo moral, é preciso assumir a verdade de alguns enunciados morais, negando assim as teorias do erro. Assim, o que demarcaria a posição realista da antirrealista seria que a primeira

assumiria as duas condições, enquanto que os antirrealistas negariam pelo menos uma dessas condições – não cognitivistas negariam a primeira condição, alegando que enunciados morais não relatam fatos ou descrevem crenças, mas sim expressam outros estados não cognitivos como emoções e sentimentos o que, conseqüentemente, também os leva à rejeição da segunda tese. Teóricos do erro concordam com a primeira condição, no entanto negam que possa haver qualquer enunciado moral verdadeiro, pois os fatos relatados não existem (Sayre-McCord 2011; Joyce 2003), são, portanto, teorias do fracasso e não do sucesso como os realistas morais sustentam. Contudo, outros pensadores consideram as condições propostas por Sayre-McCord insuficientes ou mesmo desnecessárias para caracterizar o realismo moral.

Deborah Smith (2011) propôs que a segunda tese proposta por Sayre-McCord deve sofrer um adendo que, por um lado, acrescenta um compromisso ontológico que os antirrealistas necessariamente precisariam negar e, por outro, leva em consideração a ideia intuitiva de que o realismo traz consigo compromissos ontológicos, o que a formulação inicial de Sayre-McCord parece não considerar principalmente devido a sua preocupação estar mais voltada à semântica do discurso moral do que à ontologia ou metafísica das propriedades e fatos morais. Segundo a pensadora, tal condição ficaria então da seguinte maneira: alguns enunciados são literalmente verdadeiros e dentre esses enunciados estão aqueles da forma “há Xs”, onde X é uma variável que representa valores, fatos, propriedades ou princípios morais objetivos (SMITH. 2011, pp. 27-28).

A posição de Smith (2011), a qual aderimos nesse trabalho, pressupõe uma concepção realista com respeito a verdade segundo a classificação fornecida por Richard Kirkham (1995). Segundo Kirkham, as teorias da verdade dividem-se em dois grandes grupos: as realistas e as não realistas. As teorias realistas são aquelas que exigem a existência de algo externo aos enunciados para a determinação do valor de verdade dos mesmos. As teorias não realistas não contemplam tal exigência. Alguns exemplos do primeiro grupo são a teoria da verdade como correspondência e a teoria da verdade como identidade; do segundo grupo são exemplos a teoria pragmática de William James e a teoria pró-sentencial.

Há autores como Christian Miller (FITZPATRICK. 2009, pp. 746-747), que afirmam que o núcleo do realismo é seu compromisso ontológico com as propriedades e fatos morais objetivos, compromisso esse que independeria dos postulados semânticos propostos por Sayre-McCord. Sendo assim, o que de fato importaria para o realista moral é a existência ou a realidade de propriedades e fatos objetivos independentes da mente humana, sua preocupação seria mais ontológica do que semântica, pois estaria mais voltada para a realidade das propriedades morais e não tanto com a forma como nos referimos a elas.

Sob esse ponto de vista, realistas morais seriam aqueles que afirmam a existência ou realidade de fatos e propriedades morais independentes da mente humana, enquanto que antirrealistas seriam aqueles que afirmam que não há tais fatos e propriedades e mesmo que o discurso moral seja construído como que pretendendo relatar tais fatos ou descrevendo tais propriedades, tal construção se dá porque os fatos são projetados pelas pessoas como se eles realmente existissem.

David Brink (1989, p.14) afirmou que o realismo moral é um tipo de tese metafísica que trata da natureza e do estatuto das asserções morais. O pensador afirmou, em concordância com Smith e Miller, que são duas as teses principais que caracterizam o realismo moral. A primeira afirma que (1) fatos ou verdades morais existem. A segunda tese asseve que (2) tais fatos ou verdades independem de nossas evidências para eles. (BRINK. 1989, p.17).

Segundo essa definição, realistas morais seriam aqueles que pensam que asserções morais estão relacionadas de alguma forma a fatos ou propriedades que independem dos sujeitos que as proferem. Deste modo, fatos morais podem ser considerados uma categoria ontológica ou metafísica na qual seria possível encontrar entidades que de algum modo serviriam como parâmetros de avaliação e regulação dos juízos e enunciados morais tanto referentes a pessoas particulares – como no enunciado “José agiu corretamente” – quanto universalmente – por exemplo, “Matar é errado”. Esse último tipo de juízo, um juízo universal, além de eventualmente descrever um fato moral, também prescreve como as coisas deveriam ser, ou o que não deveria ocorrer, em relação ao comportamento dos indivíduos. Os juízos e enunciados morais seriam avaliados tendo por referência fatos morais objetivos, o que pode fazer com que alguns juízos morais possam ser considerados verdadeiros enquanto outros, falsos.

Segundo essa posição, somente havendo fatos ou propriedades morais objetivas é que se torna possível defender que, mesmo que a maioria das pessoas pense que uma determinada escolha é correta ou que determinada ação é boa, essas pessoas podem estar erradas e que há algo objetivo que pode comprovar e corrigir esse erro. Sustentar que pode haver um mal-entendido sobre o valor atribuído a um determinado juízo somente faria sentido se houvesse algo objetivo com o qual este juízo possa ser confrontado, de modo semelhante a um enunciado empírico que pode ser confrontado com os dados empíricos ou de enunciados da matemática e da lógica, que podem ser confrontados com suas provas. Pode até haver alguma discordância³

³ Sayre-McCord, afirmou que podem inclusive haver sérias discordâncias entre os próprios realistas morais. Segundo o autor (SAYRE-McCORD. *In*: COPP. 2006, p.41), alguns realistas afirmam que fatos morais são um tipo de fato natural enquanto outros sustentam que eles são fatos não-naturais ou mesmo sobrenaturais. Outros

sobre o que realmente são esses fatos, sobre sua natureza e como eles influenciam as ações e tomadas de decisão das pessoas, mas para os realistas morais é inegável a realidade de tais entidades, ou, pelo menos, que há enunciados, afirmações ou juízos morais que são objetivos e que alguns deles são verdadeiros.

Embora não haja consenso sobre o que de fato define o realismo moral, é possível afirmar que essa posição tem como duas de suas características positivas a afirmação de que enunciados morais pretendem ter conteúdo cognitivo e que existem, pelo menos, alguns enunciados morais verdadeiros. Qualquer posição antirrealista deve negar pelo menos uma dessas características, senão as duas. Independentemente dos desacordos que existem entre os próprios realistas morais sobre a natureza do discurso e dos fatos ou propriedades que eles defendem, estes pensadores sustentam que os juízos morais, uma vez que elas sejam verdadeiras, carregam consigo algum conhecimento sobre esses fatos, isto é, suas teorias são cognitivistas.

Conquanto a abordagem semântica esteja bastante disseminada no âmbito do realismo moral, como demonstramos acima, tem sido comum também, em grande parte das teorias realistas, a defesa de determinadas entidades objetivas e independentes de qualquer indivíduo ou grupos de indivíduos. Essas entidades seriam as responsáveis por tornar os enunciados morais verdadeiros ou falsos, isto é, seriam essas entidades objetivas, independentes das atitudes e preferências dos agentes morais, que serviriam como critério de correção moral.

Mesmo havendo algumas teses compartilhadas entre os pensadores que defendem o realismo moral, há um profundo desacordo entre eles não apenas no tocante a quais seriam os enunciados morais que são verdadeiros⁴ (semântica), mas também sobre como conhecemos os fatos ou propriedades morais (epistemologia) e com o que torna esses enunciados verdadeiros (metafísica) – se são propriedades naturais do mundo, se são propriedades metafísicas ou se são alguns outros tipos de propriedades não naturais. Esses desacordos, especialmente o segundo e o terceiro, é que dão origem a tensões conceituais que nos levam a uma bifurcação no realismo moral.

tipos de realistas afirmam que fatos morais podem ser descobertos através de pesquisa empírica, enquanto há os que enxergam a intuição racional ou mesmo a inspiração divina como essenciais para o conhecimento moral. Além disso, há os realistas que acreditam que embora existam fatos morais genuínos, esses fatos são dependentes e um reflexo da natureza ou da prática social humana, tomando assim os fatos morais sob um viés relativista, contratualista ou mesmo construtivista (que, segundo McCord e Harman, são pontos de vista compatíveis com o realismo moral). Tal visão rejeita a ideia de que os fatos morais existem independentemente dos seres humanos e suas práticas sociais. No entanto, na medida em que visam explicar o que os fatos morais realmente são, eles poderiam ser considerados versões do realismo moral.

⁴ Segundo McCord (2011), mesmo em enunciados não morais há dificuldade de estabelecer se eles descrevem ou não os fatos. Portanto, é extremamente difícil definir precisamente quais enunciados contam como sendo morais, motivo pelo qual há tanto debate em torno desse tema.

2.1 NATURALISMO

Uma forma de tratar as propriedades morais seria demonstrar que elas são idênticas às propriedades naturais, propriedades que são objeto de estudo das ciências naturais e também da psicologia. Se a propriedade “bom” é idêntica à propriedade “prazeroso”, então não é estranho dizer que a bondade é real. O problema aqui é como assegurar uma identidade entre propriedades morais e propriedades naturais. Há, pelo menos, duas espécies de abordagem que buscam responder a esse problema: uma reducionista, que abarca as teorias de Richard Brandt (1996), Peter Railton (2003) e de Frank Jackson (1998); e uma não reducionista, atribuída aos realistas de Cornell, que afirmam que propriedades morais são propriedades naturais que não podem ser reduzidas a quaisquer outras propriedades: Richard Boyd (1988), Nicholas Sturgeon (1998) e David Brink (1989). Aparentemente, dentre os naturalistas reducionistas ainda poderiam ser colocados os autores neoaristotélicos (HURSTHOUSE, 1999; THOMSON, 2001) que, inspirados pela obra de Aristóteles, de modo geral afirmam que virtudes existem e que elas podem ser identificadas com o(s) telos da espécie, a saber, sobreviver, reproduzir, sentir prazer e fugir da dor, além de prezar pelo bom funcionamento do grupo (LENMAN, 2013, pp. 21-23).

2.1.1 NATURALISMO REDUCIONISTA

Naturalistas reducionistas argumentam que é possível dar uma definição redutiva dos termos morais, isto é, a definição não precisaria conter qualquer termo moral, possibilitando assim que termos e propriedades morais sejam identificados ou reduzidos a termos e propriedades não morais, seja através de análise descritiva (JACKSON, 1998, p.120), seja através de hipóteses, especulação e tentativa e erro (RAILTON, 2003, pp.13-14; RAILTON, 1986, pp. 171-172). Segundo Richard Brandt naturalistas reducionistas são aqueles que assumem

que *propriedades* morais podem ser conhecidas por serem *idênticas* a propriedades explicáveis em uma linguagem empirista (como “é moralmente correto” sendo idêntico a “maximiza a felicidade entre todos os cursos de ação abertos”), embora essa identificação não possa ser derivada diretamente da reflexão sobre o significado ordinário de termos avaliativos como foi sustentado pelos naturalistas antigos. Em vez disso, a identificação é derivada (usualmente, mas não sempre) como uma consequência da teoria ética normativa ou da reflexão. (BRANDT, 1996, p.7)

Frank Jackson buscou estabelecer, através de uma análise conceitual *a priori*, que propriedades morais são idênticas às propriedades naturais ou, em termos semânticos, que

termos morais são idênticos a termos naturais ou descritivos. Esse pensador foi o principal responsável pela retomada da análise conceitual como uma ferramenta na tentativa de definir termos morais, tal projeto ficou conhecido como *Canberra Plan*, devido ao fato de que o grupo de pesquisadores ao qual Jackson pertencia na Universidade Nacional Australiana, situada em Canberra.

O argumento de Jackson apela à superveniência dos termos morais sobre os termos naturais ou descritivos, isto é, se duas situações definidas têm as mesmas propriedades morais, ambas devem apresentar as mesmas propriedades descritivas. Se duas situações apresentam as mesmas propriedades descritivas, não é possível que essas mesmas situações apresentem propriedades morais distintas (JACKSON. 1998, p.119ss.). Jackson acreditava que se duas propriedades não apenas coincidem, mas também não falham em coincidir em diferentes situações ou mundos possíveis, então não se tratam de duas propriedades diferentes, mas sim de uma e mesma propriedade, logo não há necessidade de postular a existência de duas propriedades distintas, a saber, uma natural e outra ética ou moral.

Não bastando afirmar que propriedades e termos morais são idênticos a propriedades e termos naturais ou descritivos, Jackson buscou apontar quais propriedades descritivas são propriedades morais. Deste modo, o programa reducionista de Jackson buscava definir termos morais em termos puramente descritivos, para isso ele utilizou o método Ramsey-Lewis⁵ como ferramenta de análise. Segundo Fisher (2011, pp. 61 – 63), Jackson sugere um método para que possamos fazer uma análise conceitual bem sucedida dos termos morais, para tanto esse método é composto de quatro etapas: (1) explicar os papéis que cada propriedade moral exercerão em uma determinada explicação. Para fazer isso é necessário elencar todas as verdades associadas a cada termo moral utilizado, termos como correto e incorreto, certo e errado, etc. Contudo, é importante que essas verdades não sejam extraídas da prática moral cotidiana, mas sim daquela que o autor chamou de “*mature folk morality*”⁶. (2) Construir uma lista de verdades dessa moralidade madura em termos de propriedades. Alguns exemplos de verdades desse tipo são:

⁵ Segundo Jackson (1998, p.140): “Nós identificamos propriedades éticas ao aplicar o método de definição de termos teóricos desenvolvido por David Lewis, esboçado no trabalho de F.P. Ramsey e Rudolph Carnap, para a moralidade popular madura, a teoria na qual a moralidade popular atual convergirá sob reflexão crítica”. Tal método foi criado a partir dos desenvolvimentos de Frank Ramsey e aperfeiçoado por David Lewis e visava definir termos teóricos reduzindo-os a outros tipos de termos. Lewis (1970) visava eliminar os termos teóricos das explicações científicas, visando sua substituição por outros tipos de termos.

⁶ Segundo Jackson (1998, p.130) a moralidade popular seria: “a rede de opiniões morais, intuições, princípios e conceitos cujo domínio é parte e parcela de ter uma noção do que é certo e errado, e de ser capaz de se envolver em um debate significativo sobre o que deveria ser feito. Podemos pensar nisso como sendo como psicologia popular em ter uma natureza tripartida: como psicologia popular, contém cláusulas de entrada, cláusulas de função internos, e as cláusulas de saída.” A moralidade popular “madura” seria uma moralidade popular melhorada, alcançada através da reflexão crítica, da discussão e do consenso. (JACKSON. 1998, p.133).

algo não pode ser, simultaneamente, correto e incorreto; se alguém diz que algo tem a propriedade de ser correto e outra pessoa diz que esse mesmo algo tem a propriedade de ser incorreto, então uma das pessoas envolvidas no debate deve estar cometendo um erro; se algo tem a propriedade de ser correto então temos razões para buscar ou efetuar esse algo. (3) Substituir os termos morais contidos nessa lista por outros termos não morais. Variáveis únicas são os termos mais eficazes, por exemplo, substituir o termo “correto” por *C*, substituir o termo “incorreto” por *I*, e assim por diante. (4) Tendo em mãos as verdades morais extraídas da “*mature folk morality*” com os termos morais já devidamente substituídos por outros tipos de termos, resta avaliar se a explicação que buscamos desenvolver possui informação para dar conta de uma única propriedade, isto é, se podemos afirmar que a definição redutiva de “correto” é o papel exercido por *C* em nossa explicação funcional.

Seguindo as quatro etapas acima descritas, devemos começar extraindo algumas afirmações muito triviais sobre as verdades morais (primeira etapa) e descrevê-las (segunda etapa):

(1) Ações incorretas deveriam ser desencorajadas e evitadas; ações corretas deveriam ser promovidas e incentivadas; pessoas virtuosas estão dispostas a realizar ações corretas e não a executar ações erradas; pessoas viciosas estão dispostas a realizar ações incorretas e não realizar ações corretas; ações corretas são corretas, porque elas têm certas propriedades naturais das quais a correção é superveniente; da mesma forma para ações incorretas; etc.⁷

Essas afirmações devem então ser analisadas e ter os termos morais nelas contidos substituídos por termos não morais. Aplicando a terceira etapa do método de Jackson sobre as afirmações descritas acima extraímos delas todos os termos morais e os substituímos por variáveis. Deste modo elas assumem a seguinte forma:

(2) Ações com propriedades *i* estão em relação *d* de modo a serem desencorajadas e evitadas; ações com propriedades *c* estão em relação *d* de modo a serem promovidas e incentivadas; pessoas com propriedades v_1 estão dispostas a realizar ações com *c* e não para executar ações com *i*; pessoas com propriedades v_2 estão dispostas a realizar ações com *i* e não para executar ações com *c*; ações com *c* têm

⁷ As formulações aqui apresentadas foram extraídas e adaptadas de Lenman (2013, pp.39-43).

c porque elas têm certas propriedades naturais dos quais *C* é superveniente; da mesma forma para ações com *i*; etc.

Com a substituição dos termos morais por variáveis, as afirmações se tornaram sem sentido. Tendo isso em vista, devemos então explicar cada uma das variáveis em termos não morais (quarta etapa) de modo que as afirmações descritas em (2) façam sentido e, simultaneamente, não sejam utilizados termos morais como em (1).

(3) Existe uma propriedade *i* e uma propriedade *c* e uma propriedade v_1 e uma propriedade v_2 e uma relação *d* (e quaisquer outras propriedades e relações que possam vir a ser designadas pelas variáveis) tal que: ações com propriedades *i* em *d* para serem desencorajadas e evitadas; ações com propriedades *c* em *d* para serem promovidas e incentivadas; pessoas com v_1 estão dispostas a realizar ações com *c* e não para executar ações com *i*; pessoas com v_2 estão dispostos a realizar ações com *i* e não para executar ações com *c*; ações com *c* têm *c* porque elas têm certas propriedades naturais dos quais *C* é superveniente; da mesma forma para ações com *i*; etc.

Apresentadas dessa forma, torna-se possível construir uma definição do termo correto da forma que segue:

Correção é propriedade *c* tal que: Existe uma propriedade *i* e uma propriedade v_1 e uma propriedade v_2 e uma relação *d* (etc.) de modo que: ações com propriedade *w* estão em relação *d* para serem desencorajadas e evitadas; ações com propriedade *c* estão em relação *d* para serem promovidas e incentivadas; pessoas com v_1 estão dispostas a realizar ações com *c* e não para executar ações com *i*; pessoas com v_2 estão dispostos a realizar ações com *i* e não para executar ações com *c*; ações com *c* têm *c* porque elas têm certas propriedades naturais das quais *C* é superveniente; da mesma forma para ações com *i*; e assim por diante.

Tal método nos permitiria oferecer definições redutivas de qualquer termo moral contido na rede de opiniões, intuições, princípios e conceitos morais, analisados individualmente. Deste modo Jackson chegou a conclusão que há propriedades morais reais e essas propriedades são naturais (ou descritivas). O pensador propôs uma definição analítica

reducionista dos termos morais e pensou que seu argumento era imune ao argumento da questão aberta de Moore.

Por outro lado, há posições realistas reducionistas opostas à proposta analítica de Jackson. Esses pensadores, que segundo Fisher, podemos chamar de realistas sintéticos, pensavam que a metaética procede através de “especulação, hipóteses, indução, tentativa e erro e indeterminismo previsto mais do que por estipulação, certeza, analiticidade e análise conceitual” (FISHER. 2011, p.64).

Um realista sintético assume que, assim como ocorre com as entidades teóricas das demais ciências, propriedades morais seriam reais porque elas têm um papel explicativo no contexto sobre como as coisas funcionam, isto é, assumindo a realidade de propriedades morais podemos explicar os fenômenos morais de forma mais adequada do que se não as assumíssemos. Segundo Peter Railton (1986, pp. 171-172):

O que poderia ser chamado de “o estratagema genérico do realismo naturalista” é postular um reino de fatos em virtude da contribuição que faria à posteriori uma explicação de certas características da nossa experiência. Por exemplo, um mundo externo é posto para explicar a coerência, estabilidade e intersubjetividade da experiência sensorial. Um realista moral que iria valer-se deste estratagema deve mostrar que a postulação de fatos morais similarmente pode ter uma função explicativa.

Segundo a perspectiva de Railton, afirmamos que determinadas propriedades são reais quando demonstramos que elas exercem um papel explicativo em um determinado contexto, permitindo que compreendamos melhor o fenômeno explicado. Deste modo, para que seja possível dizer que propriedades morais são reais é preciso que sejamos capazes de demonstrar que esse tipo de propriedade exerce um papel importante na explicação dos fenômenos morais e que sem ele tais fenômenos não podem ser explicados satisfatoriamente. Para compreender como isso funciona vamos analisar o seguinte exemplo:

Uma criança indígena foi assassinada por volta das 12h desta quarta-feira (30) em Imbituba, na região Sul de Santa Catarina. Segundo a Polícia Militar, o garoto de dois anos estava com a mãe em frente à rodoviária da cidade quando um homem se aproximou e cortou o pescoço do menino com uma faca. A criança morreu na hora.⁸

Ao ler essa notícia cremos que a maioria das pessoas pensará que o homem que degolou a criança de dois anos agiu incorretamente ou erroneamente. Lendo a notícia ou observando o

⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/12/menino-indigena-de-2-anos-e-morto-em-rodoviaria-no-sul-de-sc.html>>. Acessado em 03 de janeiro 2016.

fato, no caso das testemunhas, em nenhum momento encontramos qualquer descrição relacionada ao termo “errado” e mesmo assim concluímos que o sujeito agiu dessa forma. Qual seria a melhor explicação para o porquê de chegarmos a essa conclusão?

Do mesmo modo que um físico aceita e afirma a realidade de forças eletromagnéticas ao ver dois ímãs se atraindo ou afastando mutuamente, um realista moral sintético como Railton afirmaria que o ato de degolar a criança tem a propriedade de ser moralmente errado e que essa propriedade é real. A realidade de propriedades morais explicaria o porquê de desenvolvermos crenças morais e, ao fornecer essa explicação, estaríamos aptos a aceitar a realidade dessas propriedades. Segundo Railton (1986. p.172), essa realidade postulada pelos realistas morais tem duas características⁹:

- (1) independência: ela existe e tem certas características determinadas independentemente se pensamos que ela existe ou tem aquelas características, independe, até mesmo, de saber se temos boas razões para pensar isso;
- (2) o feedback: é tal—e somos tais—que somos capazes de interagir com ela, e essa interação exerce o tipo relevante de influência que molda ou controla nossas percepções, pensamento e ação.

No entanto, quando pessoas leem ou ficam sabendo da notícia acima descrita, nem todas necessariamente pensarão que a realidade de propriedades morais é a melhor resposta para explicar o porquê de considerarmos a ação do sujeito que degolou a criança. Algumas pessoas podem pensar que nossa psicologia, isto é, nossas crenças, sentimentos e emoções, explica melhor nossa aversão ao ato, tornando assim redundante, além de ontológica e semanticamente mais oneroso, tratar de propriedades morais.

Para demonstrar o quanto propriedades morais exercem influência na explicação de fenômenos morais levaremos em consideração a ideia de superveniência — duas situações não podem ser moralmente diferentes sem que haja diferença em suas propriedades naturais — e a construção de um modelo hipotético com base na notícia anteriormente descrita que visa funcionar como um teste contrafactual.

Primeiramente modifiquemos hipoteticamente as propriedades naturais envolvidas no incidente relatado. Suporemos que o ato de degolar a criança, devido a alguma disfunção biológica ou qualquer outro fator, não cause dor e nem a morte da mesma, mas sim que o ato da degola lhe cause risos e a faça feliz. Devido à superveniência, essa mudança nas propriedades naturais deve também acarretar mudança nas propriedades morais. Presumimos que, se o ato

⁹ A primeira característica diz respeito à realidade objetiva das propriedades morais e a segunda trata de como elas interagem conosco e nós com elas.

de degolar a criança não causa dor e morte, mas pelo contrário, risos e felicidade, ele não se trata mais de um ato errado. Deste modo, ao reduzir ou identificar as propriedades morais com propriedades naturais, parece que as propriedades morais exercem um papel genuíno na explicação dos fenômenos morais.

O reducionismo de Railton difere do de Jackson especialmente pelo fato de que, para o primeiro, as definições dos termos morais se dão através de hipóteses, especulação e de tentativa e erro, enquanto que para o segundo essas definições se dão através de uma análise conceitual *a priori* dos termos morais contidos em uma rede de intuições, opiniões, conceitos e princípios da moralidade popular madura.

Contudo, há uma gama de realistas que prefere optar não por análises conceituais nem por qualquer outra opção reducionista, mas sim por uma espécie de realismo naturalista que, conquanto seja sintético como o proposto por Railton, é não reducionista como é o caso dos realistas de Cornell.

2.1.2 NATURALISMO NÃO REDUCIONISTA

Os realistas de Cornell¹⁰, afirmam que termos ou propriedades morais não podem ser reduzidos ou identificados nem com outros termos ou propriedades naturais, nem com termos ou propriedades não naturais. Sendo assim, os realistas não reducionistas pensavam, assim como Moore, que não é possível dar uma definição para os termos morais, uma vez que termos morais são irreduzíveis. No entanto Moore discordaria quanto à natureza das propriedades morais. Segundo os naturalistas não reducionistas, termos morais podem ser identificados tão somente com propriedades morais, que são propriedades naturais que não podem ser reduzidas a quaisquer outras propriedades naturais ou não naturais, opondo-se assim à ideia de propriedade não natural *sui generis* de Moore.

Deste modo, os realistas de Cornell, sendo naturalistas não reducionistas, consideram que todo ato errado ou incorreto, como o ato de degolar uma criança de dois anos, possui a propriedade de “ser errado” ou ser “incorreto” e essa propriedade, embora não possa ser reduzida a outras propriedades sejam elas naturais ou não naturais, é natural. Embora esses realistas, assim como Railton, aceitem que propriedades morais sejam supervenientes sobre

¹⁰ “*Cornell Realism*” ou Realismo de Cornell é o termo aplicado para a teoria metaética desenvolvida por Richard Boyd, Nicholas Sturgeon e David Brink. Os dois primeiros foram professores na *Cornell University*, enquanto que Brink teve aulas nessa mesma universidade.

propriedades não morais, as primeiras não são redutíveis às últimas, sendo, sob esse aspecto, contrário ao que afirmam os reducionistas. Segundo Nicholas Sturgeon (1998, p. 192):

Naturalismo é em certo sentido uma doutrina “reducionista”, é claro, por isso sustenta que fatos morais são nada mais senão fatos naturais. O que eu nego, no entanto, é que dessa doutrina metafísica sobre que tipos de fatos são os fatos morais, qualquer coisa siga sobre a possibilidade de redução em outro sentido (...) mais familiar para a literatura filosófica: que é se sobre expressões morais podem ser dadas definições redutivas em algum vocabulário moral distinto, no qual quaisquer explicações podem ser refeitas.

Nesse sentido, os realistas de Cornell sustentam que termos e enunciados morais não podem ser analisados ou reduzidos a termos e enunciados não morais, eles afirmam, ao invés disso, que esses tais termos ou enunciados são significativos e carregam consigo compromissos ontológicos.

De acordo com esse tipo de realismo propriedades morais como “bom” ou “correto” não são redutíveis ou idênticas a quaisquer outras propriedades. As propriedades morais são realizáveis de diversas maneiras, por exemplo, a propriedade moral “ser correto” subjaz uma série de outras propriedades naturais que podem ser observadas nas ações humanas como “ser bondoso”, “ser caridoso” ou “ser altruísta”, mas não pode ser reduzida ou identificada com nenhuma delas em particular nem com um conjunto delas, isto é, “ser correto” é uma propriedade natural, única e não redutível que é superveniente sobre outras propriedades. Segundo os realistas de Cornell, não há como identificar uma propriedade moral como “ser correto” ou “ser bom” com uma única propriedade natural qualquer.

A dificuldade de estabelecer uma identidade entre propriedades morais e propriedades naturais levou os pensadores a negar essa relação e a desenvolver uma explicação não reducionista para a moralidade. Por isso, esses pensadores tomaram as propriedades morais como sendo um gênero das propriedades naturais, tendo o mesmo estatuto das propriedades das ciências empíricas e, portanto, irredutíveis a outras entidades naturais. Embora as propriedades morais sejam supervenientes às propriedades naturais, elas não podem ser identificadas com essas últimas por se tratarem de propriedades distintas. Segundo David Brink (1989, pp.157-158) tal identificação não é apropriada pois

Se as propriedades morais são idênticas às propriedades naturais, elas são constituídas por propriedades naturais. Identidade implica constituição, mas não vice-versa. Propriedades morais podem ser propriedades naturais, embora, mesmo se elas não sejam idênticas com propriedades naturais. (...) Por exemplo, uma mesa é constituída por, mas não idêntica, a um arranjo particular de partículas microfísicas, uma vez que a mesa poderia sobreviver certas alterações nas suas partículas ou em sua disposição. Da mesma forma, as propriedades morais são constituídas por, mas não idênticas, às

propriedades naturais se, embora, na verdade, constituídas ou realizadas por propriedades naturais, as propriedades morais podem ser ou poderiam ter sido realizadas por propriedades não estudadas pelas ciências naturais ou sociais.

Assim como o naturalismo reducionista de Railton, os realistas de Cornell sustentam que a ética deve ser abordada da mesma forma que as ciências naturais, uma vez que propriedades morais, embora não redutíveis a outros tipos de propriedades, fazem parte da realidade assim como os objetos dessas ciências. Sendo assim, as verdades morais são tão objetivas quanto as verdades das ciências naturais. Boyd (1988, p.309ss) buscou demonstrar que devemos aplicar à moral os mesmos métodos que aplicamos às ciências naturais e que as concepções sobre método, crenças e verdade que devemos ter no âmbito da moral devem ser as mesmas que temos em relação a essas ciências.

Segundo Fisher (2011, p.70), se propriedades morais são reais então se torna possível explicar boa parte das nossas crenças comuns sobre a moralidade: podemos ter desacordo moral genuíno; cometemos erros morais; convergência de visões morais; há algo como o progresso moral; etc. Se propriedades morais são propriedades naturais então é possível explicar como podemos vir a interagir com elas bem como podemos conhecê-las da mesma forma que podemos explicar como interagimos e conhecemos propriedades naturais. Ainda assim, para algumas pessoas pensar que propriedades morais fazem parte do mundo natural pode ser problemático – como foi o caso de Mackie, que optou pelo não realismo – como é o caso dos realistas morais que adotam e defendem o não naturalismo moral.

2.2 NÃO NATURALISMO

Ao contrário do realismo moral naturalista, que afirma que a moralidade pode ser abordada da mesma forma que as ciências naturais devido a seu objeto de estudo ser uma propriedade redutível às propriedades naturais ou mesmo um tipo de propriedade natural. O realismo moral não naturalista supõe que o estudo da moral não pode estar vinculado aos métodos das ciências empíricas, isto é, respostas às questões morais devem ser respondidas através de um método distinto daquele utilizado pelas ciências naturais. Mas isso não quer dizer que discussões em ética abdicuem de conhecimento científico¹¹.

¹¹ Segundo Shafer-Landau (2003, p.59), discussões em ética “quase sempre pressupõe um entendimento ostensivo das ciências. Física, química, biologia e astronomia contam. (...) Economia, sociologia, psicologia e algumas formas de antropologia estão dentro”.

Segundo Shafer-Landau (2003, pp. 59-60), existem quatro razões pelas quais os métodos utilizados nas ciências naturais não são aplicáveis à ética: (1) falta à ética a precisão e a suscetibilidade à quantificações e medições cardinais que essas ciências possuem; (2) a ética se ocupa principalmente de recomendações e avaliações práticas, ao contrário das ciências; (3) a ética foca apenas de maneira periférica, se é que foca, questões sobre predições e eficácia causal; e (4) as verdades fundamentais da ética parecem expressar enunciados e proposições metafísicas e não tanto físicas, biológicas ou químicas.

Ao negar a utilização dos métodos das ciências empíricas, uma vez que são cognitivistas, resta aos realistas não naturalistas apelar a alguma forma de intuicionismo como ferramenta para o estudo e busca de conhecimento ético ou moral. A busca pelo conhecimento moral se dá através de uma profunda compreensão sobre o conteúdo dos enunciados morais, por exemplo, não é necessário fazer uma pesquisa empírica para saber que degolar uma criança é moralmente errado, tal conclusão se dá *a priori*, sem qualquer contribuição de uma análise empírica sobre o caso, pois sabemos de antemão o que significa uma pessoa ser assassinada. Para pensadores como Moore e Shafer-Landau, conhecemos verdades morais *a priori* e não através de pesquisas empíricas.

O realismo não naturalista sustenta, do mesmo modo que o realismo naturalista, que há propriedades morais, que elas são reais. O não naturalismo afirma que enunciados e proposições morais se referem a certas propriedades que pertencem a determinadas ações ou estados de coisa, no entanto, diferentemente dos naturalistas, essas propriedades não podem ser explicadas ou definidas da mesma forma que propriedades naturais são explicadas pelas ciências naturais. Alguns, como Moore, por exemplo, afirmam que essas propriedades nem mesmo podem ser definidas. Essa posição se torna atraente especialmente por permitir uma resposta à questão da normatividade, que parece afetar principalmente o realismo naturalista.

A despeito do imenso debate sobre a normatividade no âmbito da filosofia, não há um consenso claro sobre o que ela significa, fazendo com que ela permaneça uma das mais complicadas áreas da filosofia. Uma das muitas razões para isso é porque normatividade possui várias ramificações, incluindo a filosofia da mente, a filosofia da linguagem, a filosofia do direito, estética e epistemologia. (FISHER. 2011, p.74).

Segundo Cristine Korsgaard (1996, p. 9), “a maioria dos filósofos morais pretenderam dar uma explicação da moralidade que [fosse] capaz de responder à questão normativa.” No caso da autora, ela visava justificar a autoridade que os juízos morais têm sobre os sujeitos. Ao fazer afirmações morais as pessoas utilizam termos como “dever” e “obrigação”, que são termos “normativos”, isto é, são termos que demandam determinadas atitudes, ações e comportamentos

dos sujeitos morais. Filósofos morais tentam explicar porque esses termos possuem caráter normativo.

Quando tais termos são utilizados, parece que eles visam persuadir as outras pessoas a adotar ou não adotar determinado comportamento, agir ou não agir de determinada forma. Tais termos permitem que as pessoas tratem determinados comportamentos e/ou ações como apreciáveis ou condenáveis, de modo a fazer com que afirmações morais remetam não apenas ao presente, mas também a ações e comportamentos futuros de modo a prescrever como os sujeitos devem agir. Tendo isso em vista, se o realismo é correto, então propriedades morais teriam de ser aptas a nos guiar, nos justificando e provendo correção para usos futuros. Se propriedades morais existem, elas têm de ser normativas independentemente dos estados psicológicos dos sujeitos. Propriedades naturais, no entanto, parecem depender desses estados psicológicos para que sirvam de motivação para os sujeitos.

Se isso é verdade, então propriedades morais não podem ser identificadas ou reduzidas às propriedades naturais e o naturalismo moral não é uma boa explicação sobre o que são as propriedades morais. Essas propriedades precisam ser normativas e, dada a natureza das propriedades naturais¹², isso sugere que elas não são pertencentes ao mundo natural. Então se propriedades morais existem, como os realistas sugerem, então parece que elas são não naturais.

Podemos identificar, pelo menos, três espécies de teorias não naturalistas fundamentais: a teoria de Moore; a teoria supernaturalista do comando divino; e a teoria de Russ Shafer-Landau (MILLER. 2003; FISHER. 2011).

2.2.1 O INTUICIONISMO DE MOORE

O não naturalismo moral de G. E. Moore postula a realidade de propriedades ou fatos morais não naturais que condicionam a verdade dos enunciados e proposições morais. Deste modo, criticando as primeiras versões do naturalismo moral, Moore buscou desvincular a moralidade dos métodos das ciências empíricas. Para o pensador, tais métodos não são apropriados para responder às questões morais. Ele afirmou que predicados morais não são, de forma alguma, analisáveis. O autor pensou que bom é uma propriedade não natural que não

¹² Um fato natural pode até motivar uma ação, mas essa ação vai depender de fatores psicológicos independentes desse fato. Por exemplo, podemos ver uma pessoa adulta com fome na rua, nos compadecer e comprar comida para ela. Não parece ser o fato de ver a pessoa que nos leva a agir, mas sim o sentimento de compadecimento. Em uma situação semelhante, mas estando em um estado de humor diferente, podemos não nos compadecer e virar o rosto para uma pessoa faminta ou mesmo dar-lhe alimento apenas para se livrar de uma imagem que no momento lhe é desagradável. A ação parece depender mais do estado psicológico do que do fato natural.

pode ser definida, reduzida ou identificada com qualquer outra propriedade, seja ela natural ou não natural, isto é, a propriedade “bom” somente pode ser identificada a si mesma e a nada mais. Moore havia pensado sobre o que o termo “bom” significava, tal conceito seria um “objeto do pensamento” (MOORE. 1922, pp. 5 – 7), intuitivo, que de modo algum poderia ser reduzido ou definido apropriadamente em outros termos, ou seja, não há nenhuma definição do conceito “bom” que o identifique satisfatoriamente com qualquer propriedade natural ou mesmo não natural. “Ser bom”, portanto, segundo Moore, é uma propriedade simples *sui generis* que não pode ser identificada com nenhuma outra propriedade que seja descrita em termos não morais.

Moore, em sua obra *Principia Ethica*, argumentou que “bom” é um termo inalisável referente a uma propriedade não natural e, por ser uma qualidade simples, irreduzível que pode ser conhecida somente através da intuição. Para demonstrar essa impossibilidade de análise do termo “bom” ele utilizou o argumento da questão aberta.

Segundo Moore, há alguns termos sobre os quais basta refletirmos sobre eles para que conheçamos seus significados. É o caso de termos como “quadrado” e “solteiro”. Quando dizemos que uma mesa tem quatro lados iguais ou que fulano é solteiro, soaria estranho se, depois disso, perguntássemos se a mesa é quadrada ou se fulano é não casado. Sobre essas questões, Moore afirmou que se tratam de questões fechadas, pois podemos definir um termo em função do outro e compreender ambos sem haver a necessidade de perguntar sobre qualquer um deles.

Contudo, ao contrário dos termos utilizados em questões fechadas, cujas definições são óbvias, como uma pessoa solteira é não casada, e podem ser encontradas nos próprios termos utilizados nas questões, há também termos que não compartilham dessa característica. Um exemplo disso é o termo água. Não parece estranho perguntarmos a um químico se água é H₂O, afinal, embora o referente seja o mesmo, ambos os termos têm sentidos diferentes e, pelo menos aparentemente, não é óbvio ou não nos convence que um termo defina o outro pois quando temos contato ou falamos sobre a água não temos a sensação de que estamos tendo contato com moléculas de hidrogênio e oxigênio. Moore utilizou o termo amarelo como exemplo:

Considere amarelo, por exemplo. Podemos tentar defini-lo, descrevendo o seu equivalente físico; podemos afirmar que tipo de vibrações de luz devem estimular o olho normal, a fim de que possamos percebê-la. Mas um momento de reflexão é suficiente para mostrar que essas vibrações de luz não são elas mesmas o que queremos dizer com amarelo. Elas não são o que nós percebemos. Na verdade, jamais teríamos sido capazes de descobrir a sua existência, a não ser que antes tivéssemos sido atingidos pela diferença de patente de qualidade entre as diferentes cores. O máximo que podemos ter o direito de dizer dessas vibrações é que elas são o que

corresponde no espaço para o amarelo que realmente percebemos. (MOORE. 1922, p.10)

Segundo o exemplo de Moore, quando perguntamos se amarelo são as vibrações de luz estamos fazendo uma questão aberta pois um termo não define o outro, é como se tratassem de coisas diferentes. Segundo o autor (*idem*), essa tentativa de definição é um engano. Lembremos da definição proposta no primeiro capítulo: se for possível definir “x” (amarelo) como sendo “y” (vibrações de luz) e “x” e “y” forem compreensíveis, então a pergunta sobre se um dado “x” é “y” será uma questão fechada se a dúvida for sanada. Se essa dúvida persistir, então ela será uma questão aberta que, segundo Moore, é o caso da tentativa de definição de amarelo. Se a questão é aberta, Moore considerava que a tentativa de definição é incorreta.

Moore acreditava que algo semelhante ocorre com o termo “bom”. Em *Principia Ethica*, ele afirmou que ao aplicar seu argumento da questão aberta a qualquer definição possível desse termo teremos sempre uma questão aberta, isto é, que “bom” é impossível de definir por ele ser uma qualidade simples¹³. Deste modo, por ser indefinível, toda e qualquer tentativa de definição do termo “bom” resultará em questões abertas.

Utilizando o argumento da questão aberta, Moore acreditava ter demonstrado que, por ser um termo indefinível, “bom” denota ou se refere a um único e simples objeto que é a propriedade da bondade e, afirma Moore (1922. p.9), essa propriedade é irreduzível a qualquer outro tipo de propriedade. Segundo Moore, no entanto, em sua época era comum reduzir bom a outras propriedades, o que ele considerava um erro. A essa tentativa de redução Moore chamou falácia naturalista. É preciso salientar que esse nome pode ser enganoso pois nos leva a acreditar que apenas naturalistas cometeriam essa falácia. Esse erro não se aplica somente aos naturalistas, mas sim a todos aqueles que tentam reduzir bom a qualquer outro tipo de propriedade, seja qual for o tipo.

A partir do argumento da questão aberta, Moore acreditava ter superado pensadores como Kant por ter demonstrado que muitos dos filósofos que trataram da moralidade até então haviam cometido a falácia naturalista (MOORE. 1922, p.125ss)¹⁴ e, portanto, suas teorias seriam enganosas. Embora Moore acreditasse ter suplantado grande parte da tradição moral e

¹³ Moore (1922. p. 6ss) afirmou que a questão sobre se “bom” é X, onde X pode se referir a qualquer outro termo natural ou não natural, é aberta porque esse termo é indefinível ou simples, pois, segundo o autor, apenas objetos complexos podem ser definidos.

¹⁴ Por exemplo, sobre Kant ele afirmou: “A falácia de supor que a lei moral é análoga à lei natural no que diz respeito a afirmar que alguma ação é aquela que é sempre feita necessariamente está contida em uma das mais famosas doutrinas de Kant.” (MOORE. 1922, p.126) e “Kant também comete a falácia de supor que ‘isso deve ser’ significa ‘isso é comandado’. Ele concebe a Lei Moral como um imperativo. E este é um erro muito comum.” (IDEM. pp.127-128).

que seu argumento tenha exercido grande influência sobre o pensamento metaético posterior, houve uma série de críticas ao seu argumento¹⁵.

Embora o argumento de Moore possa ser considerado bastante problemático, muitos filósofos pensam que ele toca em um assunto deveras importante, que é o caráter prático da moralidade. Caráter esse que, embora Moore defenda o cognitivismo, contribui de forma crucial para o desenvolvimento de teorias não cognitivistas.

2.2.2 A TEORIA DO COMANDO DIVINO

Tendo em vista que essa posição depende em larga medida se o interlocutor crê ou não em Deus e que essa proposta não exerce nenhuma influência sobre a posição que proporemos no próximo capítulo, nos deteremos a apresentar uma breve descrição sobre ela e suas variações.

Segundo Edward Wierenga (1983), há uma multiplicidade de teorias que podem ser tomadas como sendo teorias do comando divino. As teorias mais fortes postulam que predicados morais, tais como “é obrigatório” devem ser definidas em virtude de predicados teológicos, como “é comandado por Deus”, o mesmo se daria com as propriedades morais que devem ser reduzidas a propriedades teológicas. Por outro lado há também versões mais fracas dessa teoria. Tais versões afirmam que o que Deus comanda é coextensivo com o que é correto. Sendo assim, Deus não é uma autoridade moral que determina o que é correto ou incorreto, mas sim apenas daria uma espécie de conselho moral especializado através de seus comandos. Outra versão fraca da teoria do comando divino estipula que os mandamentos divinos seriam suficientes para impor exigências irrevogáveis. Segundo Philip Quinn (2006. pp. 68-69), os comandos de Deus são como a expressão da Sua vontade, portanto quando julgamentos morais são feitos as pessoas estão fazendo afirmações sobre os comandos de Deus, podendo assim ser consideradas boas ou más. Segundo essa posição, Deus é o padrão moral de bondade, logo, o status normativo da moral depende Dele.

¹⁵ Tendo em vista que não é o foco do nosso trabalho investigar mais profundamente ou mesmo salvaguardar a perspectiva mooreana, não entraremos em detalhes sobre essas críticas. Basta aqui mencionar algumas das mais eminentes. A crítica de W. K. Frankena (1939) de que argumento da questão aberta não seria um argumento propriamente dito, mas sim um truque que visava afirmar a falsidade das definições. Outra crítica é que o argumento da questão aberta afirma que não é possível para uma análise conceitual que seja simultaneamente verdadeira, informativa e não óbvia, isso seria um paradoxo segundo o argumento de Moore. Autores como Miller (2003) e Fisher (2011) demonstram que isso não é um paradoxo, invalidando o argumento de Moore. Outra crítica proeminente é a de que uma definição verdadeira não necessariamente será verdadeira em virtude dos significados dos termos envolvidos, mas sim da propriedade a qual esses termos estão se referindo. Sob este aspecto o naturalismo sintético de Railton e de Cornell é imune ao argumento de Moore. Para mais detalhes sobre essas críticas ver: Miller (2003. p.15ss) e Fisher (2011. p.15ss).

Como podemos ver, há uma série de fatores a serem considerados quando se assume determinada versão dessa teoria. Devemos decidir se assumiremos a vontade ou os comandos de Deus como fonte da moralidade? Qual a relação entre essa fonte e o que é correto ou incorreto? É a vontade ou o comando de Deus que torna as coisas corretas ou incorretas?

A proposta de Wierenga (1983. p.388) assume dois princípios centrais:

- (1) Para todos os atos *a*, *a* é obrigatório *se e somente se* Deus comanda *a*; e se *a* é obrigatório então, por comandar *a*, Deus faz com que *a* seja obrigatório.
- (2) Para todos os atos *a*, *a* é errado *se e somente se* Deus proíbe *a*; e se *a* é errado então, por proibir *a*, Deus faz com que *a* seja errado.

Visto que Deus, seus comandos e mandamentos não são compreendidos e explicados em termos das ciências naturais ou sociais, os termos e propriedades morais não podem ser investigados utilizando-se dos métodos científicos, logo a teoria do comando divino, independente da versão que seja assumida, é uma teoria não naturalista. Tal teoria é também realista no sentido de que, ao afirmar que há proposições, enunciados ou juízos morais que podem ser verdadeiros em virtude dos comandos de Deus que, pelo menos aparentemente, independem de crenças, juízos ou desejos das pessoas.

Se Deus nos comanda a fazer algo, parece que temos razão para fazê-lo, pois dada sua onisciência e onipotência, ele sabe tudo e tem o poder de sancionar quem quer que lhe desobedeça. O status normativo das afirmações morais emerge da legislação de Deus. Esse tipo de consideração pode então permitir à teoria do comando divino capturar a fonte da normatividade da moralidade e isso, por sua vez, a tornaria uma teoria metaética atrativa. (FISHER. 2011, pp.77-78). Outra possível vantagem da teoria do comando divino diz respeito ao caráter prático motivacional da moralidade. Para que sigamos os mandamentos de Deus é necessário que creiamos Nele. A crença em Deus e na salvação pode muito bem explicar o caráter motivacional e prático da moralidade, pois seguir as ordens de Deus, além de fazer o que é moralmente correto, poderia vir a trazer benefícios como a vida eterna ou a ida para o paraíso e uma vida de eterna felicidade, elementos motivacionais bastante fortes para aqueles que creem nos mandamentos de Deus.

A despeito de seus problemas ¹⁶, ao avaliar os méritos filosóficos, como a fundamentação metafísica da moralidade e a possibilidade de explicar seu caráter prático e

¹⁶ Para os fins da exposição que aqui fizemos basta mencionar que o principal problema com a teoria do comando divino, além da necessidade da crença em Deus para que ela faça sentido para o agente moral, é que se essa teoria é bem-sucedida, temos que lidar com o problema de Eutífron ou o problema da arbitrariedade. Em uma discussão

normativo. A teoria do comando divino apresenta uma série de elementos bastante interessantes e que não deve ser deixada de lado devido a seu forte apelo religioso.

2.2.3 O NÃO NATURALISMO DE SHAFER-LANDAU

Russ Shafer-Landau (2003), desenvolveu uma teoria moral não naturalista utilizando diversas analogias com versões naturalistas, mais especificamente com a versão realista de Cornell, bem como fazendo paralelos com a filosofia da mente.

Uma das preocupações iniciais de Shafer-Landau estava relacionada com a distinção entre propriedades naturais e propriedades não naturais. Ele defendeu que a melhor forma de categorizar propriedades naturais e não naturais é analisar se tais propriedades fazem parte ou não do rol de propriedades necessárias a cada uma das ciências naturais e sociais. Segundo o autor:

Sugiro que sigamos o exemplo da maioria dos que escrevem nesta área, e aceitemos que o pensamento naturalista unificado é disciplinar. Naturalismo, entendido como uma tese metafísica sobre a natureza das propriedades, afirma que todas as propriedades reais são aquelas que figurariam ineliminavelmente em versões aperfeiçoadas das ciências naturais e sociais. Uma vez que não temos nenhuma dessas versões em mãos, não podemos ter certeza absoluta sobre o nosso inventário naturalista. Mas, pelo menos, nós temos uma maneira, em princípio, de descobrir o seu conteúdo. (SHAFER-LANDAU. 2003. p.59).

Ele afirmou que as propriedades naturais fariam parte do rol de propriedades necessárias para as versões aperfeiçoadas das ciências naturais e sociais. Consequentemente, as propriedades que ficariam fora desse conjunto necessário às ciências seriam consideradas não naturais.

Embora, como o próprio pensador afirmou, não tenhamos em mãos essas ciências aperfeiçoadas e, consequentemente, não possamos estabelecer que propriedades seriam ou não necessárias para cada uma delas, devemos considerar em qual tipo as propriedades morais

entre Sócrates e Eutífron sobre a natureza da piedade, Sócrates pediu ao seu interlocutor para refletir sobre a seguinte questão: “o que é piedoso é aprovado pelos deuses pelo fato de ser piedoso, ou é piedoso por ser aprovado pelos deuses?” (PLATÃO. 1996, p.44). Aplicando a teoria do comando divino, essa pergunta nos deixa duas opções: (1) as ações corretas são corretas porque Deus comanda e (2) Deus comanda porque essas ações são corretas. Se assumirmos (1), então os comandos de Deus são arbitrários e Ele pode ordenar qualquer coisa, inclusive degolar crianças na rua, o que faz com que a doutrina da bondade de Deus perca todo o sentido. Se assumirmos (2), assumiremos também que não é Deus a fonte da moralidade, isto é, que há algo independente Dele que estipula o que é correto e o que é incorreto. Uma vez que do ponto de vista religioso é inaceitável tomar os comandos de Deus como sendo arbitrários, deveríamos assumir uma fonte da moralidade que está além de Deus, o que nos faria abandonar a teoria do comando divino.

podem ser adequadas. Segundo Shafer-Landau (2003. p.63), nem mesmo as melhores teorias científicas poderão revelar a existência de propriedades morais, pois essas propriedades não são científicas.

Ao contrário da ciência que estipula suas verdades *a posteriori*, verdades morais, pelo menos aquelas mais fundamentais, são descobertas *a priori* (SHAFER-LANDAU. 2003, p.66). Segundo o autor, não há descoberta de respostas para problemas morais através da empiria, deste modo, falta à moral uma característica essencial para qualquer ciência natural ou social, a pesquisa empírica, que faz com que sejam distintas. Sendo assim, propriedades morais são não naturais e as verdades morais são descobertas *a priori*.

O não naturalismo de Shafer-Landau possui vários paralelos estruturais com certas teorias em filosofia da mente não reducionistas que afirmam que fatos mentais não podem ser identificados ou reduzidos a fatos físicos. Mais especificamente, o autor propõe três características dessa versão não reducionista da filosofia da mente que podem ser aplicadas a moralidade: (1) não identidade entre propriedades físicas e mentais; (2) o dualismo de propriedades; e (3) a superveniência dos estados mentais sobre os estados físicos (FISHER. 2011, p.83).

(1) A primeira característica aponta para a possibilidade das múltiplas realizabilidades dos estados ou propriedades mentais. Um determinado estado mental, por exemplo sentir medo, pode ocorrer devido a uma série de eventos ou estados físicos distintos (BICKLE. 2013). O medo pode ser identificado com a ação da noradrenalina e da serotonina sobre nosso organismo conduzindo-nos à fuga ou luta em determinadas circunstâncias. Ao identificar medo com essa descrição fisiológica, estamos afirmando que não há um mundo possível no qual o medo não seja a ação desses neurotransmissores. Segundo Shafer-Landau, isso é muito restritivo pois não permite que esse estado mental possa ocorrer de forma diferente, sem a ação desses neurotransmissores. O autor assume que qualquer estado mental pode ser realizado de um indefinível número de formas¹⁷.

Shafer-Landau pensa que o mesmo ocorre com as propriedades morais, pois propriedades morais podem ser realizadas por muitas propriedades distintas, impossibilitando que elas sejam reduzidas, e restringidas, a uma única espécie de propriedade. Segundo Shafer-Landau (2003. pp.73-74),

“Correção moral pode ser constituída por maximização da felicidade, o que significa que a maximização da felicidade é suficiente em alguns contextos para realizar a

¹⁷ Para mais detalhes sobre a múltipla realizabilidade dos estados mentais ver BICKLE (2013).

correção. Mas, de acordo com não naturalistas éticos, correção não pode ser identificada com a maximização de felicidade (ou qualquer outra propriedade descritiva) por três razões. Em primeiro lugar, maximizar a felicidade pode, em outros contextos, ser insuficiente para produzir correção. Em segundo lugar, mesmo que fosse invariavelmente suficiente para produzir correção, pode haver outras maneiras de efetuar uma ação correta. Em terceiro lugar, mesmo que a felicidade seja invariavelmente necessária e suficiente para correção, isso pode indicar apenas coextensividade necessária, ao contrário de identidade. (...) Então maximizar a felicidade não é a mesma coisa, em todo contexto imaginável, que correção.”

A possibilidade das múltiplas realizabilidades das propriedades morais faz com que Shafer-Landau afirme, de acordo com Moore, que essas propriedades sejam irredutíveis e *sui generis*.

(2) O não naturalismo de Shafer-Landau se utiliza do dualismo de propriedade desenvolvido pela filosofia da mente o qual afirma que propriedades mentais são distintas de propriedades físicas sem que, com isso, tenha que assumir um dualismo de substância. Ao aplicar isso à moral, o autor afirma que propriedades morais não naturais não pressupõem a existência de substâncias não naturais. Propriedades não naturais são propriedades de substâncias naturais. Isso significa que “(n)ão há necessidade de toques fantasmagóricos, mágicos ou sobrenaturais adicionados a uma configuração naturalista a fim de realizar uma propriedade moral.” (IDEM. pp. 75-76).

(3) Shafer-Landau apela à superveniência dos estados mentais sobre os estados físicos. Uma vez que estados físicos constituem estados mentais, mas estes não podem ser reduzidos àqueles, não parece estranho pensar que diferentes estados físicos acabam por resultar em diferentes estados mentais e qualquer mudança em um determinado estado físico acarreta mudança no estado mental por ele constituído. Aplicando essa ideia à moral, o autor afirma que propriedades morais não mudam se não houver mudança em suas propriedades morais correlativas. Sendo assim, ele afirma que

De acordo com o tipo de não naturalismo ético que sou a favor, um fato moral é superveniente em uma concatenação particular de fatos descritivos apenas porque estes fatos realizam a propriedade moral em questão. Fatos morais necessariamente sobrevêm com os descritivos porque as propriedades morais são sempre realizadas exclusivamente por aqueles descritivos. Assim como fatos sobre as qualidades de um lápis são fixados por fatos sobre sua constituição material, ou fatos sobre sentimentos subjetivos por aqueles neurofisiológicos (e talvez intencionais), fatos morais são fixados e constituídos por seus constituintes descritivos. (IDEM, p.77)

Por meio dessas identificações com a filosofia da mente, Shafer-Landau pensou ser possível rejeitar a identificação de propriedades morais e propriedades naturais sem com isso

assumir o ônus de incorporar novas substâncias não naturais a nossa metafísica e, simultaneamente explicar a superveniência sem apelar ao reducionismo¹⁸.

Além de se utilizar de pesquisas desenvolvidas na disciplina de filosofia da mente, visando sustentar seu realismo não naturalista, Shafer-Landau afirmou que a ética é parte da disciplina de filosofia e, enquanto tal, se desenvolve através de investigações *a priori*¹⁹, visando estabelecer que propriedades morais são não naturais. Deste modo, a ética difere das ciências naturais e das ciências sociais, pois essas se desenvolvem através de investigações empíricas *a posteriori*. Isso faz com que o autor se distancie dos realistas de Cornell, pois embora concorde que as propriedades morais sejam irreduzíveis, há uma discordância no que toca a natureza dessas propriedades, o que faz com que a ética se distancie dessas ciências no que toca a forma como suas verdades são descobertas (SHAFER-LANDAU. 2003, p.64).

2.3 ARGUMENTOS CONTRA O REALISMO MORAL

Até o momento viemos apresentando, além de uma ideia geral do que é o realismo moral, algumas das versões mais proeminentes e conhecidas dessa posição. Contudo, como vimos no primeiro capítulo, há uma série de posições metaéticas que não são realistas e que, conseqüentemente, apresentam objeções mais ou menos contundentes a essas teorias. Não destacaremos de forma exaustiva todas essas críticas, mas sim apresentaremos aquelas mais conhecidas e que atingem frontalmente as principais teses defendidas pelos realistas morais apresentadas na seção anterior.

Como veremos essas objeções surgem principalmente a partir do debate com posições antirrealistas, mais especificamente com a posição defendida por Mackie, mas também há críticas advindas de outras fontes, como a objeção de Gilbert Harman à utilização de propriedades morais para explicar os fenômenos morais que observamos e o argumento da superveniência muito utilizado por pensadores não cognitivistas e antirrealistas. Como veremos, todas essas objeções podem ser assumidas como tentativas de minar o realismo moral.

Mantendo em foco o objetivo do nosso trabalho, não abordaremos as respostas e réplicas desenvolvidas sobre esses problemas, cabe aqui apenas a apresentação das críticas de

¹⁸ Embora engenhosa, a abordagem de Shafer-Landau não é de todo sem problemas. Michael Ridge (2007) afirmou que essa estratégia de utilizar a filosofia da mente para explicar a superveniência das propriedades morais sobre as propriedades não morais falha e tem conseqüências indesejáveis para o não naturalismo. Para mais detalhes ver o artigo *Anti-Reductionism and Supervenience* (2007) e o verbete *Moral Non-Naturalism* (2010) de Ridge.

¹⁹ A caracterização da filosofia por parte de Shafer-Landau parece não levar em consideração o crescente interesse em filosofia experimental que, como o próprio nome aponta, executa também investigações *a posteriori*. (FISHER. 2011, p.87).

modo que o leitor esteja ciente das mesmas e tenha conhecimento de que, assim como as demais posições metaéticas, as posições realistas também enfrentam críticas e problemas. Posteriormente, no capítulo 5, buscaremos desenvolver algumas respostas a partir da nossa proposta de realismo moral fundamentada na Teoria dos Três Mundos de Popper.

2.3.1 O ARGUMENTO DA RELATIVIDADE

O argumento da relatividade diz respeito a ampla diversidade de códigos ou posições morais existentes nas diferentes culturas e grupos sociais em diferentes épocas, o que faz com que haja desacordos morais bastante profundos. Essa é uma constatação empírica, pois notamos esses desacordos cotidianamente.

Segundo Mackie (1990, p.36), os desacordos morais refletem a adesão das pessoas a determinados estilos de vida, isto é, os indivíduos assumem determinados códigos morais conforme aderem à cultura ou sociedade na qual estão inseridos. Essa seria uma explicação muito melhor do que apelar a um reino ou mundo de fatos morais. Por exemplo, há grupos religiosos como a *Fundamentalist Church of Jesus Christ of Latter Day Saints*²⁰ para os quais a poligamia não é vista como algo errado ou imoral, já em comunidades católicas ela é considerada pecado uma vez que vai contra o sacramento do casamento por ser equiparada ao adultério. As atitudes dos indivíduos pertencentes a cada um desses grupos divergiram, segundo Mackie, porque eles assumem formas de vida diferentes e não pela diferença do nível de acesso epistêmico aos fatos morais que cada uma dessas culturas tem, em outras palavras, os códigos morais emergiriam do ambiente sociocultural e não o contrário.

Enquanto em uma dada comunidade a prática e os discursos aprovando a poligamia é considerada moralmente aceitável, em outra ela é condenável. É esse tipo de diferença que dá força ao argumento da relatividade, segundo Mackie (1990, p.37):

(...) o argumento da relatividade tem alguma força simplesmente porque as variações atuais nos códigos morais são mais prontamente explicadas pela hipótese de que elas refletem formas de vida do que pela hipótese de que elas expressam percepções, muitas delas seriamente inadequadas e muito distorcidas, de valores objetivos.

²⁰ Comunidade religiosa dissidente dos mórmons, formada há mais de cem anos e que é dominante no Estado de Utah nos Estados Unidos. Dados retirados de uma notícia disponível em: <<http://opiniaoenoticia.com.br/vida/poligamia-causas-consequencias-e-curiosidades/1>>. Acessado em 12 de janeiro 2016.

Mackie, enquanto teórico do erro e, portanto, antirrealista, rechaça a realidade de valores ou fatos morais objetivos e, conseqüentemente, afirma que, embora haja pretensão de que sejam verdadeiras, não há enunciados ou afirmações morais objetivos verdadeiros. Afirmações como “a poligamia é errada” ou “devemos estabelecer relações poligâmicas”, segundo o ponto de vista de Mackie (1990, p.80 ss), ao pressupor a aceitação da existência de fatos morais traz consigo uma exigência prescritiva categórica e objetiva. Contudo, esses fatos, bem como essas prescrições objetivas, inexistem e, conseqüentemente, essas afirmações são falsas.

Se considerarmos que a existência de desacordos morais pretensamente insolúveis é um problema para o realismo moral e concordarmos com Mackie de que esses desacordos realmente existem e estão intimamente relacionados aos contextos nos quais os sujeitos estão inseridos, devemos assumir também que o realismo moral é falso e rejeitá-lo.

2.3.2 O ARGUMENTO DA ESTRANHEZA

Outro argumento bastante conhecido, ainda mais popular e importante do que o primeiro, é o argumento da estranheza. Esse argumento, também proposto por Mackie (1990, p.38), está estreitamente relacionado à atribuição de caráter normativo ou prescritivo às propriedades morais. Segundo esse argumento, a própria natureza dos fatos ou propriedades morais objetivos nos dariam razões para que duvidássemos da sua realidade.

Tal argumento é composto de duas partes: uma parte metafísica e outra epistemológica. A parte metafísica do argumento sustenta que propriedades morais como aquelas propostas pelos realistas morais são de um tipo tão estranho que nos impõe a postular no mundo entidades, qualidades ou propriedades diferentes de qualquer coisa que haja no universo (*ibid*). Se aceitarmos que há tais propriedades, e aqui entra a segunda parte do argumento, precisaremos ter alguma faculdade perceptiva ou intuitiva especial para que possamos conhecer tal espécie de propriedade. Como podemos ver as duas partes são intimamente ligadas, sendo que uma vez que seja possível responder à primeira parte a segunda já não precisa ser respondida. Mas afinal, o que há de tão estranho nessas propriedades morais a ponto de termos de abrir mão delas para explicar a moralidade?

Como vimos anteriormente, quando emitimos enunciados ou juízos morais não estamos meramente descrevendo fatos da mesma forma que descrevemos uma pedra ou uma cadeira. Um enunciado moral quando é feito, traz consigo algo mais. Um enunciado ou juízo moral, além de descrever fatos ou propriedades morais visa assegurar que os interlocutores aos

quais eles estão sendo emitidos hajam de acordo com o que é descrito, isto é, eles propõem uma direção para os indivíduos. Contudo, e aí surge o problema da estranheza, nenhuma outra propriedade que encontramos no mundo tem essa qualidade de exigir ou direcionar determinadas ações, ou seja, nenhuma propriedade no mundo possui essa normatividade inerente que é exigida pelas propriedades morais. Sendo assim, segundo esse argumento, não há coisas como propriedades morais.

2.3.3 O ARGUMENTO DA EXPLICAÇÃO

Gilbert Harman afirmou que há uma diferença fundamental entre determinadas suposições utilizadas para explicar fenômenos através de teorias científicas e aquelas utilizadas pelos realistas morais, a saber, os fatos morais, para a explicação dos fenômenos morais. Segundo Harman (1977, p.6)

(...) a observação desempenha um papel na ciência que não parece desempenhar na ética. A diferença é que você precisa fazer suposições sobre determinados fatos físicos para explicar a ocorrência das observações que suportam uma teoria científica, mas você não parece precisar fazer suposições sobre quaisquer fatos morais para explicar a ocorrência das assim chamadas observações morais das quais estou falando. No caso moral, parece que você só precisa fazer suposições sobre a psicologia ou a sensibilidade moral da pessoa que efetua a observação moral. No caso científico, a teoria é testada contra o mundo.

Harman pensa que estamos justificados em supor determinados tipos de fatos ou propriedades desde que eles sejam exigidos em nossas melhores explicações sobre os fatos que compõem o mundo. Fatos postulados pela física exercem forte influência sobre a explicação de fenômenos que podemos observar. Ao postular a existência de prótons e elétrons, além de sermos treinados cientificamente e estarmos em condições psicológicas normais, podemos explicar porque vemos um rastro dentro de uma câmara contendo gás supersaturado com vapor de água: há um próton atravessando a câmara e, por essa razão, os elétrons ali contidos se comportam de modo a produzir o rastro que observamos. Por possibilitar essa explicação, estaríamos justificados em assumir como verdadeiros os fatos postulados (HARMAN. 1977, pp.7-8).

Por outro lado, segundo Harman, fatos e propriedades morais jamais poderiam assumir esse tipo de papel em nossas explicações sobre o mundo, isto é, nunca estaríamos justificados em assumir os fatos e propriedades morais postulados, pois "(...) não parece haver uma forma na qual a realidade a correção e a incorreção **[tomada aqui como propriedades morais]** de

uma dada situação possam ter algum efeito em nosso aparato sensorial.” (IDEM. p.8. Grifo nosso).

Ao considerar se propriedades ou fatos morais podem exercer o mesmo tipo de papel que propriedades ou fatos físicos exercem nas explicações que fazemos sobre nossas observações do mundo, Harman conclui que podemos nos abster deles sem que, com isso, percamos qualidade na explicação.

Se vemos alguém fazendo algo como degolar uma criança, imediatamente formamos a crença de que esse alguém agiu errado. Segundo Harman, para explicarmos essa situação não precisamos apelar para coisas como propriedades ou fatos morais. O pensador afirma que, ao contrário do que ocorre no caso de propriedades físicas como o próton, nossas explicações da crença de que uma determinada ação, por exemplo “degolar uma criança é errado”, é errada não necessita a exigência de que essa ação seja de fato errada. Segundo Miller (2003, p.142), o que precisamos são fatos não morais sobre a pessoa que executou a ação – que ela portava um instrumento cortante e o utilizou de modo a causar a morte da criança – além de fatos não morais sobre nós mesmos – nossa crença de que “matar crianças é errado” e nossa capacidade de sentir empatia pelos outros.

Se Harman está correto, não há nenhuma necessidade de postularmos a realidade de propriedades e fatos morais e, conseqüentemente, grande parte das teorias realistas apresentadas na seção anterior devem ser abandonadas.

2.3.4 O ARGUMENTO DA SUPERVENIÊNCIA

A superveniência de propriedades ou termos morais sobre propriedades ou termos naturais é a tese que afirma que, comparando duas ações ou características de duas pessoas, não pode haver diferença em enunciados ou propriedades morais sem que haja também diferença nos enunciados ou propriedades naturais, isto é, se duas ações ou pessoas são indistinguíveis uma da outra no tocante às suas propriedades morais ou aos enunciados morais que emitimos sobre elas, então devem ser aplicadas a elas as mesmas propriedades e enunciados utilizando termos naturais a ambas.

Hare (1952) nos dá um exemplo esclarecedor sobre como funciona a superveniência aplicada à moralidade. Ao afirmarmos “St. Francis é um bom homem”, não estamos apenas dizendo que há um homem chamado Francis e que ele é bom ou agiu bem, estamos afirmando ou, pelo menos, pensando que qualquer homem com as mesmas características, com o mesmo comportamento e estando nas mesmas condições materiais que Francis é bom ou agiu bem,

caso contrário a propriedade ou o predicado bom não pode ser considerado objetivo. Segundo Hare (1952, p.145) “o juízo de que um homem é moralmente bom não é logicamente independente do juízo que ele tem certas outras características que podemos chamar de virtudes ou de características fazedoras de bem; existe uma relação entre eles, embora não seja de vinculação ou de identidade de sentido.”

Simon Blackburn, um dos principais críticos do realismo moral, afirma que é conceitualmente impossível que uma coisa possa ser considerada melhor que outra, ou que uma seja considerada boa e outra má, se elas forem idênticas nos demais aspectos (BLACKBURN *Apud* Fisher, 2011, p.103). A dependência entre propriedades morais e propriedades naturais não é em si um problema para o realismo moral. O problema, segundo Blackburn, é que o realismo moral não é capaz de explicar a conexão necessária que existe entre esses dois tipos de propriedade, explicação essa que, a partir do momento em que se postula a existência de tais propriedades, faz-se necessário explicar. A não explicação dessa relação acaba por tornar a superveniência um fato misterioso (*Ibid.* p.104).

Segundo Fisher (2011, p.105), Blackburn pensa que qualquer sistema moral que não leve em consideração a superveniência é inútil como um guia prático para a tomada de decisões. Uma vez que fundamentalmente a moralidade precisa ser um guia para a tomada de decisões práticas, qualquer sistema moral necessariamente tem de explicar a superveniência, caso contrário de nada serve postularmos teorias e mais teorias sobre a moralidade.

Vimos até aqui uma breve introdução aos debates contemporâneos em metaética, bem como uma caracterização mais ou menos geral do realismo moral e algumas das críticas mais conhecidas contra essa posição. Não nos propomos a analisar as diversas versões do realismo moral ou suas respostas a essas críticas. O intuito de apresentá-las não foi o de fazer uma apresentação e análise exaustivas, mas sim o de mapear o realismo moral de modo a possibilitar a localização da proposta realista que vem a seguir.

No próximo capítulo abordaremos uma proposta de realismo moral inspirada pela teoria popperiana e, posteriormente, no Capítulo 4, como essa teoria responde, se é que responde, às objeções apresentadas no presente Capítulo.

3 A TEORIA DOS TRÊS MUNDOS

Como mencionado no capítulo anterior, há grande discussão sobre a caracterização do realismo moral, se ela deve se dar através de uma perspectiva semântica ou metafísica. Tendo em vista que a tese aqui defendida tem inspiração nas obras de Karl R. Popper, a perspectiva primordial aqui desenvolvida é a metafísica em detrimento da semântica, pois através da Teoria dos Três Mundos apresentada pelo pensador austríaco visamos identificar “onde” podemos encontrar os fatos e propriedades morais na realidade em que vivemos.

Visa-se aqui propor uma forma de realismo moral baseada na tese de Karl R. Popper a qual afirma que a realidade, ou, pelo menos, a realidade que os seres humanos conhecem, é composta por três mundos. É preciso esclarecer, antes de tudo, que Popper em momento algum de sua obra propôs uma teoria metaética sistematizada. Sua teoria dos três mundos é aqui utilizada mais como uma espécie de inspiração e fundamento para a constituição de uma teoria realista sobre a moralidade. Se ela é mais vantajosa do que as outras, isso será visto no próximo capítulo, quando será analisada, inclusive, a capacidade da teoria aqui proposta de responder aos desafios propostos pelos não cognitivistas. Momentaneamente focaremos na construção da proposta de um Realismo Moral de Mundo 3.

Por sustentar sua Teoria dos Três Mundos, Popper endossa um realismo no que toca as entidades abstratas, o que parece permitir a formulação de uma teoria realista sobre a moralidade a partir da sua Teoria dos Três Mundos. Tal realismo se basearia na ideia de que, ao conhecer o funcionamento de instituições sociais ou mesmo ao apreender teorias ou normas morais, o ser humano sofre influência dessas entidades abstratas, muitas vezes modificando seu “agir no mundo” e, conseqüentemente, modificando o próprio mundo físico. O realismo moral que aqui se quer propor permite afirmar que discursos e ações morais podem ser considerados corretos ou incorretos tendo por referência a essas entidades ou objetos, os quais estariam situados naquilo que Popper chama de mundo 3, o mundo das entidades abstratas objetivas. Tais entidades seriam reais no sentido de que interagem com o mundo 1, o mundo das entidades físicas, por intermédio do mundo 2, o mundo da subjetividade, das vivências e experiências particulares. A partir de agora, passaremos a formular mais precisamente em que consiste essa Teoria dos Três Mundos e o realismo moral que estamos propondo.

Primeiramente apresentaremos a noção de realidade utilizada por Popper e que fundamenta o realismo contido na sua teoria dos três mundos, que será apresentada na terceira seção, destacando suas características principais e explicar, sobretudo, como se desenvolvem esses três mundos e como eles se relacionam entre si. Depois disso, será apresentada,

propriamente, a maneira pela qual se poderia formular um realismo moral a partir da teoria dos três mundos de Popper.

3.1 A NOÇÃO DE REALIDADE UTILIZADA POR POPPER

Desde a antiguidade, mais precisamente desde que Platão formulou sua Teoria das Ideias pondo em questão a realidade como comumente ela era compreendida ao longo da história da filosofia²¹, têm-se discutido muito sobre o que constitui a realidade, ou seja, sobre o que pode ser considerado real. De particular interesse para os filósofos sempre foi a discussão sobre a existência ou não de entidades abstratas, entidades que não podemos acessar pelos sentidos, mas que não integram meramente o conteúdo de nossa mente, possuindo uma independência em relação a nós mesmos.

Discussões entre filósofos *realistas* e *antirrealistas*²² em relação a determinado tipo de entidade abstrata se fazem presentes em praticamente todos os campos da filosofia, tanto teórica quanto prática: no campo da ética, há a disputa sobre a realidade de entidades morais; os filósofos da matemática debatem sobre se a realidade dos objetos matemáticos depende ou não dos signos numerais; na semântica, há o problema da realidade autônoma dos significados, dentre muitos outros debates.

Existem inúmeras outras áreas sobre as quais o debate entre realismo e antirrealismo recai, dentre as quais está a ciência, com o debate sobre a necessidade da utilização de entidades abstratas em contextos científicos. A visão tradicional que comumente se tem da ciência é empirista, isto é, a visão segundo a qual a ciência se caracterizaria pelo seu caráter empírico, fundamentada em fatos do mundo físico verificáveis pela experiência sensorial. Para o empirista, a utilização de uma linguagem que tem como referência entidades não observáveis²³

²¹ “Na antiguidade, Platão e Aristóteles discutiam se havia Ideias e Formas que existiam independentes da matéria e dos objetos materiais. Por toda a Idade Média, filósofos realistas e nominalistas debateram se os universais eram realidades ou meros símbolos. Na época moderna, os filósofos da matemática conduziram um debate paralelo sobre a natureza dos objetos matemáticos, em que formalistas identificavam os números aos numerais e os realistas asseguravam que os números possuíam uma realidade independente, constituindo um terceiro mundo, separado dos mundos da mente e da matéria” (KENNY. 2009, pp. 206-207).

²² Realistas serão no presente trabalho tomados como aqueles filósofos que atribuem realidade a entidades abstratas em contraposição aos antirrealistas, que afirmam que apenas entidades físicas ou materiais são reais. Não serão abordadas aqui discussões particulares como a dos Realistas X Nominalistas ou mesmo dos Realistas X Formalistas, pois o objetivo é somente apresentar uma noção geral sobre esta discussão.

²³ Carnap (1975, pp.119 – 134) faz uma brilhante apresentação sobre as implicações de uma linguagem que se utiliza de entidades abstratas como referência no nível linguístico, fazendo uma distinção entre questões internas e externas de existência. Para o autor, deixar de usar entidades abstratas na formulação de teorias pode levar inclusive a obstrução do progresso científico. Estas formas linguísticas que se referem a entidades abstratas devem ser permitidas desde que sejam frutíferas para os propósitos para os quais estão sendo utilizadas, em especial quanto “a análise, interpretação, esclarecimento ou construção das linguagens comunicativas, especialmente as linguagens da ciência.” (Ibid. p.133)

tende a ser vista com certo desconforto. Este desconforto em admitir entidades não observáveis, por parte da maioria dos empiristas, advém da possível necessidade de assumir uma ontologia que postula a realidade de tais entidades. Por outro lado, parece impossível evitar a referência a tais entidades quando se trata de ciência, pois do contrário seria necessário o abandono de diversos programas de pesquisa, como os da matemática e da física, que não podem prescindir de entidades como números, funções, átomos, moléculas, elétrons, nêutrons, etc.

Karl Popper esteve sempre envolvido com problemas relacionados ao conhecimento, seja o conhecimento científico, que para ele era o mais importante dos desenvolvimentos humanos, seja o conhecimento humano de um modo geral. Foi buscando identificar e explicar as possibilidades e a origem do conhecimento que o filósofo vienense veio a desenvolver, especialmente em suas obras pós 1960, argumentos e teorias que vão muito além do clássico problema da demarcação²⁴, passando a abranger áreas como a psicologia, a antropologia, a política e, como veremos aqui, até mesmo a metafísica ou ontologia, que, segundo o autor, é uma área essencial para o desenvolvimento científico. Contudo, é preciso estabelecer que, para ele, qualquer doutrina ou teoria que não fosse passível de teste empírico é tida como metafísica, e isso inclui desde leis gerais da natureza até ideologias, mitos e doutrinas religiosas.

Popper se assume um realista ao afirmar crer na existência de regularidades na natureza ou no mundo. Essa crença é de caráter especulativo e por vezes vaga, pois ela não tem nenhuma garantia por parte da ciência e, portanto, deve ser tratada como uma teoria ou hipótese metafísica.

Segundo Roberta Corvi (2005, p.79), Popper trata o realismo como uma conjectura irrefutável, cuja validade não pode ser demonstrada ou testada cientificamente. Deste modo, pode-se afirmar que o realismo defendido pelo autor é de cunho metafísico ou ontológico, e trata-se da “concepção segundo a qual existe um mundo real a ser descoberto” (POPPER. 1978, p.160). O realismo nesse sentido é uma concepção segundo a qual o mundo existe ou é real independentemente do que os seres humanos possam pensar sobre ele. Os objetos que neste mundo se encontram possuem suas próprias propriedades e relações, possuem uma natureza que pode ou não ser descoberta pelos seres humanos, que independem do conhecimento ou das crenças humanas.

²⁴ Popper denomina o problema da demarcação como “o problema de estabelecer um critério que nos habilite a distinguir entre as ciências empíricas, de uma parte, e a Matemática e a Lógica, bem como os sistemas metafísicos, de outra.” (POPPER. 1999a, p.35). O autor atribuiu a descoberta do problema da demarcação a Immanuel Kant, quem, segundo Popper, teria sido o primeiro pensador a tentar, de forma rigorosa, delimitar o âmbito do conhecimento científico. Popper afirmou que o problema da demarcação é fundamental para o empirismo, pois visa estabelecer o âmbito das ciências naturais, distinguindo-o das pseudociências assim como das teorias metafísicas.

Popper sugere que aceitemos a realidade de entidades abstratas, pois essas são capazes de, através de uma cadeia causal, produzir efeitos no mundo físico. Segundo o autor, algo é tomado como real quando possui a propriedade de “agir causalmente sobre ou interagir com coisas materiais reais comuns” (POPPER, 1991, p.27). Essa ideia de realidade pressupõe que coisas materiais sejam reais desde que estejam inseridas em uma cadeia causal que venha a produzir algum efeito sobre algo físico, como os sentidos por exemplo.

A ideia fundamental de realidade, de acordo com Popper (2006, pp. 22 – 23), é que real seja considerado tudo aquilo que seja capaz de interagir com as entidades físicas, partindo das coisas materiais mais básicas, como uma cadeira ou uma caneta, para coisas como a atração magnética, a eletricidade e a força da gravidade, as quais podem se fazer sentir ou tornar seu efeito de algum modo perceptível, mas não serem reconhecidas fisicamente fora dessa cadeia causa-efeito.

Tendo isso em vista, Popper (1991, pp. 27-28) afirma que “deve-se então admitir que as entidades reais podem ser concretas ou abstratas em vários graus. Em física, aceitamos forças e campos de força como reais, pois agem sobre coisas materiais. Mas essas entidades são mais abstratas e, talvez, também mais conjecturais ou hipotéticas do que são as coisas materiais comuns.” Isto quer dizer que, para Popper, há graus diversos de realidade que não impedem que sejam tomadas entidades abstratas como sendo reais. Popper concorda com os materialistas que coisas materiais são reais e funcionam como “paradigmas da realidade” (POPPER, 1991, p.28). Do mesmo modo ele concorda com os físicos sobre a realidade de entidades da física teórica, mesmo essas sendo mais abstratas que a matéria. Mesmo de modo conjectural, as entidades físicas, inclusive as “mais abstratas”, são tomadas como reais devido à interação existente entre elas, devido aos efeitos que elas causam umas às outras. No entanto, Popper amplia ainda mais essa noção de realidade afirmando que não apenas entidades abstratas no nível da física teórica podem ser consideradas reais; também o são os estados mentais e as entidades abstratas objetivas criadas pela mente humana, como os números por exemplo.

Eventos e estados mentais também são reais por interagirem de alguma forma com as coisas físicas, como os corpos humanos por exemplo. Ao sentir-se preocupada em ter sua casa roubada, mesmo sem motivo aparente, uma pessoa pode vir a agir de modo a colocar grades ao redor da sua residência ou a colocar um sistema de segurança que venha a modificar o cotidiano de sua família. Um governante, ao sentir-se ameaçado pelo povo ou por outros governantes, pode agir destemperadamente por medo de perder o poder e, devido a isso, matar muitas pessoas. Além desses, existem muitos outros estados mentais que podem vir a explicar ações humanas, como ambição, determinação, angústia, amor, ódio, etc. Popper afirma que esses eventos e estados são reais e de forma alguma podem ser reduzidos a entidades e eventos físico-químicos,

pois não há como, a partir destes últimos, derivarmos todos os estados mentais e seus efeitos sobre o corpo.

Segundo Popper, entidades abstratas como os números, conjecturas, instituições e teorias também exerceriam, de forma indireta, efeitos causais sobre coisas físicas. Deste modo essas entidades podem ser consideradas reais em um sentido semelhante às coisas físicas e aos estados mentais. O argumento fundamental defendido por Popper que o leva a atribuir realidade a entidades abstratas consiste em constatar que o mundo físico (ou as entidades físicas), além da interação físico-química existente e da influência dos estados mentais sobre corpos físicos, é amplamente modificado por conjecturas científicas, pelas religiões, pelas instituições sociais, por ideologias diversas, etc. A ciência, assim como outras áreas criadas pelo ser humano, através de suas conjecturas e teorias, pode modificar de forma decisiva o mundo físico e por isso, segundo o autor, as entidades abstratas devem ser tomadas como reais.

Deste modo, ao atribuir realidade a esses três domínios de objetos ou, como o próprio Popper prefere chamar, a esses três mundos, o autor se autodenomina um realista, o mais próximo que se pode chegar de um realista ingênuo. Ele afirma o seguinte: “[q]uero confessar (...) que sou um realista; sugiro, um tanto como um realista ingênuo, que há mundos materiais e um mundo de estados de consciência e que estes dois interagem. E creio que há um terceiro mundo, num sentido que explicarei mais amplamente.” (POPPER. 1999b, p.109).

Segundo Corvi (2005, p.86), Popper, ao falar sobre os três mundos, não está tratando-os cientificamente, pois, assim como o monismo e o dualismo, o realismo e o antirrealismo não são teorias refutáveis; trata-se de teorias metafísicas segundo o critério de demarcação de Popper. A teoria dos três mundos é, portanto, uma teoria metafísica. Deste modo, pode-se afirmar que a realidade das entidades abstratas defendida por Popper está no âmbito da metafísica, isto é, no nível mais amplo da realidade, que abarca os três mundos de sua teoria.

Popper é defensor de um realismo de cunho metafísico, “concepção segundo a qual existe um mundo real a ser descoberto” (POPPER, 1977, p.160). Segundo Popper, somente um realismo de tal tipo é capaz de resolver alguns problemas – como o problema de Compton²⁵

²⁵ Levando em consideração que coisas não-físicas tais como objetivos, deliberações, teorias, intenções e valores exercem algum papel na produção de mudanças no mundo físico e que nem todas as mudanças físicas podem ser explicadas tão somente por teorias fisicalistas deterministas ou então devidas ao mero acaso, o problema é compreender por que coisas não físicas afetam o mundo físico de tal modo. Segundo Popper (1999b, p. 211), A. H. Compton estava ciente deste problema como sugere a seguinte citação de suas Conferências da Fundação Terry (COMPTON apud POPPER. 1999b, p. 211): “há algum tempo escrevi ao secretário da Universidade de Yale concordando em proferir uma conferência a 10 de novembro, às 5 horas da tarde. Ele tinha tanta confiança em mim que enunciou publicamente que eu lá estaria, e o auditório tinha tanta confiança em sua palavra que foi ao salão à hora especificada. Considere-se, porém, a grande impossibilidade física de que sua confiança fosse justificada. Nesse meio tempo, meu trabalho chamou-me às montanhas Rochosas e a atravessar o oceano para a ensolarada Itália. Um organismo fototrópico (como acontece ser o meu) não conseguiria facilmente... arrancar-se

que envolve os problemas do indeterminismo e da liberdade humana. O realismo nesse sentido, isto é, um realismo de cunho metafísico, é uma concepção segundo a qual o mundo existe ou é real independentemente do que os seres humanos possam pensar sobre ele. Os objetos que neste mundo se encontram possuem suas próprias propriedades e relações, possuem uma natureza que pode ou não ser descoberta pelos seres humanos, que independe do conhecimento ou das crenças humanas. Popper afirma que seus três mundos são reais neste sentido, eles são partes que, em conjunto, formariam a realidade em toda sua complexidade, sendo o mundo 3 aquele no qual os seres humanos desenvolveriam e apresentariam suas concepções sobre o mundo 1 e sobre o mundo 2.

Segundo Horwich (1980, p.57 apud PLASTINO, 1995), há um problema grave em assumir o realismo. De acordo com o autor, há um conflito entre “a metafísica do mundo (sua independência em relação a nós) e sua acessibilidade epistemológica (nossa capacidade de apreendemos algo a seu respeito).” Esse conflito, porém, parece poder ser resolvido de forma satisfatória pelo pluralismo popperiano, o que vem a falar a favor deste posicionamento. A teoria dos três mundos de Popper afirma que o conhecimento humano sobre o mundo se dá através da formulação de teorias que visam explicar o mundo. Não há conhecimento advindo do acesso direto aos fatos do mundo. O acesso epistêmico ao mundo se dá através da apreensão, atividade exercida pelo mundo 2, das teorias formuladas no mundo 3, que visam explicar o mundo 1.

Utilizando-se dessa noção de realidade, que faz com que as coisas reais sejam independentes dos sujeitos conhecedores, Popper veio a distinguir duas espécies de conhecimento: o conhecimento no sentido subjetivo ou de mundo 2, que depende das disposições inatas para agir de um sujeito conhecedor; e o conhecimento no sentido objetivo ou de mundo 3, que independe de tal sujeito e é resultado da atividade cognitiva dos sujeitos formulada de modo objetivo e comunicável, como as teorias conjecturais, situações de problemas e argumentos (POPPER. 1999b, p.122).

Dada a independência de um sujeito conhecedor, esse conhecimento de mundo 3 pode ser considerado como uma espécie de instituição social, cujos efeitos são os de serem experimentadas pelos sujeitos como sendo algo externo a eles, que diferem das suas

dali para ir à frígida New Haven. As possibilidades de estar eu em outra parte nesse momento eram em número infinito. Considerada como um evento físico, a probabilidade de atender a meu compromisso era fantasticamente pequena. Por que, então, era justificada a crença do auditório?... Eles conheciam meu propósito (que) determinava que eu estaria lá.” Este caso da viagem de Compton apresenta um problema que pode ser posto do seguinte modo: como um conteúdo ou significado abstrato (contido em documentos, pronunciamentos, promessas, regras morais, etc.) pode controlar os movimentos físicos de um homem? A este problema Popper denominou Problema de Compton.

experiências e vivências subjetivas. Instituições se assemelham a objetos externos físicos, como mesas e cadeiras, que independem do que o indivíduo pensa sobre eles. Do mesmo modo que os objetos físicos, embora possa ser modificada de outros modos, uma instituição não pode ser eliminada ou transformada pelo mero desejo ou sentimento de que ela não é o que deveria ser para um sujeito particular (BERGER; BERGER. 1983, pp. 84—88). Foi a insistência de Popper sobre os aspectos objetivos do conhecimento que levou o autor a desenvolver sua teoria do mundo 3.

Dado que as teorias científicas podem ser consideradas verdadeiras ou falsas quando correspondem ou não aos “fatos independentes do mundo”, Popper também assume um realismo que pode ser chamado de “realismo científico” no tocante às teorias científicas. O realismo científico afirma que as teorias científicas representam coisas no mundo, representam a forma como o mundo funciona, isto é, que as coisas descritas nas teorias dizem respeito ou falam sobre coisas do mundo material ou físico, talvez até mesmo do mundo mental – no caso da psicologia.

O realista atribui realidade aos objetos estudados pela ciência, sendo esta realidade independente dos sistemas teóricos utilizados. O mundo é habitado por entidades autônomas que independem do que se pense sobre elas, são entidades objetivas sobre as quais os teóricos formulam teorias que são verdadeiras ou falsas quando confrontadas com a “realidade”. Deste modo, segundo Van Fraassen (1989, p.7 apud PLASTINO. 1995), as leis e teorias científicas são descobertas sobre esse mundo de entidades autônomas e objetivas e não meras ficções ou invenções como afirmaria um anti-realista.

Segundo Plastino (1995, p.9) há um conjunto de sete teses que caracteriza o realismo científico, são elas:

- 1) A existência e a natureza dos fatos do mundo independem das teorias ou métodos que a ciência utiliza;
- 2) Toda asserção científica, interpretada literalmente, é ou verdadeira ou falsa;
- 3) O valor-de-verdade de uma asserção científica é determinado pelo mundo. Uma asserção é verdadeira quando mantém uma relação de correspondência com o mundo;
- 4) A ciência procura teorias que façam uma descrição verdadeira (ou aproximadamente verdadeira) do mundo;
- 5) Os termos teóricos preservam sua referência durante as mudanças científicas. As teorias científicas sucessoras incorporam o cerne das teorias precedentes;
- 6) O progresso da ciência consiste num progresso convergente de aproximação de uma teoria científica completa e verdadeira;
- 7) Nas ciências maduras, as teorias são aproximadamente verdadeiras e seus termos centrais referem-se a objetos do mundo.

Popper considera as teorias científicas os principais “habitantes” do mundo 3, pois além de elas exercerem influência inquestionável sobre o mundo 1, sendo deste modo reais no sentido

já mencionado, a saber, elas são reais no sentido de que podem causalmente agir sobre ou interagir com objetos físicos, as teorias científicas são o que de mais seguro o ser humano pode conhecer sobre o mundo. Corvi (2005, p.87) dá um bom exemplo dessa influência:

Tome, por exemplo, a enorme influência de teorias e ideologias – típicos habitantes do Mundo 3 – sobre nossas vidas e ao nosso redor. É com base em teorias que nosso habitat tem mudado ao ponto que nós estamos aptos a voar ou a nos comunicar em tempo real com o mundo todo; enquanto ideologias marcam a vida política e social, formando e direcionando mesmo as escolhas pessoais, privadas do indivíduo. A influência de ambas é bastante comparável ao de bactérias e afins, como podemos facilmente ver se pensarmos nos efeitos da teoria atômica ou das doutrinas econômicas.

Portanto, visto o que foi apresentado nessa seção, pode-se afirmar que Popper, ao defender a realidade tanto de objetos e entidades físicas quanto de processos mentais e objetos e entidades abstratas, por um lado, em um nível mais amplo, defende um realismo de cunho metafísico, ou seja, existem objetos físicos, processos mentais e objetos e entidades abstratas independentemente da crença ou conhecimento humanos. Tal realismo é metafísico no sentido de que não é testável, a teoria dos três mundos não é refutável. Por outro lado, em um nível restrito apenas às teorias científicas, em especial as ciências naturais, Popper defende um realismo científico, pois afirma que há um mundo real que pode ser conhecido e que independe da teoria, tal mundo se manifesta através dos erros que são descobertos nas teorias quando essas se chocam com a realidade (DUTRA. 2003, p. 95).

A partir dessa noção de realidade, mais especificamente da noção metafísica de realidade, Popper passa a falar em três domínios que compõem o que pode ser considerado real, a saber, o mundo 1, o mundo 2 e o mundo 3. A seguir abordaremos em pormenores a Teoria dos Três Mundos, apresentando a maneira como, segundo o autor, os três mundos teriam se desenvolvido, assim como o modo como se dariam as relações entre eles.

3.2 A TEORIA DOS TRÊS MUNDOS

Popper sugeriu que a realidade humana é composta por três esferas inter-relacionadas, defendendo assim uma filosofia pluralista segundo a qual podemos atribuir realidade a três mundos ou universos²⁶ distintos que interagem entre si. Há, primeiro, o que ele chama de mundo 1, “o mundo que consiste dos corpos físicos: de pedras e de estrelas; de plantas e de

²⁶ Segundo Popper (1999b, p.108), para explicar a expressão “terceiro mundo” não se deve levar demasiado a sério as palavras “mundo” e “universo”. Esses termos, para serem mais bem compreendidos no interior da teoria dos três mundos de Popper, devem ser tomados como “submundos” que constituem o mundo tal como os seres humanos o compreendem.

animais; mas também de radiação, e de outras formas de energia física.” (POPPER. 1978, p.143). Em segundo lugar, há a esfera das experiências psicológicas conscientes e inconscientes, de estados mentais, desejos e memórias, “o mundo dos nossos sentimentos de dor e de prazer, dos nossos pensamentos, das nossas decisões, das nossas percepções e das nossas observações; em outras palavras, o mundo dos estados ou processos mentais ou psicológicos, ou das experiências subjetivas.” (*Ibid.*). A este segundo mundo Popper denomina mundo 2. Por fim, Popper defende a realidade de uma terceira esfera, o mundo 3, que, de acordo com ele, é “o mundo dos produtos da mente humana, tais como linguagens; contos e histórias e mitos religiosos; conjecturas ou teorias científicas, e construções matemáticas; músicas e sinfonias; pinturas e esculturas” (*Ibid.*). Este é o mundo dos inteligíveis, composto pelos objetos do pensamento que são objetivos e experiencialmente inobserváveis (POPPER. 1999b, p. 152). Ao mesmo tempo em que ele é produto da mente humana, o mundo 3 é objetivo, autônomo e tem caráter institucional. É objetivo porque, depois de ser constituído, independe dos seres humanos para ser real; é autônomo porque há nele coisas para serem descobertas e que são reais mesmo que nunca venham à luz do conhecimento humano; e é institucional porque, a partir do momento da sua criação ou instituição, ele é visto como algo externo a nós e capaz de nos coagir a agir de determinadas formas. Popper acreditava que os objetos que habitam o mundo 3, tais como a linguagem, as instituições, as teorias científicas, os mitos e os objetos culturais em geral são reais no sentido de que exercem influência causal sobre o mundo físico, ou mundo 1, por intermédio de sua apreensão por parte da mente humana, ou mundo 2.

A distinção entre mundo 2 e mundo 3 é de enorme importância, pois ela permite que sejam apreciadas as diferenças entre os processos mentais criadores, que são subjetivos e não passíveis de análise crítica, e os produtos destes processos, que são objetivos e, portanto, criticáveis. O autor afirma que há uma nítida distinção entre o mundo 2 e o mundo 3, ou entre os processos do pensamento e seus significados ou conteúdos. Segundo o autor (POPPER. 1978, p.191):

Quando penso num quadro que conheço bem, pode ser necessário certo esforço para que eu relembre e o coloque “diante dos olhos da mente”. Posso distinguir entre (a) o quadro real [ou físico, ou pertencente ao mundo 1], (b) o processo de imaginá-lo, que envolve certo esforço e (c) o resultado mais ou menos bem sucedido, ou seja, o quadro *imaginado*. Claro está que o quadro imaginado (c) pertence exatamente como (b), ao mundo 2 e não ao mundo 3. Não obstante, posso dizer dele coisas análogas às relações lógicas entre enunciados. Posso dizer que a imagem que faço do quadro no tempo *t1* é incompatível com a imagem que faço no tempo *t2* e até mesmo com um *enunciado* como: “No quadro só são visíveis a cabeça e os ombros do homem pintado.”

No exemplo acima, há, por um lado, o processo de imaginar um dado quadro, processo este que é particular ou subjetivo e que não pode ser debatido criticamente. Por outro lado, há

o objeto apreendido, codificado em uma determinada linguagem, no presente caso o quadro, que transmite algum conteúdo, algum significado, que, quando apreendido pelo sujeito, pode ser descrito em forma de enunciado podendo assim ser criticado e discutido do mesmo modo que o próprio quadro. Apresentaremos, a seguir, como emergem o mundo 2 e o mundo 3, tendo como origem o mundo 1.

3.2.1 O MUNDO 1: O PONTO DE PARTIDA PARA O PLURALISMO POPPERIANO

Para explicar o surgimento ou emergência dos mundos 2 e 3, Popper sustentou que a mente se desenvolveu através da evolução e decorrente aumento da complexidade dos organismos no mundo físico. Em relação ao mundo 3, especificamente, o autor afirma que ele teria surgido do desenvolvimento e aprimoramento do uso da linguagem através da interação entre os mundos 1 e 2 (POPPER. 1978, p.196). O autor escolheu os nomes mundo 1, mundo 2 e mundo 3 por eles serem nomes neutros e, ao mesmo tempo, não de todo convencionais. A numeração corresponde a sua respectiva idade, pois parece bem estabelecido no meio científico que o mundo físico precede a emergência das percepções, sensações e reações psicológicas, que pertenceriam ao mundo 2, enquanto que a consciência humana serviria de base para o surgimento da linguagem humana a partir da qual o mundo 3 haveria se constituído (CORVI. 2005, pp. 85 – 86).

Ao adotar um viés evolucionista²⁷, Popper buscou explicar como os mundos evoluem e como culminam com a criação do mundo das entidades abstratas através do desenvolvimento orgânico dos seres vivos e, em um momento mais avançado deste desenvolvimento, a evolução da linguagem humana, produzindo, assim, o que o autor chamou de mundo 3. Popper sugere um resumo bastante esquemático de como esses mundos evoluem, no qual os números entre parênteses na coluna da direita sugerem a ordem que essa evolução seguiu:

²⁷ Popper assume um ponto de vista otimista do evolucionismo de Darwin. Esse ponto de vista, que consiste não na competição e aniquilação do mais fraco, mas sim em expandir a liberdade e buscar melhores condições de vida, possibilita tomar o mundo, ou mesmo a sociedade como um todo, não como sendo entidades malignas que visam subjugar os seres que nele vivem, mas sim como um espaço aberto para a busca de nichos ecológicos mais satisfatórios, uma busca por melhores condições de vida. Para mais detalhes ver: POPPER, Karl R. Conhecimento e formação da realidade: A busca por um mundo melhor. In: Em Busca de um Mundo Melhor. São Paulo: Martins, 2006.

Mundo 3 (os produtos da mente humana)	(7) Obras de arte e de ciência (inclusive tecnologia) (6) Linguagem humana. Teorias do “Eu” e da Morte [teorias sobre a passagem do tempo]
Mundo 2 (o mundo das experiências subjetivas)	(5) Consciência do “Eu” e da morte [também da passagem do tempo] (4) Sensibilidade (consciência animal)
Mundo 1 (o mundo dos objetos físicos)	(3) Organismos vivos (2) Elementos mais pesados; Líquidos e Cristais (1) Hidrogênio e Hélio

FONTE: POPPER, Karl R.; ECCLES, John C. O Eu e seu Cérebro. Campinas, SP: Papirus, 1991.

Popper concorda com os materialistas no tocante à realidade das coisas materiais e sobre como elas servem de paradigma para a noção de realidade que ele propõe e defende. O autor também concorda com o ponto de vista dos fisicalistas, ou materialistas modernos, pois também considera reais as entidades da física teórica, tais como os campos de força e as cargas magnéticas. Popper expande ainda mais a noção de realidade, ainda dentro dos limites do mundo 1, ao afirmar que “(...) tendo aprendido sobre forças físicas, eventos e processos, podemos descobrir que coisas materiais, sobretudo, sólidas, devem ser interpretadas como processos físicos muito especiais, nos quais as forças moleculares desempenham um papel dominante.” (POPPER. 1991, p.28). Desse modo, o mundo físico é constituído também de coisas que não são perceptíveis sem o auxílio de teorias e instrumentos, isto é, coisas que os sentidos humanos não são capazes de perceber diretamente.

Popper adota, também de acordo com os materialistas e fisicalistas, concordando assim com as teorias darwinistas, a hipótese evolucionária de que a vida originou-se muito provavelmente da síntese de moléculas muito primitivas e evoluiu através da seleção natural. Popper considera que alguns dualistas materialistas falham por suas teorias não serem compatíveis com o darwinismo²⁸, pois não conseguem explicar, em termos da sua utilidade biológica, o surgimento dos processos e eventos mentais em um mundo que a princípio era, pelo menos hipoteticamente, totalmente físico. No interior do darwinismo os eventos e estados mentais podem ser explicados somente através da sua função biológica, o que não ocorre com as teorias criticadas por Popper.

Tomando o mundo 1, em especial os objetos físicos cuja extensão e forma podem ser facilmente apreendidos pelos sentidos humanos, como paradigma de realidade, Popper afirma que, em primeiro lugar, há o mundo dos corpos físicos ou materiais “de pedras e estrelas; de plantas e de animais; mas também de radiação, e outras formas de energia física.” (1978, p.144). Segundo Popper (2006, p.19):

²⁸ Para mais detalhes da crítica de Popper a incompatibilidade de algumas dessas teorias, cf.: POPPER; ECCLES. 1991, pp. 101 – 105 e pp. 119 – 121.

Partes da realidade em que vivemos constituem uma realidade material. Vivemos na superfície da Terra, que os homens apenas recentemente – durante os oitenta anos da minha vida – descobriram. Sobre seu interior, sabemos um pouco, com ênfase em ‘pouco’. À parte a Terra, há o Sol, a Lua e as estrelas. Sol, Lua e estrelas são corpos materiais. A Terra, juntamente com o Sol, Lua e estrelas, nos dá a primeira ideia de um universo, um cosmos. (...) Sobre a Terra, encontramos dois tipos de corpos: animados e inanimados. Ambos pertencem ao mundo físico, ao mundo das coisas materiais. Chamo esse mundo de ‘mundo 1’.

Apresentado dessa forma, é possível afirmar que o mundo 1 é constituído ou habitado por entidades físicas inanimadas, como as rochas e as estrelas, mas também por entidades físicas animadas, como os animais. Todos os organismos vivos são entidades solucionadoras de problemas, estão sempre ocupados, em especial, buscando soluções para o problema da sobrevivência, que seria o mais básico de todos os problemas. Depois deste, surgiriam outras espécies de problemas, como a busca de um nicho ecológico melhor, busca por maior liberdade e principalmente por melhores condições de vida.

Em sua explicação de como, a partir do mundo 1, teriam surgido os mundos 2 e 3 ao longo do processo evolutivo da espécie humana, Popper assume a hipótese da evolução emergente, a qual precisamos compreender para entendermos adequadamente o surgimento desses mundos.

Popper acredita em um mundo aberto e indeterminado, no qual a evolução pode trazer consigo consequências e novidades imprevistas – como o surgimento de um novo tipo de entidade – que por sua vez não podem ser reduzidas ou organizadas conforme os elementos ou entidades existentes antes do seu surgimento (POPPER. 1999b, p.33). A evolução criativa ou emergente, exatamente por trazer à tona elementos novos e imprevistos, impossibilita a redução completa dos elementos posteriores aos anteriores. A emergência é um processo que pode produzir “mudanças rápidas, imprevisíveis e progressivas que trazem vida à existência e tem ocasionalmente alterado radicalmente o curso da sua história, indo além dos limites de antigas restrições e construindo novos níveis de existência, relacionamento e operação.” (REID. 2007, p.22).,

De modo bastante geral, podemos dizer que emergência é o fenômeno que ocorre quando, do alcance de um determinado grau de complexidade por parte de um sistema, surgem elementos novos e imprevistos que são resultado dessa complexidade. Embora sendo resultado do aumento da complexidade nas relações entre as partes que compõem esse sistema, uma propriedade ou entidade emergente, de forma alguma, pode ser compreendida a partir das partes, vistas isoladamente, que a compõem, isto é, este tipo de propriedade não é redutível às partes que permitiram seu surgimento.

Segundo David Chalmers (2006), a explicação do surgimento de novas entidades ganha força devido a impossibilidade de explicar todos os fenômenos, especialmente o fenômeno da consciência e seu surgimento, em termos puramente fisicalistas. Sobre isso ele afirma que

Se há determinados fenômenos cuja existência não é dedutível de fatos sobre a exata distribuição de partículas e campos ao longo do espaço e do tempo (juntamente com as leis da física), então isso sugere que novas leis fundamentais da natureza são necessárias para explicar esse fenômeno. (CHALMERS. 2006, p.245).

Chalmers (2006, pp. 245-246) afirma que há dois tipos ou conceitos de emergência, um forte e um fraco. A ideia fundamental da emergência forte é que, quando o mundo físico alcança um certo nível de complexidade isso faz com que surjam entidades ou propriedades imprevistas que são ontologicamente irreduzíveis às partes mais fundamentais das quais essas novas entidades emergiram. Essas novas entidades têm força causal que, por sua vez, é irreduzível à força causal das propriedades da sua base subveniente. Entidades emergentes nesse sentido forte são, apesar disso, entidades que são supervenientes sobre o complexo de entidades e relações que permitiram seu surgimento. A emergência forte pode ser utilizada para rejeitar a forma fisicalista de ver o mundo, enquanto que a emergência fraca pode contribuir com essa forma. Em concordância com a proposta de Karl Popper, assumiremos o que Chalmers (2006, pp.246-250) chamou de emergência forte para explicar o surgimento do mundo 2 e, subsequentemente, o surgimento do mundo 3, isto é, assumiremos que propriedades ou entidades emergentes são aquelas que não podem ser deduzidas a partir das entidades ou propriedades que as originam. Além disso, assumiremos a afirmação de que as entidades emergentes nesse sentido forte não podem ser reduzidas às entidades que faziam parte do sistema antes do seu surgimento, ou seja, elas passam a fazer parte da realidade enquanto entidades irreduzíveis embora ligadas às entidades anteriores através da relação de superveniência.

Após compreendermos um pouco melhor a hipótese da evolução emergente, estamos em condições de compreender a explicação popperiana de como teriam surgido os mundos 2 e 3 a partir do mundo 1.

Conforme Popper, é a solução de problemas e a possibilidade de que os organismos possam vir a solucioná-los que os leva a se tornarem cada vez mais complexos. É da atividade de solucionar problemas cada vez mais complexos, com o progresso na busca de melhores condições de vida, que emerge o mundo 2, tornando assim esses organismos, de alguma forma, tornam-se conscientes desse processo, dessa busca por soluções. O mundo 2 é o mundo das vivências, experiências subjetivas e estados mentais da parte animada do Mundo 1,

principalmente dos seres humanos, mas também, possivelmente, dos demais animais e talvez até mesmo das plantas.

Mas, como Popper procura enfatizar, o mundo 2 surgiu por meio de uma evolução emergente, não podendo, assim, ser simplesmente reduzido. O mundo 2 não pode ser simplesmente reduzido às atividades que o geraram, ou mesmo às atividades e processos físicos do corpo, pois dele surgem novos problemas e novos elementos que o constituem e que não são (puramente) físicos, mesmo que em parte dependam desses processos físicos.

Segundo Popper (2006, p.33), a consciência, ao contrário da parte física dos organismos, não está sempre empenhada em solucionar problemas como o da sobrevivência, apesar de que essa seja uma de suas funções biológicas mais importantes. Ela auxilia no processo de aprendizagem do organismo, conduzindo-o a solução de problemas que seu corpo tão somente não é capaz de resolver. Outra função da consciência, assim como de outros eventos e processos mentais subjetivos, consiste em indicar a posição do organismo ou indivíduo no mundo. Sob este aspecto a percepção obtida através dos órgãos dos sentidos são auxiliares nessa função de orientar o organismo no mundo físico. Segundo Popper (1991, p.124), é possível ao ser humano perceber somente aquilo que seu “programa”, suas disposições inatas, suas preferências e escolhas pessoais permitem que seja percebido, um exemplo disso pode ser a tentativa de estabelecer o início e do fim de uma cadeia causal²⁹. Mas esse programa é resultado de um conjunto de teorias apreendidas do mundo 3. Desse modo, segundo Popper (1991, p.123) a principal função biológica do mundo 2 é possibilitar o alcance e propiciar a avaliação crítica dos objetos do mundo 3, de modo a possibilitar que o mundo 2 oriente o indivíduo no mundo 1.

É da parte humana do mundo 2 que emerge o mundo dos produtos objetivos da mente humana, ou mundo 3. Todos os objetos ou entidades que habitam esse mundo são de autoria dos seres humanos, embora nem sempre sejam resultado de planejamento ou de criação consciente. O mundo 3 é de extrema importância, pois é nele que é possível encontrar os princípios da lógica, a linguagem propriamente humana (as funções superiores da linguagem),

²⁹ Para que se possa identificar uma cadeia causal é preciso que se estabeleça o início e o fim dessa cadeia. O problema é que não é possível estabelecer esses pontos através da situação física objetiva, a delimitação da cadeia causal é algo que sempre se dá pelo interesse ou pela interpretação do sujeito que está a descrever os fatos. No entanto, isso é um fato sobre esse sujeito em particular, não um fato sobre o mundo físico propriamente dito. Outro sujeito pode vir a descrever o mesmo fato tomando como pontos inicial e final momentos diferentes do evento ocorrido. Objetivamente, na medida em que o mundo físico é tomado por si mesmo como sendo autossuficiente, o mundo físico não apresenta nada como “o início” ou “o fim” de uma cadeia causal, mas sim apenas a sequência contínua e extremamente complexa de causas e efeitos, que se estende indefinidamente tanto para o futuro quanto para o passado, para muito além dos eventos e estados que são descritos pelos indivíduos.

teorias científicas e filosóficas e, como se pretende estabelecer no presente trabalho, os valores, as propriedades, os princípios e as normas morais.

3.2.2 AS ESPECIFICIDADES DO MUNDO 3

O mundo 3 contempla todos os produtos de toda a atividade cultural humana, tudo o que foi produzido pela mente humana considerando seus aspectos inteligíveis e seus conteúdos lógicos objetivos. Alguns objetos do mundo 3 vêm a se tornar objetos do mundo 1, como é o caso de uma cadeira que, enquanto projeto ou modelo ideal descrito por meio de desenhos, medidas e teorias é abstrato ou imaterial, enquanto que a cadeira sobre a qual o sujeito tem experiência sensível é concreta e pertence ao mundo 1. Embora uma teoria ou argumento possa ser incorporado a um determinado livro ou mesmo aplicada na construção de um objeto como um avião, que é um objeto físico do mundo 1, sua realidade é parcialmente independente da existência desse livro ou desse avião, ou de qualquer livro ou objeto existente em todo o mundo 1 (POPPER. 1999b, pp. 116 – 120). Há, deste modo, uma distinção entre o conteúdo lógico inteligível que um objeto material traz consigo e o objeto físico ou material por si mesmo.

Esse conteúdo inteligível pertence a um mundo independente do ser humano e que é distinto do mundo físico. Teorias indubitavelmente exercem influência sobre o mundo físico e, deste modo, são reais no sentido de que podem causar uma ação ou interação com coisas materiais. Nesse sentido, uma teoria é tão real quanto uma bactéria, ambas causam mudanças na realidade. O mundo físico é amplamente modificado não pelos próprios objetos do mundo 3, mas sim por suas “corporificações” em determinados objetos físicos. Porém, não são os aspectos físicos que contribuem para tais modificações. Livros, CDs, obras de arte, além de tantas outras formas de armazenamento e disseminação de informação e conhecimento são tão somente aqueles que “transportam” as teorias e demais objetos do mundo 3, não são eles próprios o conhecimento e a informação, causadoras de mudanças no mundo 1. Segundo Popper (1978, p.195):

Com efeito, a “corporificação” de uma teoria a um livro – e, portanto, a um objeto físico – é exemplo disso [da necessidade de haver três mundos que interajam, cuja interação entre o mundo 1 e o mundo 3 seja mediada pelo mundo 2]. Para ser lido, o livro requer a intervenção de uma mente humana, do mundo 2. Mas requer também a própria teoria [elemento do mundo 3]. Contudo, a teoria em si mesma sempre permanece e alguma outra pessoa poderá entendê-la e corrigir-me. Pode facilmente não ser um caso de diferença de opiniões, mas de erro indisfarçável e real – uma falha no compreender a teoria. E isso poderá acontecer até mesmo com o elaborador da teoria.

Os objetos do mundo 3 são imateriais e de forma alguma podem ser confundidos, identificados ou reduzidos aos objetos físicos ou materiais nos quais eles são corporificados. Um objeto do mundo 3, distintamente de sua corporificação no mundo físico, é um objeto inteligível e imaterial, cuja realidade reside na potencialidade de ele vir a ser interpretado pela mente humana e através dela agir sobre ou interagir com o mundo físico.

Parece que não há muita diferença entre pensar algo e falar sobre esse algo. Contudo, sugere Popper (In: MENDUS, 2001, p.27), quando dizemos algo sobre o que estamos pensando, esse algo se torna um objeto fora de nós mesmos e, enquanto objeto, está aberto a ser criticado por nós e por outras pessoas, aumentando as possibilidades de que encontremos erros e de que esses erros possam vir a ser corrigidos.

Por um lado, esses objetos são produto da mente e da intencionalidade da atividade humana, por outro, eles escapam ao domínio humano, pois há nesses objetos consequências não intencionadas ou nem mesmo imagináveis para os seres humanos (CORVI. 2005, p.88). Deste modo, o mundo 3, apesar de em sua origem ele ser um produto do intelecto humano, é também parcialmente autônomo, pois é possível descobrir em seus objetos consequências não pretendidas e não antecipadas, bem como a descoberta de novos objetos conforme nos aprofundamos no conhecimento sobre o que chamamos de realidade e conforme vemos a necessidade de melhorarmos nossas teorias sobre ela. Apesar de serem criações da mente humana, os objetos do mundo 3 possuem “suas próprias leis, inerentes ou autônomas, leis que dão lugar a consequências não pretendidas e não antecipadas, é apenas um exemplo (embora interessantíssimo) de uma regra mais geral, a regra de que todas as nossas ações têm consequências dessa ordem.” (POPPER. 1978, p.196). Do mesmo modo que nossas ações, os produtos da atividade humana também têm consequências ou resultados imprevistos.

Essas consequências imprevistas e não imagináveis dão origem a novos e inesperados problemas e, conseqüentemente, a novas tentativas de solução. Esses imprevistos, mesmo que ninguém tenha se dado conta deles, são reais e estão presentes no mundo 3 aguardando por serem descobertos de modo semelhante a uma ilha desconhecida ou a uma nova espécie de mamífero. Sendo assim, Popper afirma que o mundo 3 é autônomo, pois ele contém objetos de descoberta muito similares àqueles que são descobertos no mundo 1, onde há coisas que são reais mesmo que ninguém esteja consciente delas (POPPER. 1999b, p.117). Um exemplo disso pode ser a descoberta de uma contradição em uma determinada teoria. Por exemplo, a contradição na teoria de Gottlob Frege, descoberta por Bertrand Russell, se encontrava na própria teoria quando foi descoberta. Essa contradição imprevista não poderia estar na mente de Frege, pois assim somente ele teria acesso a ela e Russell não poderia tê-la descoberto, pois

não teria acesso direto a ela como teve à teoria construída por Frege, teoria essa que faz parte do mundo 3 (POPPER. 1991, pp. 83 – 84).

Deste modo, as entidades que compõem o mundo 3 são objetivas, autônomas, institucionais e normativas. Apesar de serem produtos da atividade humana, dependendo em certa medida da atividade mental dos seres humanos, essas entidades se “descolam” de seus criadores tornando-se independentes de suas mentes isso acaba por torná-las objetivas. Ao tornarem-se objetivas, é possível que coisas novas e imprevistas sejam descobertas, isso ocorre porque elas, além de objetivas, são também autônomas. Entidades de mundo 3 são também institucionais na medida em que, a partir do momento em que são criadas ou instituídas, tornam-se algo externo aos indivíduos e não podem ser modificadas ao seu bel prazer e, por prescreverem de que modo os sujeitos devem agir no mundo físico, são também normativas. Deste modo, as entidades do mundo 3, enquanto produto do animal humano, são reais em um sentido muito semelhante à realidade de outros produtos animais, como o mel das abelhas ou à teia das aranhas, que em grande medida moldam seus mundos. Como Popper observa,

as teorias correspondem (tal como muitos produtos exossomáticos como favos de mel, e especialmente instrumentos endossomáticos como as teias de aranha) a órgãos endossomáticos e seus modos de funcionamento. Assim como as teorias, os órgãos e suas funções são adaptações experimentais ao mundo em que vivemos. E assim como as teorias, ou como os instrumentos, novos órgãos e suas funções, e também novos tipos de comportamento, exercem influência sobre o primeiro mundo, que podem ajudar a mudar. (POPPER. 1999b, p.143).

Apesar de amplamente autônomo, o mundo 3 é um produto tipicamente humano e, de forma semelhante ao que ocorre com os produtos dos demais animais, ele exerce grande influência sobre seus produtores. Por exemplo, ao ser introduzido um novo problema no mundo 3, ele tem o efeito crucial de estimular ou disparar na mente a curiosidade ou o desejo de buscar novas soluções para esse problema. Por meio dessa interação entre nossas ações e seus resultados, modificamos o mundo, nossas experiências e expectativas pessoais e contribuimos para o crescimento do conhecimento objetivo do mundo 3. (CORVI. 2005, p.89).

Os três mundos de Popper compõem aquilo que podemos chamar de realidade, fazem parte de um mesmo universo. Uma mudança na realidade traz consigo mudança no interior de cada um desses mundos, que estão em constante mudança e interação. Esse será o assunto da próxima seção.

3.2.3 A INTERAÇÃO ENTRE OS TRÊS MUNDOS

Segundo Popper, a interação entre os três mundos é de extrema importância porque é ela que dá forma à realidade, tornando compreensível ao ser humano tanto o mundo quanto a si mesmos, sua linguagem e sua cultura. As relações entre esses três mundos podem ser visualizadas de forma esquemática através da seguinte figura:



Esses três mundos relacionam-se causalmente entre si, interagindo uns com os outros. Segundo Popper (1999b, pp.152—153), essa relação se dá de modo que o mundo 1 se relaciona diretamente com o mundo 2 e este, por sua vez, relaciona-se diretamente com o mundo 3, ou seja, “*somente através do mundo 2, como intermediário entre o mundo 1 e o mundo 3, é que o mundo 1 e o mundo 3 podem interagir*” (POPPER, 1978, p.195). Enquanto mediador, o mundo 2 pode tanto apreender, com o auxílio dos órgãos sensoriais, objetos materiais – tais como maçãs, cadeiras e livros – quanto objetos abstratos – como os números, os modelos científicos e as figuras geométricas. Portanto, o mundo 2 é o elo que une o mundo 1 ao mundo 3. Nas palavras de Popper:

Por essas ligações a mente estabelece um elo indireto entre o primeiro e o terceiro mundos. Isto é de extrema importância. Não se pode negar seriamente que o terceiro mundo das teorias matemáticas e científicas exerça imensa influência sobre o primeiro mundo. Exerce-a, por exemplo, pela intervenção de tecnólogos que efetuam mudanças no primeiro mundo aplicando certas consequências dessas teorias; incidentalmente, de teorias originariamente desenvolvidas por outros homens que podem não ter percebido quaisquer possibilidades tecnológicas inerentes a suas teorias. Assim, essas possibilidades estavam ocultas nas próprias teorias, nas próprias ideias objetivas; e foram descobertas nelas por homens que tentaram compreender essas ideias. (POPPER, 1999b, p.153).

O mundo 3, portanto, efetua alterações no mundo 1 sempre por intermédio do mundo 2. Por exemplo, o desejo de voar – que se situa no mundo 2 – dá origem a projetos e teorias –

objetos do mundo 3 – que então tiveram impacto sobre o mundo físico ao causar a construção de um novo tipo de objeto físico, que por sua vez permitiu a realização do desejo fomentando novos desejos e produzindo novas necessidades a serem alcançadas.

Por considerar impossível negar a influência que as teorias e outros objetos imateriais do mundo 3, bem como desejos e demais motivações subjetivas, exercem mesmo que indiretamente, sobre o mundo 1 é que Popper considera inapropriada a utilização do princípio da inviolabilidade do mundo físico³⁰ e, conseqüentemente, as teorias que fazem uso dele. Para o autor, ao contrário do que afirmam essas teorias, o mundo físico é um mundo aberto e sofre influência de coisas não físicas (POPPER. 1978, p.166). Se as coisas são assim, o mundo 1 sofre mudanças por parte dos objetos do mundo 3, que agem por intermédio da mente humana ou mundo 2, que sob esse ponto de vista é indispensável, pois, segundo Popper, é apenas através da interação com a mente que os objetos abstratos agem sobre o mundo físico. Essa tese, de que o mundo físico não é causalmente fechado, é particularmente difícil de ser incorporada por posições monistas – sejam materialistas, fisicalistas ou idealistas – ou mesmo por posições dualistas materialistas. Daí Popper considerar que há a necessidade de ter uma teoria que abarque esse aspecto negligenciado por tais abordagens: o seu pluralismo de três mundos.

As alterações no mundo 1 por parte dos objetos do mundo 3 se dão através da apreensão desses objetos pela mente humana, apreensão que se dá em geral através da leitura de livros, da audição de discos ou da contemplação de uma obra de arte. Elas também se dão pelo debate e discussão críticos, nos quais também se fazem necessários elementos físicos: a voz e a audição, ou os gestos corporais no caso de pessoas que não conseguem falar. Para que essas interações entre os mundos, bem como para a própria criação do mundo 3, fossem possíveis, o papel da linguagem, então, acaba sendo decisivo. Apenas na medida em que uma experiência particular de mundo 2 pode ser linguisticamente formulada é que ela passa a ser comunicável e, portanto, pública, objetiva e criticável. Ao serem articuladas em uma linguagem, as experiências particulares do mundo 2 adquirem uma existência independente dos sujeitos que as formulam, tornando-se assim objetos autônomos, passíveis de crítica por parte de qualquer sujeito, inclusive dos próprios criadores desses objetos.

Popper adota a teoria das funções da linguagem de seu mestre Karl Bühler, segundo a qual a linguagem possui três funções: [1] a função sintomática ou expressiva; [2] a função

³⁰ Tal princípio afirma que ou há somente entidades físicas, ou, se há algo como entidades e eventos mentais ou mesmo entidades abstratas, elas são reduzidas a entidades físicas ou então não atuam ou interagem com estas entidades. Segundo esse princípio, apenas entidades ou propriedades físicas seriam capazes de causar algum efeito sobre as coisas.

estimulante³¹ ou sinalizadora; e [3] a função descritiva. A estas três funções Popper acrescenta outras, dentre as quais a mais importante é a [4] função argumentativa. Isso não quer dizer que não haja outras funções, “(...) mas sim, que as quatro [funções] mencionadas constituem uma hierarquia, no sentido de que cada uma delas pressupõe as que lhe são inferiores – as quais, contudo, podem existir sem as superiores” (POPPER. 1978, p.325).

Essas quatro funções da linguagem podem ser distribuídas em duas classes de funções: as funções inferiores, que abarcam as funções [1] e [2]; e as funções superiores, às quais pertencem as funções [3] e [4], que decorrem das primeiras.

A função sintomática ou expressiva consiste na capacidade de expressar ou apresentar sintomas de um determinado estado de coisas, geralmente interno, por parte do organismo que se utiliza de sinais linguísticos ou comportamentais. A função estimulante ou sinalizadora pressupõe que haja pelo menos dois organismos, um produtor de sinais e um (ou mais de um) receptor de modo que “a expressão sintomática do primeiro organismo, o emissor, libera, ou evoca, ou estimula, ou dispara uma reação no segundo organismo, que responde ao comportamento do emissor, com isso transformando-o num sinal” (POPPER. 1999b, p. 216). As duas funções inferiores da linguagem estão presentes, em graus de complexidade diferentes, tanto nos homens quanto nos demais animais, de modo que sempre que estiverem presentes as funções superiores estarão presentes também as funções inferiores. A linguagem humana é muito mais rica por possuir funções que as linguagens dos demais animais não possuem ou parecem não possuir. Sem essas funções – as funções superiores – segundo Popper, não seria possível a criação e desenvolvimento do mundo 3, e tampouco interação entre os três mundos e conseqüentemente a realidade humana seria completamente diferente.

Como o próprio nome supõe, a função descritiva da linguagem é utilizada quando coisas ou fatos são descritos. Pode haver, em meio a uma descrição, expressões de sentimentos que podem ou não afetar outras pessoas, mas, além disso, uma descrição possui asserções descritivas que podem ser factualmente verdadeiras ou falsas, isto é, são correspondentes ou não aos fatos. Segundo Popper (1999b, p. 217):

Sempre que falo não posso deixar de expressar-me; e se me ouvirdes, dificilmente podereis deixar de reagir. Assim, as funções inferiores estão sempre presentes. A função descritiva não precisa estar presente, pois eu posso falar-vos sem descrever fato algum. Por exemplo, mostrando ou expressando preocupação – digamos, dúvida de que sobrevivais a esta longa conferência – não preciso descrever nada. Contudo, a descrição, incluindo a descrição de conjecturados estados de coisas, que formulamos em forma de teorias ou hipóteses, é claramente uma função extremamente importante

³¹ Na tradução para a conferência de 1965, contida no livro *Conhecimento Objetivo*, na segunda função é utilizado o termo liberadora, enquanto que na tradução da 4ª edição da obra *Conjecturas e Refutações* este termo dá lugar a estimulante. Para este trabalho será utilizado o segundo termo por parecer mais claro e preciso do que o primeiro.

da linguagem humana; e é esta função que mais claramente distingue a linguagem humana das várias linguagens animais (...). Ela é, sem dúvida, uma função indispensável para a ciência.

Apesar da importância da função descritiva, Popper considera que a função da linguagem mais importante para o desenvolvimento do mundo ³ é a função argumentativa. Segundo o autor, esta foi a última função a se desenvolver, pois, via de regra, os argumentos são contra ou a favor de asserções descritivas (ou proposições) – os argumentos comumente são formulados tendo como base, proposições. A evolução desta função está estritamente ligada à atitude argumentativa, que é uma atitude crítica e racional. É esta atitude crítica e racional que é responsável pela evolução da ciência e do conhecimento e, conseqüentemente, faz da função argumentativa a geradora do que Popper considera o que talvez seja o “mais poderoso instrumento de adaptação biológica que já apareceu no curso da evolução orgânica” (POPPER. 1999b, p. 217), isto é, a capacidade de argumentar crítica e racionalmente de modo a promover a eliminação de erros sem que indivíduos tenham que perecer com eles, é a função argumentativa que permite o surgimento do método de teste e eliminação do erro. É esta função que torna a linguagem humana ainda mais rica do que as linguagens dos demais animais.

A função utilizada pelo indivíduo somente pode ser definida analisando a intencionalidade do sujeito: dependerá de se ele intencionalmente expressa, sinaliza, descreve ou argumenta sobre um determinado ponto de vista. Deste modo, o comportamento linguístico de duas pessoas pode ser semelhante, mas enquanto uma pessoa pode estar apenas se expressando, outra pode estar descrevendo ou argumentando sobre algo. Sob este ponto de vista um argumento pode conter todas as funções antes mencionadas, como ressalta Popper (1972, p. 325):

Um argumento, por exemplo, serve como uma expressão na medida em que é um sintoma externo de algum estado interno (físico ou psicológico – isto é irrelevante) do organismo. É também um sinal, pois pode provocar uma resposta, ou concordância. Na medida em que trata a respeito de alguma coisa, sustentando algum ponto de vista sobre determinada situação, é descritivo. Por fim, tem uma função argumentativa, fornecendo razões em apoio da concepção que defende – apontando dificuldades ou mesmo inconsistências no ponto de vista alternativo.

A função argumentativa exerce influência fundamental sobre a capacidade humana de pensar racionalmente. Assim como a função descritiva, a função argumentativa desenvolve padrões ideais de controle, ou de ideias reguladoras: a principal ideia reguladora da função descritiva é a verdade (em oposição à falsidade), enquanto que a ideia reguladora da função argumentativa é a validade (em oposição à invalidade)³².

³² Segundo Popper, a lógica formal pode ser tomada como uma das formas de argumentação crítica, em especial quando utilizada de modo crítico, retransmitindo a falsidade da conclusão a uma das premissas visando a refutação

Foi por ter desenvolvido as funções superiores da linguagem que o ser humano introduziu uma possibilidade que, pelo menos a princípio, não existe nas linguagens dos demais animais, a saber, a capacidade de mentir e enganar intencionalmente. Tal capacidade tornou patente a necessidade de uma atitude crítica no tocante ao uso da linguagem humana, pois descrições sobre o mundo podem ser falsas e, se não analisadas criticamente – fazendo com que os discursos falsos ou os argumentos inválidos não sejam devidamente eliminados – podem inclusive levar à eliminação física do sujeito.

A linguagem é o instrumento mais importante construído e desenvolvido pelos seres humanos, pois foi ela que possibilitou a criação do mundo ³, é a linguagem que possibilitou que os pensamentos se tornem objetivos bem como que tornou possível que não tenhamos que perecer com nossas disposições, teorias e pré concepções, tornando possível criticá-las ou corrigi-las de modo mais ou menos semelhante a como analisamos e corrigimos o meio em que vivemos. Sem a linguagem não haveria a busca pela verdade nem pelo bem, que, como veremos na próxima seção, é uma das ideias centrais para o realismo moral que se quer aqui propor.

de um argumento. Dado que a validade é a ideia reguladora da função argumentativa e que a lógica fornece os instrumentos para a distinção entre argumentos válidos e inválidos, parece que a lógica exerce papel fundamental para o perfeito funcionamento desta função da linguagem, sendo assim um instrumento importantíssimo para a discussão crítica. Popper encara “a lógica como a teoria da dedução ou derivabilidade, ou seja o que alguém queira chamá-la. Derivabilidade, ou dedução, envolve, essencialmente, *a transmissão da verdade e a retransmissão da falsidade*: numa inferência válida, a verdade é transmitida das premissas para a conclusão. Isto pode ser usado principalmente nas chamadas ‘provas’. Mas a falsidade é também retransmitida da conclusão para (pelo menos) uma das premissas e isto é usado em desaprovações ou refutações, e especialmente na *discussão crítica*” (POPPER. 1978, p.279).

4 REALISMO MORAL DE MUNDO 3

A tese central do realismo moral que estamos propondo neste trabalho consiste na afirmação de que fatos morais seriam entidades reais pertencentes ao que Popper chamou de “mundo 3”, daí chamarmos tal realismo de “realismo moral de mundo 3”. Ao afirmarmos que fatos morais seriam entidades do mundo 3, estamos atribuindo a eles todas aquelas características possuídas pelas entidades desse domínio: eles seriam uma criação dos seres humanos e, uma vez criados, eles passariam a ser objetivos, autônomos, institucionais e normativos.

A fim de compreendermos mais precisamente em que consistiriam os fatos morais, assim como a maneira pela qual se daria sua criação e eventual modificação, faz-se necessário termos em mente uma segunda tese central para o realismo aqui proposto, qual seja, a afirmação de que haveria, além dos fatos morais, um segundo tipo de entidade moral no mundo 3, o qual seria de fundamental importância para a criação e modificação de fatos morais: a ideia de bem.

A partir de agora, então, passaremos a explicar o que seria a ideia de bem e o papel a ela atribuído no contexto do realismo moral que estamos propondo. Depois disso, tentaremos explicar, propriamente, em que consistiriam os fatos morais e de que maneira se daria sua criação e eventual modificação consoante nossa proposta.

4.1 A IDEIA DE BEM

De acordo com Popper (1999b), o surgimento ou emergência das funções superiores da linguagem fizeram com que o ser humano chegasse a uma nova etapa evolutiva, na qual passamos a ter condições de selecionar as teorias e ideias que nortearão a solução de problemas no mundo físico de modo que, ao contrário do que ocorre com os demais animais, não tenhamos que perecer quando essas soluções falham. Através da função argumentativa da linguagem temos condições de examinar e, quando necessário, eliminar as teorias e hipóteses, desenvolvidas a partir da função descritiva, que se apresentam errôneas.

Como mencionamos, a função descritiva da linguagem permite aos seres humanos descreverem diversos fenômenos que fazem parte da sua realidade, desde físicos, como “hoje faz muito calor”, até mentais, por exemplo, “estou muito triste hoje”. Além desses dois tipos de fenômenos, a função descritiva permite também que descrevamos argumentos e teorias, nossas e de outras pessoas, ou seja, podemos descrever também entidades do mundo 3. Contudo, as descrições que fazemos podem ser verdadeiras ou falsas ao corresponder ou não com aquilo

que é descrito, ou mesmo, no caso de se tratarem de teorias ou hipóteses irrefutáveis, ao serem confrontadas com teorias e hipóteses contrárias³³. Deste modo, temos envolvida aqui a ideia de verdade como ideia reguladora da função descritiva. Uma vez que é possível a nós que nos enganemos ao descrever algo ou, até mesmo, que venhamos a enganar outros de forma intencional, descrevendo coisas falsas, há a necessidade de estabelecer algo que regule essas descrições.

Essa possibilidade de que venhamos a nos enganar ou mesmo ser enganados fez surgir a função argumentativa da linguagem humana, função essa que permite que analisemos as descrições que fazemos ou que são feitas para nós de modo a que diminuamos as chances de sermos enganados por uma descrição falsa. Segundo Popper, esta foi a última função a se desenvolver, pois, via de regra, os argumentos são contra ou a favor de asserções descritivas (ou proposições) – os argumentos comumente são formulados tendo proposições como base. A evolução desta função está estritamente ligada à atitude argumentativa, que é uma atitude crítica e racional. Esta atitude crítica e racional, que é responsável pela evolução da ciência e das demais entidades do mundo 3, faz da função argumentativa a geradora da capacidade de argumentar crítica e racionalmente de modo a promover a eliminação de erros, sem que, com isso, tenhamos que perecer com eles. É esta função que mais claramente distingue a linguagem humana das outras linguagens. A função argumentativa exerce influência fundamental sobre a capacidade humana de pensar racionalmente. Assim como a função descritiva, a função argumentativa desenvolve padrões ideais de controle, ou de ideias reguladoras: a principal ideia reguladora da função descritiva é a verdade (em oposição à falsidade), enquanto que a ideia reguladora da função argumentativa é a validade (em oposição à invalidade).

Essas ideias reguladoras, enquanto produtos não intencionais do mundo 3, assim como as demais entidades que fazem parte deste mundo, possuem todas as características inerentes a ele. São objetivas no sentido de que todos os seres humanos podem acessá-las e utilizá-las em suas descrições e argumentações; são autônomas, pois ao emergirem, devido a necessidade de regular as funções da linguagem, se tornaram independentes dos seres humanos; são institucionais, uma vez que, ao serem criadas ou instituídas, são reconhecidas e se consolidaram como sendo necessárias para nossa linguagem e, conseqüentemente, para nossa sobrevivência, não podendo, assim, serem modificadas conforme os desejos ou vontades dos indivíduos; e, por

³³ Popper (1972, p.223ss) faz uma distinção entre irrefutabilidade e verdade ou falsidade de uma teoria ou hipótese segundo a qual, a irrefutabilidade de uma teoria não acarreta necessariamente sua verdade, isto é, não é por que uma teoria ou hipótese é irrefutável, que ela será necessariamente verdadeira. Disso segue nossa afirmação de que teorias e hipóteses, mesmo que irrefutáveis, podem ser verdadeiras ou falsas.

fim, por regular as ações e discursos dos sujeitos no tocante à descrição e à argumentação sobre os diversos fenômenos, são também normativas.

Neste trabalho, propomos que, além das ideias de verdade e validade, haveria também, pelo menos, uma terceira ideia reguladora para a atividade racional dos seres humanos, a ideia de bem, que podemos considerar como sendo uma ideia reguladora para a atividade moral humana.

Biologicamente, isto é, enquanto organismos vivos, os seres humanos sempre buscaram e seguem buscando melhores condições de vida e, em especial, sua sobrevivência. Porém, ao longo do processo evolutivo da espécie humana, a mesma desenvolveu as funções superiores da linguagem. Com esse desenvolvimento, como já mencionado, tornou-se possível desenvolver soluções para problemas práticos de modo a, caso essas soluções venham a se apresentar falhas ou insatisfatórias, permitir que elas sejam rejeitadas sem que, com isso, os indivíduos tenham que perecer com elas. Além disso, o desenvolvimento destas funções da linguagem, que caracterizam a linguagem propriamente humana frente àquela utilizada pelos demais animais, tornou possível a emergência do mundo 3.

O que estamos propondo neste trabalho é que, da busca por sobrevivência e melhores condições de vida, junto a emergência do mundo 3, teria surgido, como um produto do desenvolvimento humano, criado de forma não intencional e não deliberada em algum momento da evolução humana, o que temos chamado aqui de ideia de bem. Como dito acima, sustentamos que esta ideia, assim como a ideia de verdade e a ideia de validade, seria uma ideia reguladora da atividade racional humana. Sendo assim, além de buscar a verdade, através de teorias e hipóteses, e a validade, por meio da argumentação e da crítica, os seres humanos tenderiam a buscar também o bem.

O bem seria uma das ideias reguladoras da atividade racional humana no seguinte sentido: sempre que os seres humanos estão exercendo sua capacidade racional, isto é, não estão se deixando conduzir simplesmente por seus impulsos, instintos e desejos, eles tenderiam a perseguir o bem, do mesmo modo como, segundo Popper, eles tenderiam a perseguir a verdade e a validade. Não estamos afirmando, é claro, que todos os indivíduos da espécie humana buscam, de fato, o bem, assim como não está Popper afirmando, provavelmente, que todos os seres humanos buscam a verdade e a validade. O que estamos afirmando é que, assim como os seres humanos, entendidos como espécie e não como indivíduos, acabaram criando – conforme sustenta Popper –, como entidades do mundo 3, as ideias de verdade e de validade, as quais regulam as funções superiores da linguagem, da mesma forma a ideia de bem teria sido criada. Porém, o fato de elas serem ideias reguladoras que, por regularem a atividade racional dos

indivíduos humanos, possuem poder normativo sobre eles, isto não significa que elas sejam, de fato, obedecidas, ou seja, não significa que cada indivíduo da espécie humana, tomado isoladamente, buscará a verdade, a validade ou o bem. As ideias reguladoras, como o próprio Popper (1999b, p.213) sugere, não exercem um controle rígido sobre os indivíduos. Elas são melhor entendidas como ideias que norteiam, que guiam a atividade racional da espécie humana como um todo e é isto que estamos sustentando em relação a ideia de bem, a qual estamos acrescentando ao rol popperiano de ideias reguladoras.

Algo muito importante a ser ressaltado também é que, assim como ocorre em relação as ideias de verdade e de validade, o fato de os seres humanos perseguirem o bem não garante, de modo algum, que ele será um dia alcançado. E é preciso dizer, mais drasticamente ainda, que, mesmo que ele venha a ser alcançado um dia, ou mesmo se ele já tiver sido alcançado, nós, enquanto seres humanos falíveis, jamais teremos certeza disso. Talvez a única certeza que podemos ter é que, resolvendo os problemas práticos que nos afligem, melhoramos, pelo menos momentaneamente, nossa situação. A ideia de bem, portanto, constitui um guia, algo a ser perseguido toda vez que estamos pensando sobre como devemos agir.

Entendida dessa maneira, a ideia de bem teria um papel muito importante na vida cotidiana dos seres humanos. É natural pensarmos, a partir do que tem sido dito aqui, que ela exerceria um papel importante durante a deliberação prática dos seres humanos. Assim, toda vez que algum indivíduo tivesse que decidir como agir em uma dada situação, ele poderia recorrer à ideia de bem e se deixar guiar por ela. Entretanto, poderíamos questionar: o que a ideia de bem nos ordenaria a fazer? Ou, dito em outros termos, de que modo especificamente teríamos que agir para que essa ação estivesse em conformidade com a ideia de bem?

Qualquer tentativa de responder a essas questões seria frustrada se levarmos em consideração o teor da proposta presente nesse trabalho. Isso é porque, conforme a nossa proposta, a ideia de bem não possuiria um conteúdo determinado, de modo que cada indivíduo pudesse recorrer diretamente a ele para saber como deve agir, afinal, como mencionamos, nossa falibilidade impossibilita estarmos justificados em afirmar que conhecemos o que é o bem. O papel primordial e mais direto da ideia de bem, de acordo com nossa proposta, é servir de guia para a atividade racional humana de criação de princípios e normas morais.

No decorrer do processo evolutivo dos seres humanos teria emergido o fenômeno da moralidade, fenômeno este que pode ser descrito como a propensão humana de considerar determinados tipos de ação como sendo bons ou corretos, enquanto outros tipos são considerados maus ou incorretos. Deste modo, segundo algumas explicações evolucionistas sobre a moralidade, a evolução humana tornou possível o desenvolvimento de um núcleo de

tipos de ação que é compartilhado por todos os seres humanos, embora possamos identificar uma série de conflitos existentes acerca sobre quais tipos de ação são corretos ou incorretos nas mais diversas culturas. Neste sentido, nossa proposta se aproxima em alguma medida da proposta de evolucionistas como Michael Ruse (1995), que sustentam que crenças morais são compartilhadas pelos seres humanos, independentemente dos desejos e sentimentos individuais de cada sujeito ou de um grupo limitado de sujeitos. É nesse sentido que, segundo Ruse, as crenças morais parecem ter um certo grau de objetividade e não serem algo completamente ilusório, segundo o autor,

Há boas razões (biológicas) pelas quais faz parte da nossa natureza objetivar a moralidade. Se não considerássemos ela obrigatória, nós a ignoraríamos. É precisamente porque pensamos que a moralidade é mais do que meros desejos subjetivos, que somos levados a obedecê-la. (RUSE. 1995, p. 236)

O que estamos sustentando em nossa proposta, em adição a isso, é que esse núcleo comum de tipos de ação considerados bons ou corretos e maus ou incorretos, que é compartilhado pela espécie humana, está consubstanciado em um conjunto de normas e princípios morais, os quais seriam entidades reais pertencentes ao mundo 3. Ao afirmarmos isto, já ingressamos, inevitavelmente, na explicação do que sejam fatos morais. Mas, sem aprofundarmos mais sobre este ponto, que é tema da próxima seção, é preciso esclarecer que é na atividade racional humana de criação dessas normas e princípios morais que a ideia de bem exerceria, segundo nossa proposta, seu papel primordial e mais direto. A ideia de bem, portanto, seria a ideia que teria regulado ou guiado o estabelecimento e a formulação de um conjunto de normas e princípios morais ao longo do processo evolutivo de nossa espécie. Além disso, tal ideia, somada a ideia de verdade, no que se refere aos conhecimentos das condições materiais atuais dos seres humanos, e a ideia de validade, no tocante à análise sobre se tal revisão é válida ou não, serviria de guia para toda e qualquer tentativa de modificação dessas normas e princípios, que, como veremos adiante, não são imutáveis e definitivos, mas sim passíveis de revisão, assim como as demais entidades do mundo 3. A ideia de bem, então, seria aquilo que é buscado pelos seres humanos durante sua atividade racional de criação e modificação de normas e princípios morais e, embora jamais estejamos justificados em afirmar que o bem foi alcançado, seria ele o principal guia desse processo.

Essa abordagem sobre o bem permite uma aproximação com o conceito de bem fornecido por Iris Murdoch (1985). Esta pensadora afirmou que seres humanos são indivíduos que estão no mundo e são morais na medida em que buscam escapar da sua natureza egoísta e das ilusões construídas por essa natureza através de narrativas fantasiosas que afastam o ser

humano da realidade. Tais fantasias seriam, então, formuladas para proteger nosso ego, que é o núcleo da nossa personalidade. Essa “fuga” se daria através da busca de perfeição e aprimoramento quando se busca o bem, que consiste em uma ideia supra-humana, objetiva e autônoma segundo a qual o agente moral se guia, visando sempre se aproximar dela. Sendo assim, a ideia do bem torna-se um dos elementos mais fundamentais para a compreensão da moralidade. Para Murdoch ideias como a do bem, do amor e da arte atraem o ser humano para fora das imagens que ele mesmo cria sobre o mundo e sobre as outras pessoas, afastando-o de um egoísmo que lhe é natural. Segundo a autora, o conceito de bem pode ser metaforicamente comparado ao sol da alegoria da caverna de Platão, pois o peregrino moral é aquele que “emerge da caverna e começa a ver o mundo real à luz do sol e, no final de contas, está apto a ver o próprio sol” (MURDOCH. 1985, p.92). No entanto, como afirma a pensadora, ver o próprio sol não é tarefa fácil:

Observar ele próprio [o Sol ou a ideia de bem] é supremamente difícil e não é como observar as coisas sob sua luz. (...) bem é um conceito sobre o qual, não apenas na linguagem filosófica, naturalmente usamos a terminologia platônica quando falamos sobre buscar o Bem ou amar o Bem. Nós também podemos falar seriamente de coisas ordinárias, pessoas e obras de arte como sendo boas, apesar de estarmos cientes de suas imperfeições. O Bem reside como se estivesse em ambos os lados da barreira e nós podemos combinar a aspiração por uma bondade completa com um sentido realista de realização dentro de nossas limitações. Apesar de toda a nossa fragilidade, o comando “seja perfeito” tem sentido para nós. (MURDOCH. 1985, pp. 92 – 93)

Apesar da nossa proposta ser de natureza diferente da leitura que Murdoch faz do bem, afinal ela apresenta uma teoria platônica sobre o bem e estabelece um caráter fortemente psicológico ou psicanalítico para a explicação do porquê os seres humanos buscam esse bem, nossa proposta se assemelha em vários aspectos à proposta de Murdoch. Um desses aspectos é a constante busca pelo bem. O bem aponta para uma perfeição que muito provavelmente jamais será alcançada, no entanto é sempre buscado pelo agente moral (ou peregrino moral, como Murdoch se refere). Além disso, buscando traçar outro análogo entre as duas concepções, podemos afirmar, de acordo com Popper, que os indivíduos estão sempre carregados de convicções, hipóteses e teorias e somente o choque dessas convicções e teorias com a experiência empírica ou, sugerimos, a existência de ideias ou entidades abstratas objetivas, mesmo que vagas, indefinidas e difíceis de conhecer, seria capaz de fazer com que eles revisem essas concepções. Mesmo que o bem seja considerado uma ideia vaga, ele é uma entidade real por causar modificações no mundo físico, por intermédio dos sujeitos que constantemente buscam melhores condições de vida ao mesmo tempo em que buscam evitar o sofrimento tendo como meta aquilo que é o bem para si mesmos e, em um nível mais amplo, para a humanidade.

Mas, como veremos, tal relação com o bem não se dá de forma tão direta quanto na concepção de Murdoch.

É importante ressaltar, ainda, que a ideia de bem que visamos propor não é acessada através de uma faculdade específica como a intuição, como fora sugerido por Moore, ela é uma ideia objetiva norteadora que faz com que os sujeitos, enquanto parte da humanidade, busquem sempre melhores condições de vida sem que seja necessário o uso da violência ou imprimir sofrimento aos outros indivíduos. De modo semelhante às ideias de verdade e de validade em Popper, essa ideia funcionaria como uma ideia reguladora, norteadora das práticas e discursos morais, que podem ser considerados corretos ou incorretos ou, ainda, verdadeiros ou falsos, na medida em que se referem ou não, utilizando-se da função descritiva da linguagem, aos fatos morais que são como tipos de ações e discursos que se aproximam mais dessa ideia que, como mencionamos, é vaga e de difícil conhecimento, ao contrário dos fatos morais que podemos conhecer por meio da nossa atividade racional, acessando-os no mundo 3.

A partir disso, então, podemos perceber que, em nossa proposta, a ideia de bem exerceria um papel indireto na deliberação e tomada de decisões no cotidiano dos agentes morais. Seu papel seria indireto devido à mediação feita pelos fatos morais, isto é, pelas normas e princípios morais cuja criação ela guiou. Com efeito, os agentes morais, em seu cotidiano, agiriam, conforme nossa proposta, tendo em conta, de forma mais direta e imediata, essas normas e princípios morais e não pura e simplesmente a ideia de bem. A ideia de bem exerceria, normalmente, um papel mais indireto: um agente que se questionar, por exemplo, por que mesmo não deve matar um mendigo que está sentado na calçada, mesmo conhecendo o princípio moral de que “matar pessoas é errado”, por exemplo, poderá responder a si próprio que obedecer às normas e princípios morais é bom, é buscar o bem.

Se, entretanto, os seres humanos passarem, coletivamente, a questionar as normas e princípios morais já estabelecidos, por concluírem, mediante o exercício de sua atividade racional, que tais normas e princípios afastam-se do bem, em vez de o buscarem, então se iniciaria um processo de revisão, de modificação dos fatos morais. Este processo, conforme sustentamos, também seria guiado pela ideia de bem. Mas é importante ressaltar aqui que, não apenas o processo de reformulação dos fatos morais é feito de modo a perseguir o bem, mas também, como é possível extrair do que foi afirmado recém, que o próprio estopim, isto é, aquilo que daria início ao processo de revisão estaria relacionado à ideia de bem, uma vez que o que daria início ao processo seria o fato de pensar que as normas e princípios morais estabelecidos não são satisfatórios na busca pelo bem. A ideia de bem, portanto, estaria sempre “pairando”, por assim dizer, como a ideia de algo a ser buscado, guiando de forma direta os

processos de criação e modificação de fatos morais e, de forma indireta, a própria obediência dos fatos morais existentes.

Se tudo o que foi dito até aqui for pelo menos razoável, então podemos afirmar que a moralidade humana possui uma ideia reguladora, a ideia de bem, que é um produto não planejado do desenvolvimento humano e que regula as tentativas de solução para os problemas práticos relacionados ao sofrimento humano. Tais tentativas de solução seriam as normas e princípios morais, que por sua vez estabelecem a verdade ou falsidade dos enunciados morais, assim como a correção e a incorreção das ações humanas. Normas e princípios morais podem, do mesmo modo que ocorre com a ideia de bem, ser um produto não planejado desenvolvido ao longo do desenvolvimento humano. Contudo, como veremos na próxima seção, mesmo que elas venham a ser fruto de resultados não planejados, sua aceitação e adoção passa pelo crivo da razão crítica e sua instituição ou mesmo qualquer modificação ou substituição que possa vir a ocorrer é fruto do uso crítico da razão.

4.2 EM QUE CONSISTEM OS FATOS MORAIS

Os seres humanos, ao longo do seu processo evolutivo, acabaram partilhando um núcleo comum de tipos de ação que a consideram bons ou corretos e de tipos de ação que consideram maus ou incorretos. Como já antecipamos na seção anterior, é nosso objetivo central desenvolver a ideia de que esse núcleo comum está consubstanciado em um conjunto de normas e princípios morais e que estes seriam entidades reais pertencentes ao mundo ³. Tais entidades seriam o que temos chamado de fatos morais.

Os fatos morais, cuja realidade nossa proposta pretende sustentar, nada mais seriam, então, do que as normas e princípios morais formulados linguisticamente e estabelecidos, solidificados, por assim dizer, ao longo do processo evolutivo da espécie humana. Consoante o que temos dito, eles conteriam um elenco de tipos de ação considerados bons ou corretos, as quais, conforme tais normas e princípios, devem ser praticados, e um elenco de tipos de ação considerados maus ou incorretos, os quais devemos nos abster de praticar.

Ao afirmarmos que os fatos morais seriam entidades do mundo ³, estamos atribuindo a eles uma série de características que entidades desse domínio possuem. Primeiramente, é importante termos em mente que se trata de entidades abstratas. Os fatos morais, assim, não seriam entidades concretas, como mesas ou cadeiras, nem mesmo propriedades pertencentes a esse tipo de entidade, as quais podemos acessar por meio de nossos órgãos sensoriais. Mesmo que escrevamos em um papel uma norma que constitui um fato moral, esta será apenas uma

corporificação de uma entidade abstrata que pertence ao mundo 3. A rigor, o fato moral, em si, não poderia ser reduzido a essa inscrição no papel. O fato moral, em si, não estaria alí, diante de nossos olhos. Nós podemos apreender fatos morais apenas com nossas mentes, com nosso mundo 2, embora com o auxílio indispensável das corporificações concretas, como é o caso da inscrição no papel.

Muito embora não possamos acessar fatos morais utilizando nossos órgãos sensoriais, mas apenas através de nossas mentes, eles não seriam parte integrante do nosso conteúdo mental, de nosso mundo 2. Uma vez que estão formulados linguisticamente, por serem normas e princípios estabelecidos ao longo do processo evolutivo da espécie humana, eles podem ser acessados, apreendidos mentalmente por diversos indivíduos o que não seria possível caso pertencessem ao mundo 2 deste ou daquele indivíduo. Ao contrário das entidades do mundo 2, portanto, os fatos morais seriam objetivos, podendo ser acessados epistemicamente por diferentes indivíduos tal como as entidades do mundo 1.

Além da objetividade, os fatos morais, após terem sido criados, passariam a ser autônomos em relação àqueles que os criaram, ou seja, eles teriam uma realidade no mundo 3 independentemente dos interesses e desejos daqueles sujeitos que contribuíram para sua criação, bem como do próprio perecimento desses sujeitos. Uma vez criado um determinado conjunto de fatos morais, eles se descolariam, por assim dizer, de seus criadores e passariam a ter uma existência autônoma, assim como as entidades do mundo 1. Uma cadeira, por exemplo, pode ter sido projetada e construída por um indivíduo; porém, após sua criação, ela passa a existir de forma autônoma, independentemente dos desejos e interesses de seu criador, bem como da própria continuidade da existência dele. O mesmo não ocorreria, porém, com as entidades do mundo 2, as quais não parecem possuir existência autônoma, uma vez que têm sua existência dependente do sujeito do qual são conteúdo mental. Popper não afirma isso de modo tão explícito. Rigorosamente falando, ele não tece maiores desenvolvimentos sobre a ideia de autonomia relacionada ao mundo 3. Muito do que está afirmando aqui, portanto, não está explicitamente presente nos escritos do autor. Ainda assim, parece-nos que seria um desenvolvimento natural e até mesmo necessário das ideias do autor.

Por possuírem essa autonomia, os fatos morais existiriam no mundo 3 mesmo após o perecimento de todos os seres humanos que, geração após geração, contribuíram para a sua criação. Além disso, depois de criados, os indivíduos (tendo ou não contribuído para sua criação) não poderiam simplesmente negar sua existência devido a seus desejos e interesses. Cada indivíduo, tomado isoladamente, pode descontentar-se pela existência deste, daquele ou mesmo de todos os fatos morais. Os indivíduos podem até mesmo desobedecer às prescrições contidas

nos fatos morais, como, de fato, costuma ocorrer. Contudo, nem o descontentamento nem a desobediência seriam capazes de abalar a existência dos fatos morais. E isto ocorreria porque eles, enquanto entidades do mundo 3, possuiriam autonomia.

Intimamente relacionada a esta característica dos fatos morais está uma característica adicional, a saber, a sua normatividade. Os fatos morais possuírem normatividade significa que eles possuiriam uma força, uma autoridade sobre os indivíduos. Alguns fatos morais elencariam tipos de ação que os indivíduos devem praticar, por serem considerados bons ou corretos, enquanto outros fatos morais elencariam tipos de ação que os indivíduos deveriam se abster de praticar, por serem considerados maus ou incorretos. Desse modo, os fatos morais prescreveriam a maneira como os indivíduos devem agir e eles teriam força normativa sobre os indivíduos, isto é, uma autoridade que lhes permitiria ordenar algo aos indivíduos.

Referida autoridade seria possível, em parte, porque fatos morais possuiriam autonomia. Com efeito, a autonomia dos fatos morais parece ser essencial para que eles sejam capazes de prescrever como os seres humanos devem agir, sem que possa haver variações de acordo com os interesses e desejos deste ou daquele indivíduo em particular. Caso os fatos morais não fossem autônomos, eles poderiam ser modificados ou eliminados de forma arbitrária conforme colidissem com esses interesses e desejos individuais, não tendo, a rigor, nenhuma força normativa, nenhuma autoridade sobre os indivíduos. Contudo, apesar de seu caráter normativo, a aceitação dessas normas e princípios morais sobre o indivíduo não se dá de forma totalmente acrítica. Segundo Popper, seguindo o que ele chamou de *princípio da autonomia* de Kant, de forma alguma um ser humano deve acatar qualquer tipo de autoridade seja ela humana ou sobre humana, seja na busca de conhecimento seja como princípio ou base da ética, sem antes julgar criticamente a teoria ou norma que está adotando. Segundo Popper, o princípio da autonomia “expressa a percepção de que não devemos aceitar ordens de uma autoridade, por mais enaltecida que seja, como base da ética. Sempre que deparamos com a ordem de uma autoridade, devemos julgar criticamente se é moral ou imoral obedecer” (POPPER. 2010, p.51). Veremos isso em maiores detalhes quando tratarmos da revisão dos fatos morais.

Entretanto, a normatividade dos fatos morais parece depender de uma outra característica que eles possuiriam, a qual parece ser, inclusive, sua característica mais básica: a institucionalidade. A institucionalidade dos fatos morais diz respeito à circunstância de eles não terem existido sempre, mas sim, de eles terem sido criados, estabelecidos, instituídos pelos seres humanos, assim como outros tipos de instituições humanas. São exemplos de instituições humanas o direito, as escolas, as universidades e as religiões dentre muitas outras. Instituições são estruturas que estabelecem normas de modo a buscar atingir metas básicas para a

manutenção e organização da sociedade. Essas estruturas, a partir do momento da sua criação, são relativamente permanentes em seus padrões, papéis e relações que estabelecem entre elas mesmas e com os indivíduos e, em geral, definem as relações sociais que estabelecemos na nossa sociedade, bem como os papéis que exercemos nela.

A diferença entre os fatos morais e os demais tipos de instituição diz respeito principalmente ao tipo de sanção que é aplicada quando as normas regidas por elas não são seguidas bem como a forma como foram instituídas. Tomando o direito como exemplo, poderíamos elencar uma série de sanções jurídicas relacionadas ao não cumprimento das leis como, por exemplo, multas, cárcere e impossibilidade de participar de concursos públicos que são previstas em lei e estão escritas no regramento jurídico. Sanções morais, por sua vez, podem ser mais sutis e não estão escritas em nenhuma carta ou regramento moral. Tais sanções podem variar de simples olhares de reprovação até comentários sobre o quão errado foi sua ação ou má foi sua conduta, bem como à marginalização e exclusão velada dos indivíduos por parte dos grupos sociais que consideram errada tal conduta. No tocante a sua instituição, ou melhor, à forma como foram instituídas, o direito surge da convenção de indivíduos humanos sobre quais normas devem ser seguidas pelos membros de uma determinada sociedade. Com os fatos morais ocorre de forma diferente e é sobre a criação ou instituição dessas entidades que trataremos na próxima seção.

4.2.1 COMO TERIA OCORRIDO A CRIAÇÃO DOS FATOS MORAIS?

Como dito anteriormente, acabou sendo formado, ao longo do processo evolutivo da espécie humana, um núcleo comum de tipos de ação tidos como bons ou corretos e de tipos de ação tidos como maus ou incorretos. Conforme nossa proposta, repetimos, tal núcleo comum estaria consubstanciado em um conjunto de normas e princípios morais e estes seriam entidades reais pertencentes ao mundo 3. Cabe, neste momento, perguntar: de que maneira esse núcleo comum de tipos de ação passou a estar consubstanciado em normas e princípios morais pertencentes ao mundo 3? Ou, dito em outros termos, como os fatos morais foram criados?

Os seres humanos não são animais apenas instintivos. Como Popper afirma, eles desenvolveram as funções superiores da linguagem – as quais são tipicamente humanas – e, com isso, a capacidade de resolver problemas através do uso dessas funções da linguagem, o que acabou culminando na emergência do mundo 3. A partir dessa explicação fornecida por Popper, é natural concluir que o núcleo comum de tipos de ação corretos e incorretos acabou sendo formado, em grande medida, pelo desenvolvimento desse tipo de capacidade e do próprio

mundo 3 pelos seres humanos.³⁴ Esta é a hipótese da qual partiremos e a favor da qual nos posicionaremos neste trabalho. Tentaremos, a partir de agora, formular essa hipótese de maneira um pouco mais detalhada.

No momento em que os seres humanos desenvolveram a função argumentativa da linguagem, uma das funções superiores da mesma³⁵, eles passaram a fazer descrições, tanto de coisas e eventos do mundo 1, quanto coisas e eventos do mundo 2. Pode ser que, em um dado momento, a função descritiva da linguagem tenha assumido um papel tão importante na vida dos seres humanos que ela tenha se tornado um paradigma do uso da linguagem, ou seja, que ela tenha se tornado a função mais usada e usada com tal frequência que, até mesmo em situações em que seu uso não seria necessário ou mesmo apropriado, os seres humanos persistiram em seu emprego. Esta é outra hipótese que assumiremos neste trabalho, mas é uma hipótese bastante plausível, sobretudo tendo em vista o uso que fazemos da linguagem hoje, que é, sem dúvida, predominantemente descritivo.

Pode ser também que, no momento em que a função descritiva da linguagem tornou-se um paradigma, os seres humanos tenham passado a não apenas ter uma tendência natural e quase intuitiva a rejeitar, a repudiar determinado tipos de ação (e a louvar outros tipos), mas formular descrições sobre esses tipos de ações. Assim, os tipos de ação repudiados (e os louvados) teriam passado a integrar descrições, que poderiam ser algo como “X é errado” ou “não se deve fazer X”, em que X representa um tipo de ação como “matar seres humanos”, por exemplo. Mas é importante deixar bem claro aqui que, neste momento inicial a que estamos nos referindo, a formulação de descrições sobre esses tipos de ação decorreria, segundo nossa hipótese, do mero uso estendido da função descritiva da linguagem, a qual teria se tornado um paradigma do uso da linguagem no sentido acima indicado.

Com o desenvolvimento da função argumentativa da linguagem, por sua vez, pode ter ocorrido de os seres humanos terem passado a submeter suas descrições a debate crítico, no qual cada um argumenta a favor de suas próprias descrições. Pode ser que, após o desenvolvimento da capacidade de argumentar criticamente a favor e contra descrições próprias e dos outros, os seres humanos tenham submetido a debate crítico suas descrições sobre os tipos de ações repudiados e louvados, do mesmo modo que com outras descrições. Com isso, pode ter sido formado um conjunto de descrições sobre tipos de ação repudiados e louvados que, por assim dizer, “venceram” os debates, que “sobreviveram” aos escrutínios críticos aos quais

³⁴ Afirmar isso não significa negar a contribuição de outros fatores, mas tão somente afirmar a contribuição efetuada pelo desenvolvimento de certas capacidades nos seres humanos e da emergência do mundo 3.

³⁵ Para maiores explicações sobre as funções da linguagem, conferir capítulo 3, p. 84s.

foram submetidas. Dito de forma não metafórica, esse conjunto de descrições seria composto de descrições que, após gerações e num processo coletivo, os seres humanos aceitaram, concordaram que elas seriam verdadeiras.

Neste momento, porém, surge inevitavelmente uma pergunta: se entendemos verdade como correspondência com os fatos, como fazemos neste trabalho³⁶, a quais fatos essas descrições corresponderiam? A partir da hipótese que temos delineado até aqui, é possível afirmar que, ao tratar as descrições desse conjunto como verdadeiras, os seres humanos pressupuseram a correspondência delas com fatos e, de forma não intencional e não deliberada, acabaram por instituir fatos, acabaram por criar fatos que corresponderiam a elas.

A instituição dos fatos não teria sido, inicialmente, intencional porque ela teria sido, de acordo com nossa hipótese, consequência do uso das funções superiores da linguagem. No momento em que a função descritiva da linguagem passou a ser o paradigma, os tipos de ação repudiados e louvados teriam passado a integrar descrições e, com isso, a pressuposição de fatos descritos já teria “entrado em cena”, já teria surgido. Mas isto, meramente, não seria suficiente para instituir fatos, para criar fatos no mundo 3. Em consonância com a Teoria dos Três Mundos de Popper, podemos conjecturar que foi no momento em que a função argumentativa da linguagem se desenvolveu, que as descrições sobre os tipos de ação repudiados e louvados foram submetidas a debate crítico e que, além disso, formou-se um consenso entre os seres humanos sobre a verdade de um conjunto, embora reduzido, dessas descrições que teria ocorrido a instituição de fatos morais, os quais seriam os correspondentes de tais descrições no mundo 3.

Esta é apenas uma hipótese, é claro, mas é nossa hipótese, inspirada na Teoria dos Três Mundos e na teoria das funções da linguagem de Popper, sobre a maneira como os fatos morais teriam sido originariamente instituídos, criados pelos seres humanos.

Algo que precisa ser esclarecido ainda é o porquê de os seres humanos, num momento inicial, repudiarem ações de certos tipos e louvarem as de outros tipos e o porquê de eles, em um momento posterior, terem de argumentar a favor ou contra descrições a respeito dessas ações. Para compreender o porquê de todo o processo que teria culminado na criação de fatos morais, precisamos complementar nossa hipótese com alguns elementos ainda não mencionados neste contexto: a constante busca dos seres humanos pela solução de problemas práticos e o papel exercido pela ideia de bem nessa busca.

³⁶ Seguimos neste trabalho a mesma noção de verdade adotada por Popper, a saber, a noção de verdade como correspondência. Acreditamos, em consonância com o autor, que essa noção é a que mais se harmoniza com a concepção de verdade do senso comum.

4.2.2 A REAVALIAÇÃO DOS FATOS MORAIS

Os organismos vivos sempre buscam melhores condições de vida e, em particular, lutam pela sua sobrevivência. Durante suas vidas, os organismos acabam tendo que enfrentar problemas práticos, isto é, eventos e situações que ameaçam sua sobrevivência bem como impedimentos para que alcancem melhores condições de vida. Sendo assim, de modo a sobreviverem e terem condições de buscar essas condições de vida melhores, os organismos vivos têm sempre de enfrentar e solucionar problemas práticos. No caso dos seres humanos, os problemas práticos mais graves, de acordo com Popper, seriam a sobrevivência e o sofrimento humano. Tal sofrimento é causado por inúmeros tipos de mazelas como a fome, a miséria, as doenças, etc. Os princípios e normas morais emergem, então, como tentativas de solução a todo e qualquer problema relacionado a este sofrimento. Tais tentativas de solução são estabelecidas pela razão crítica que, ao buscar o bem, mesmo sem saber, com certeza, do que se trata esse bem, busca as soluções que mais se aproximam dessa ideia.

O repúdio a determinados tipos de ação e louvor a certos outros tipos deve ter surgido por serem tipos de ação, respectivamente, que representariam, por um lado, uma ameaça à sobrevivência ou entrave para o alcance de melhores condições de vida dos seres humanos e, por outro, favoreceriam a sobrevivência e o alcance dessas condições de vida melhores. Esse tipo de associação deve ter continuado entre os seres humanos mesmo quando eles teriam passado a formular descrições sobre essas ações, ocasião em que eles podem ter passado a rotular como erradas ações que lhes eram desfavoráveis e como corretas ações que lhes eram favoráveis.

Em algum momento desse processo de busca por sobrevivência e melhores condições de vida, juntamente com a emergência do mundo 3, teria surgido, como um produto humano criado de forma não intencional e não deliberada, o que temos chamado de ideia de bem, conforme já explicamos. Com o surgimento dessa ideia reguladora, os seres humanos teriam passado a interpretar a busca de soluções para problemas práticos como uma busca pelo bem. Nesse sentido, o bem seria a plena ausência de problemas práticos, de modo que, tanto mais próximos do bem estivessem os seres humanos quanto menos se deparem com problemas para sua sobrevivência e busca por melhores condições de vida. O processo de busca de soluções para os problemas práticos, então, seria sempre guiado pela ideia de bem, pelo menos desde o momento em que a mesma emergiu no mundo 3.

Nesse processo de busca, os fatos morais surgiram como as melhores soluções para os problemas práticos existentes no momento, ou, pelo menos, eles foram vistos assim por todas

as gerações de seres humanos que contribuíram para sua criação. Para entendermos isto, pensemos no seguinte: se assumirmos que determinados tipos de ação eram, inicialmente, repudiadas por representarem uma ameaça para a sobrevivência dos seres humanos ou, então, um entrave para a busca de melhores condições de vida e, portanto, rotulados como errados, então a prática de ações desses tipos constituía problemas práticos. A instituição de normas e princípios morais no mundo ³ proibindo a prática de ações desse tipo pode, então, ser vista como uma maneira de tentar solucionar os problemas práticos em questão. O mesmo pode ser dito em relação às normas e princípios morais que ordenam a prática de determinados tipos de ação, as quais solucionariam problemas práticos por estimularem a prática de ações favoráveis para a sobrevivência e melhora das condições de vida dos seres humanos. A partir disso, parece bastante plausível - especialmente levando-se em consideração a ideia popperiana de que o ser humano, a partir do desenvolvimento das funções superiores da linguagem, passou a desenvolver mecanismos exossomáticos para a resolução de problemas - que os fatos morais sejam mesmo criações dos seres humanos em sua busca pela solução de problemas práticos.

Como essa busca, de acordo com nossa hipótese, passou a ser interpretada como a busca pelo bem e, por conseguinte, passou a ser guiada pela ideia de bem, um fato moral, para continuar sendo tomado enquanto tal, teria de continuar sendo visto pelos seres humanos como a melhor solução para os problemas práticos para cuja solução ele foi criado, ou seja, ele teria de continuar sendo considerado pelos seres humanos como estando o mais próximo possível do bem perseguido. Caso os seres humanos passem a, coletivamente, deixar de considerar determinado fato moral como a melhor solução para um determinado problema prático, isto é, caso eles passem a pensar que é possível encontrar outra forma de se aproximar ainda mais do bem, então será iniciado um processo de revisão, de modificação ou desinstituição desse fato moral.

A possibilidade de isso ocorrer é decorrente, por um lado, da constante presença da ideia de bem guiando a atividade racional e prática dos seres humanos. Como dissemos anteriormente, a ideia de bem estaria sempre “pairando”, por assim dizer, como a ideia de algo a ser buscado. Por outro lado, a possibilidade de revisão dos fatos morais deve-se ao fato de eles serem mutáveis, assim como as demais entidades do mundo ³. Eles não seriam, portanto, respostas definitivas para os problemas práticos para cuja solução eles foram propostos; eles seriam, mais propriamente, as soluções que os seres humanos consideraram, coletivamente, por meio da argumentação e da crítica, como as melhores até o momento. É precisamente por isso que ficaria sempre aberta a possibilidade de sua revisão, isto é, de sua modificação ou desinstitucionalização pelos seres humanos.

Como já dissemos aqui, tanto o processo de criação como o de revisão de fatos morais seria guiado pela ideia de bem. Esses processos consistiriam, ao fim e ao cabo, na busca pelas melhores soluções para os problemas práticos, por aquelas que mais se aproximam da eliminação dos mesmos. Porém, como a proposta presente neste trabalho é de inspiração popperiana, pensamos que ela poderia ser muito bem complementada pela sugestão de alguns princípios que, de forma harmônica com a ideia de bem, guiariam de um ponto de vista mais direto e prático, o processo de criação e revisão de fatos morais.

Popper propõe três princípios racionais que, segundo ele, guiariam ou deveriam guiar toda ação humana. O autor sustentou uma posição falibilista e, de acordo com ele, seria fundamental termos tolerância para com os erros, tanto nossos quanto dos outros, de modo que possamos aprender mutuamente com eles, eliminando progressivamente esses erros. Para que isso seja possível, seria necessário, conforme o autor, que cada um de nós, seres humanos, assumisse o seguinte: “eu posso estar errado e você pode estar certo; e por falar sobre as coisas racionalmente nós podemos estar aptos a corrigir alguns dos nossos erros e nós talvez possamos, ambos, chegar mais perto da verdade ou de agir da forma correta.” (POPPER. In: MENDUS; EDWARDS. 2001, p. 26).

Desta formulação, Popper sugere que é possível extrair três princípios necessários aos seres humanos, devido a sua falibilidade, que, ao mesmo tempo em que norteiam as ações humanas, também evitam qualquer espécie de relativismo tanto no tocante à verdade quanto em relação ao bem ou ao agir correto.

O primeiro princípio, que chamaremos aqui de *princípio da modéstia*, assume que todos os seres humanos podem cometer erros tanto com respeito à verdade de uma hipótese quanto com respeito ao que é moralmente correto. Não há algo como uma autoridade infalível, deste modo, todos estão propensos ao erro e devem admitir essa propensão. Contra o relativismo, que estipula que duas posições contrárias podem ser consideradas corretas, esse princípio implica que ou pode haver uma posição correta e uma incorreta sobre uma determinada questão, ou que as duas posições são incorretas, dado que é contraditório pensar que de duas posições contrárias possam ambas ser consideradas corretas.

O segundo princípio, que será aqui chamado de *princípio do racionalismo crítico*, estipula que devemos sempre falar sobre as coisas buscando estabelecer o que é verdadeiro e o que é falso, o que é moralmente correto e o que não é. Segundo esse princípio, a busca pela verdade e pelo bem não se trata de uma busca por quem está certo ou de quem vencerá um debate, mas sim sobre descobrir a verdade e o que é o bem para a humanidade. Para que isso seja possível, pensamentos, hipóteses e opiniões devem ser linguisticamente expressos de modo

a eles mesmos se tornarem objetos de análise crítica e racional, independentemente dos sujeitos que as formulam.

O terceiro princípio, que pode ser chamado de *princípio da positividade do desacordo*, estabelece que, mesmo que não consigamos chegar a um acordo sobre qual teoria é a verdadeira ou qual ou quais fatos morais se aproximam mais da ideia de bem, é possível aprender muito através da análise crítica. É possível, através da argumentação, encontrar novos argumentos, além de tornar mais claros e precisos os problemas a serem resolvidos, bem como definir com mais clareza cada uma das posições envolvidas na resolução desses problemas. O acordo não é tão importante quanto a tolerância com relação a ouvir atentamente opiniões e hipóteses contrárias e, a partir da análise crítica e racional, aprender com elas.

Segundo Popper (idem, p.29), esses três princípios resumem a atitude crítica ou racional que é a base da ética, que disciplina eticamente os sujeitos tornando-os mais tolerantes, modestos e intelectualmente responsáveis. Além disso, sugerimos, tais princípios norteariam, além da busca pela verdade das nossas teorias e pela validade dos nossos argumentos, também a busca pelas melhores formas de solucionarmos os problemas práticos que nos afligem, isto é, a busca pelo bem.

Contudo, essa busca é bastante dificultada devido a falibilidade do ser humano, que segundo Popper, é uma das características mais fundamentais da condição humana (POPPER. 1978, p.167). Deste modo, nada pode garantir que as criações ou produtos desenvolvidos pelos seres humanos não possam vir a se mostrar falhos, incorretos ou falsos. Qualquer grupo ou indivíduo humano pode vir a cometer erros, os quais podem ser descobertos por eles próprios ou por outros. É a capacidade de identificar e corrigir os erros que caracteriza o que o autor chamou de *racionalismo crítico*, capacidade que, de acordo com Popper, é indispensável para a análise dos argumentos e para a solução de problemas. Popper afirma, de acordo com os três princípios acima mencionados, que a atitude básica do racionalista é a de aceitar sua falibilidade e acatar sugestões quando suas hipóteses, ideias e opiniões se mostrarem incorretas, escapando assim de qualquer forma de dogmatismo ou imposição acrítica. A atitude básica do racionalista, que dá origem ao princípio da modéstia, pode ser resumida na seguinte afirmação: *talvez eu esteja errado e você esteja com a razão*, ao que afirma Popper (1974b, p.232. *Apud*, OLIVEIRA. 2010, p.4):

Podemos então dizer que o racionalismo é uma atitude de disposição a ouvir argumentos críticos e a aprender da experiência. É fundamentalmente uma atitude de admitir que ‘eu posso estar errado e vós podeis estar certos, e, por um esforço, poderemos aproximar-nos da verdade’. É uma atitude que não abandona facilmente a esperança de que por meios tais como a argumentação e a observação cuidadosa se possa alcançar alguma espécie de acordo sobre

muitos problemas de importância, e que, mesmo onde as exigências e os interesses se chocam, é muitas vezes possível discutir a respeito das diversas exigências e propostas a alcançar – talvez por arbitramento – um entendimento que, em consequência de sua equidade, seja aceitável para a maioria, senão para todos. Em suma, a atitude racionalista, ou, como talvez possa rotulá-la, ‘a atitude da razoabilidade’, é muito semelhante à atitude científica, à crença de que na busca da verdade precisamos de cooperação e de que, com a ajuda da argumentação, poderemos a tempo atingir algo como a objetividade.

Essa analogia entre atitude moral de assumir o racionalismo crítico e a atitude científica³⁷, além de demonstrar que ambas são atitudes que afetam outros seres humanos, demonstra também que a análise racional e imaginativa das consequências de uma tentativa de solução a algum problema – seja essa solução uma hipótese científica ou algum princípio ou norma morais – deve ser uma atividade comum tanto quando se está avaliando uma teoria científica quanto quando se está praticando ou discursando moralmente. Essa atitude é plausível a maioria (senão a todos) dos seres humanos, dado o desenvolvimento da razão através das funções superiores da linguagem, mais precisamente a função argumentativa, que possibilita a avaliação desses “instrumentos” que utilizamos para a solução de problemas. Segundo Popper, somente o uso crítico da razão é capaz de solucionar conflitos e unificar de algum modo a humanidade³⁸, de modo que se possa estabelecer, mesmo que temporariamente, quais seriam as normas e princípios morais que devemos ou não seguir, isto é, quais entidades do mundo 3 merecem fazer parte daquilo que estamos chamando de fatos morais.

Como afirma Paulo Eduardo de Oliveira (2010, pp.3–4), o racionalismo crítico não pode ser considerado como sendo meramente uma teoria. O racionalismo crítico é, antes de tudo, uma atitude do ser humano para com o mundo e com os outros seres humanos. A atitude racional, que Popper atribui aos pré-socráticos, principalmente a escola jônica (POPPER. 2010, p.28), surgiu de uma tradição de liberdade, baseada em uma relação entre mestre e discípulo na qual a tolerância às críticas era a norma. Tal atitude se opõe a qualquer dogmatismo, a qualquer imposição. Essa atitude resulta, segundo Popper, de um ato de crença ou fé na razão humana, de todos os seres humanos, por isso ela não pode ser tomada como uma mera decisão intelectual. Sendo assim, assumir o racionalismo crítico é uma decisão moral no sentido de que ele afeta a humanidade como um todo, decisão essa que “afetará profundamente toda a nossa atitude em

³⁷ Popper chega inclusive a afirmar que a atitude científica disciplina eticamente os sujeitos, tornando-os mais tolerantes às opiniões dos outros e fazendo com que se tornem mais humildes a ponto de fazer com que aprendam com seus próprios erros, corrigindo-os enquanto buscam pela verdade, sobre a qual ninguém, nem o mais renomado especialista, tem autoridade alguma. (POPPER. In: MENDUS; EDWARDS. 2001, p.30).

³⁸ Segundo Popper (2010, p.40), o abandono da razão leva a divisão da humanidade impossibilitando o igualitarismo político e levando a intolerância. Além disso, somente a razão é capaz de solucionar conflitos. O irracionalismo, ao apelar a sentimentos como o amor, não levaria em consideração que quanto mais intensos forem os sentimentos das partes conflitantes pior será o conflito e mais difícil será sua resolução.

relação aos outros seres humanos e aos problemas da vida social. O racionalismo mantém estreita ligação com a crença na unidade da humanidade” (POPPER. 2010, p.36) e, supomos, uma forte relação com a sobrevivência da espécie, o que coaduna com as explicações evolucionistas sobre a moralidade e com a teoria moral que aqui estamos propondo.

Apesar de a adoção do racionalismo crítico ser inicialmente baseada em uma crença não racional, uma profissão de fé na razão, como sendo a melhor atitude a ser tomada, o ser humano somente desenvolveu essa capacidade de produzir e criticar suas teorias e hipóteses por causa da evolução da linguagem propriamente humana e, conseqüentemente, da criação do mundo 3. Sem argumentação não haveria crítica. Por isso a importância de defender a ideia da existência de um mundo 3 de entidades abstratas objetivas, de argumentos e problemas em si, de instituições e princípios que norteiem a vida dos seres humanos, guiando-os no mundo 1, através da sua vida orgânica.

Assim como a verdade, ou a totalidade dos enunciados verdadeiros sobre o mundo, repetimos, a ideia de bem pode vir a ser plenamente alcançada embora nossa falibilidade jamais nos permita estarmos plenamente justificados quanto a isso. O que nos é possível fazer é, por meio do racionalismo crítico, da argumentação cuidadosa e da análise sobre quão satisfatoriamente nossos princípios e normas morais resolvem os problemas práticos cotidianos, estabelecer quais seriam os fatos morais mais satisfatórios de serem adotados e, deixar de lado aqueles que descobrimos serem inconsistentes, cuja argumentação é inválida ou cuja prática levou a resultados considerados mais danosos do que benéficos para a humanidade.

Contudo, parece ilusão pensar que podemos ser críticos o tempo todo. Como veremos na próxima seção, a argumentação crítica entra em cena quando nossa moralidade cotidiana, aquela na qual nascemos e fomos desenvolvidos, é abalada. É quando temos que revisar nossos princípios e repensar nossas normas morais, quando o que é certo e o que é errado já não parecem mais tão claros e nítidos quanto antes pareciam, que a argumentação e a busca pela clareza sobre o que é o bem se tornam necessários. Esse repensar envolve a constante busca pelo bem – busca que visa resolver problemas como a fome e a miséria, que são visíveis no mundo 1 e sentidas no mundo 2 –, em especial o nosso e daqueles que nos são próximos, mas também, por meio de um exercício maior de reflexão e abstração, de outros seres humanos que não conhecemos e, conseqüentemente, da humanidade como um todo.

Princípios e normas morais, ao serem tomados como objetos do mundo 3, tornam-se objetivos, passíveis de crítica e revisáveis, podendo assim ser revistos ou substituídos quando forem considerados insuficientes para a resolução de problemas morais. Como o próprio Popper afirma, mesmo a ciência, que é o conhecimento mais seguro que o ser humano pode ter sobre a

realidade, não pode ser tomada como conhecimento inequivocamente verdadeiro. Deste modo, é impossível exigir que nossos princípios e normas morais sejam definitivos e irrevisáveis enquanto soluções para problemas práticos. Jamais poderemos ter certeza da correção ou incorreção de qualquer princípio ou norma moral, contudo podemos procurar suas inconsistências e contradições, revisando ou eliminando aqueles que se demonstrarem insatisfatórios e, portanto, um entrave para a busca do bem.

Devido aos limites do conhecimento humano, o que nos torna falíveis, não é possível estabelecer de forma inequívoca e permanente a correção das normas e princípios morais. A nossa falibilidade permitiria a nós, quando muito, um vislumbre ou uma vaga ideia de que não estamos no caminho errado e, portanto, devemos estar nos aproximando daquilo que é o bem. Considerando que nossa proposta seja plausível, então podemos afirmar que há algo objetivo que guia nossa prática moral, bem como que há algo como o progresso moral, no qual nossa moralidade pode ser revisada, possibilitando a rejeição de fatos morais que parecem insatisfatórios e, conseqüentemente, aperfeiçoando cada vez mais nossas normas e princípios morais bem como nossas práticas e discursos morais. Nos resta considerar, entretanto, como isso afeta nossa prática moral cotidiana.

4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUNS ASPECTOS DA PRÁTICA MORAL COTIDIANA

Até o presente momento, focamos nossa exposição na explicação do que seriam os fatos morais cuja realidade afirmamos em nossa proposta, de como poderia ter se dado o processo pelo qual eles foram originariamente criados e de como seria o processo pelo qual eles são revisados. Não nos detivemos ainda em explicações sobre a prática moral cotidiana dos seres humanos. Do mesmo modo que não questionamos cotidianamente se o sol nascerá ou não no próximo alvorecer – embora seja logicamente possível que o astro-rei não venha a surgir no nascer do próximo dia – princípios e normas morais não são postos em questão de forma tão ordinária e corriqueira como a formulação do princípio da autonomia supracitado (p.96) parece sugerir. Rotineiramente, essas normas são ensinadas, acatadas e seguidas de forma acrítica, de modo muito semelhante às normas linguísticas, às normas jurídicas e à forma como pensamos que as coisas funcionam – como no caso de o sol surgir em todo o amanhecer. Em geral as aprendemos, utilizamos e obedecemos sem questionar por que elas são de tal e tal forma. De fato, em seu dia a dia, os seres humanos não estão constantemente submetendo os fatos morais a avaliação crítica a fim de averiguar se os mesmos estão ou não o mais próximo possível do

bem, ou seja, os fatos morais não estão sempre em processo de revisão. Encerraremos o capítulo, então, fazendo algumas considerações sobre como podemos descrever a prática moral cotidiana, ou melhor, alguns aspectos dela, a partir da proposta que estamos apresentando. Os aspectos da prática moral cotidiana sobre o qual falaremos, é claro, serão aqueles aspectos sobre os quais nossas teses centrais repercutem e que possuem relevância para o debate metaético contemporâneo.

Um primeiro aspecto a ser destacado é que os seres humanos, ao nascerem, são lançados em uma tradição moral já estabelecida, isto é, já existe um conjunto de fatos morais que foram instituídos ao longo de um lapso temporal precedente ao nascimento de cada ser humano individualmente considerado. Sendo assim, cada indivíduo tem de passar por um processo de inserção nessa tradição, que consiste no aprendizado moral, isto é, no recebimento de informações sobre os fatos morais existentes. Este processo, conforme podemos observar ao nosso redor, é promovido pelos demais membros da sociedade, em geral os mais antigos.

Caso o processo de aprendizado moral seja bem-sucedido, podemos dizer que o indivíduo se torna um agente moral competente, com o que pretendemos dizer que ele conhece suficientemente os fatos morais existentes e compreende o caráter normativo dos mesmos, ou seja, que eles têm um tipo de autoridade sobre nós. O fato de um indivíduo ser o que acabamos de chamar de agente moral competente, contudo, não implica, de forma alguma, que ele irá obedecer a todos os fatos morais que conhece. Como podemos perceber a partir de uma rápida observação ao nosso redor, é comum que os indivíduos, mesmo acreditando que determinado tipo de ação é moralmente errado, acabem praticando uma ação desse tipo. O fato de um indivíduo ser um agente moral competente significa tão somente que ele está apto, do ponto de vista epistemológico, a agir em conformidade com os fatos morais caso ele assim deseje e caso não haja, é claro, fatores externos ou circunstanciais que o impeçam de fazer isso. Estar apto do ponto de vista epistemológico, mais especificamente, seria ter conhecimento moral suficiente para agir em conformidade com os fatos morais.

Ao falarmos de conhecimento moral, como acaba de ser feito, podem surgir algumas indagações adicionais que precisam ser respondidas. O primeiro ponto a ser esclarecido é que, em nossa proposta, sustentamos uma posição cognitivista. Isto quer dizer que, quando os agentes morais proferem enunciados morais em seu cotidiano, tais enunciados expressariam uma proposição moral com conteúdo moral, assim como o seu estado cognitivo de crer nessa proposição, de considerá-la como verdadeira, ou seja, o agente estaria pretendendo descrever fatos morais ao proferir enunciados morais. Para que determinado enunciado moral seja

verdadeiro, faz-se necessário que haja, no mundo 3, um fato moral que a ele corresponda³⁹. Os fatos morais, portanto, são os fazedores de verdade (*truth makers*) dos enunciados morais em nossa proposta, são aquilo que torna tais enunciados verdadeiros. Sendo assim, um agente moral estará sustentando um enunciado moral verdadeiro se ele estiver descrevendo corretamente um fato moral pertencente ao mundo 3.

É importante acrescentar a isso também que, como há fatos morais no mundo 3 de acordo com nossa proposta, pelo menos alguns enunciados morais proferidos pelos agentes no contexto da prática moral cotidiana são verdadeiros, o que quer dizer que os seres humanos não estão em um erro massivo, não estão sustentando uma ilusão ao terem crenças morais. Aqui, afastamo-nos de outras posições cognitivistas, como a Teoria do Erro, que negam a existência de fatos morais e, conseqüentemente, descrevem a prática moral humana como um erro ou ilusão.

Outro ponto a ser esclarecido em relação à verdade dos enunciados morais é que, devido à mutabilidade dos fatos morais, enquanto entidades do mundo 3, os enunciados morais têm de ser avaliados quanto ao seu valor de verdade sempre se levando em consideração o tempo ou época em que foram emitidos. Conforme pontuado anteriormente, os fatos morais são passíveis de revisão, eles podem sofrer modificações em seu conteúdo ou mesmo ser desinstituídos no decorrer de um período de tempo. Dessa maneira, pode ocorrer de haver determinado fato moral X em certa época (que chamaremos de t_1) e, transcorrido algum período de tempo (chamaremos esta época posterior de t_2), tal fato tenha sido modificado ou deixado de ser considerado um fato moral. Caso algum agente descreva fielmente o fato X em um enunciado seu em t_1 , tal enunciado será verdadeiro. No entanto, se um enunciado exatamente igual a esse for proferido por alguém em t_2 , o enunciado proferido em t_2 poderá ser falso, porque o fato moral X pode não mais existir tal como ele existia em t_1 . A partir disso, então, vemos que, devido às características que atribuímos aos fatos morais ao afirmarmos que seriam entidades do mundo 3, as quais são mutáveis, surgem repercussões para a maneira como concebemos e descrevemos os enunciados morais cotidianos no tocante à verdade.

Outros aspectos da prática moral cotidiana bastante relevante para os debates metaéticos contemporâneos e que mereceriam esclarecimentos dizem respeito à epistemologia moral. Perguntas como “O que justifica as crenças morais dos seres humanos?” e “Como temos acesso epistemológicos aos fatos morais?”, por exemplo, poderiam muito bem surgir no presente contexto, uma vez que temos falado em conhecimento moral. Precisamos deixar claro desde já

³⁹ Seguindo Popper, adotamos como nossa concepção de verdade a Teoria da Verdade como Correspondência.

que, apesar da importância desses temas e da necessidade de responder a indagações como essas, não nos foi possível, ainda, desenvolver quais seriam as repercussões de nossa proposta para esses aspectos da prática moral cotidiana. Nosso foco neste trabalho foi tão somente tentar mostrar que é possível formular um realismo moral a partir da Teoria dos Três Mundos de Popper, mas pretendemos, em trabalhos futuros, tentar desenvolver esses aspectos aqui inexplorados.⁴⁰

Visando estabelecer a proposta aqui construída como um tipo de realismo moral e apontar as razões que nos levam a crer que esta posição merece estar no rol de posições metaéticas contemporaneamente debatidas, no próximo capítulo serão recapituladas as características gerais do realismo moral, bem como as condições necessárias para que uma teoria seja considerada realista e as críticas feitas ao realismo moral apresentadas no capítulo 2. A partir dessa recapitulação, visaremos demonstrar se e como a posição aqui proposta é adequada às características gerais do realismo e de que modo é possível responder às críticas ao realismo moral.

⁴⁰ Não obstante, parece possível afirmar desde já que as crenças morais não poderiam vir a ser justificadas por recurso à experiência sensível, uma vez que os fatos morais, por serem entidades abstratas, não podem ser acessados pelos sentidos. Por outro lado, para serem apreendidos pelos seres humanos, eles precisam estar corporificados, precisam estar linguisticamente formulados, seja de forma escrita ou oral. Assim, os seres humanos teriam acesso aos fatos pela linguagem, escrita ou oral, não podendo acessá-los de forma direta, imediata. Sendo assim, parece ser possível afirmar que nossa proposta (embora não tenhamos desenvolvido seus aspectos epistemológicos mais detalhadamente) não combinaria bem como uma epistemologia intuicionista como a de Moore, que fala em uma faculdade cognitiva especial para o conhecimento moral e sustenta a possibilidade de se intuir diretamente propriedades morais.

5 POR QUE ASSUMIR O REALISMO DE MUNDO 3

Abordaremos neste capítulo algumas razões pelas quais pensamos que o realismo proposto no capítulo anterior pode ser pelo menos tão atrativo quanto as demais posições apresentadas no capítulo 2 e, portanto, merecedor de um lugar no rol de posições metaéticas em disputa no amplo cenário contemporâneo dos debates metaéticos.

Tentaremos cumprir esse objetivo em duas etapas principais. Na primeira delas, tentaremos mostrar que nossa proposta pode ser enquadrada sob o rótulo amplo do realismo moral. Para isso, começaremos apresentando as características gerais do realismo moral, procurando destacar as condições que têm de ser satisfeitas por um posicionamento para ele ser considerado um realismo moral. Após essa apresentação, tentaremos mostrar que a proposta formulada neste trabalho satisfaz tais condições. Na segunda etapa, discorreremos, primeiramente, sobre o que pensamos serem as debilidades ou aspectos negativos que desde já conseguimos detectar em nossa proposta e, posteriormente, sobre o que pensamos serem seus aspectos positivos. Após sopesar todos esses aspectos de nossa proposta, esperamos conseguir mostrar que ela é merecedora de consideração e estudo no contexto das discussões metaéticas atuais.

Entretanto, vale ressaltar neste momento que, assim como toda e qualquer tese filosófica, nossa proposta de modo algum pode ser considerada uma obra acabada. Seu desenvolvimento nós últimos quatro anos é o início de uma obra que, como sustentamos, merece ser trabalhada e aprofundada, visando ao esclarecimento de seus pressupostos que ainda possam parecer um tanto vagos ou obscuros, assim como de suas repercussões e consequências ainda inexploradas.

5.1 O REALISMO MORAL DE MUNDO 3 PODE SER REALMENTE CONSIDERADO UM TIPO DE REALISMO MORAL?

Como vimos no capítulo 2, há diversos tipos de teorias realistas no tocante a moralidade. Contudo, podemos dizer que há algumas características gerais e condições que caracterizam essa posição. Para responder à questão se o Realismo Moral de Mundo 3 proposto neste trabalho pode ser considerada uma teoria realista no âmbito da metaética, devemos, antes de tudo, expor as características gerais do realismo moral, bem como conhecer as condições necessárias para que uma teoria possa ser considerada de tal tipo. Depois disso, avaliaremos nossa proposta conforme o que foi apresentado ao longo deste trabalho.

5.1.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO REALISMO MORAL

Embora haja um grande debate sobre qual seria a linha demarcatória entre realistas e não realistas em ética⁴¹, uma exposição em linhas gerais de algumas das características centrais do que se pode compreender por realismo moral nos permitirá concluir se nossa proposta pode ser enquadrada como uma posição desse tipo.

Grande parte das caracterizações do realismo moral inclui com algumas variações dois postulados centrais: (1) enunciados morais relatam fatos ao atribuir propriedades morais às pessoas, ações, instituições sociais, etc., isto é, enunciados morais são descritivos e podem ser verdadeiros ou falsos dependendo se suas descrições correspondem ou não aos fatos; (2) pelo menos alguns enunciados morais são verdadeiros. Segundo Sayre-McCord (apud FitzPatrick 2009, p. 746), essas duas condições seriam necessárias e suficientes para caracterizar o realismo moral. A primeira condição estabelece que o conteúdo dos enunciados morais é cognitivo, isto é, enunciados morais são construídos como proposições que possuem valor de verdade, negando assim o emotivismo e o prescritivismo. Já a segunda condição, em especial a variação proposta por Deborah Smith⁴², sustenta que o cognitivismo não é suficiente para caracterizar uma posição como um realismo moral, é preciso assumir também a verdade de alguns enunciados morais, negando assim as teorias do erro. Deste modo, o que demarcaria a posição realista da não realista seria que a primeira assumiria as duas condições, enquanto que os não realistas negariam pelo menos uma dessas condições⁴³.

No entanto, outros pensadores consideram tais condições insuficientes ou mesmo desnecessárias para caracterizar o realismo moral. Autores como Christian Miller (FITZPATRICK. 2009, pp. 746-747), por exemplo, afirmam que o núcleo do realismo é seu

⁴¹ William FitzPatrick (2009, p.747) afirmou que a própria existência do debate foi posta em risco pelo problema do *creeping minimalism*, a utilização de uma teoria da verdade deflacionista por parte dos não realistas mais sofisticados que tornou suas teorias tão flexíveis – quanto mais bem-sucedida, mais próxima do realismo moral ela se coloca – a ponto de tornar a caracterização do debate impraticável. Richard Joyce (2007) chegou a afirmar que o debate em termos de realismo VS não realismo não tem mais espaço no debate metaético e a única coisa que se pode afirmar com mais certeza é que uma posição é contrária à outra.

⁴² Smith (2011) propõe que a segunda condição deve sofrer um adendo que, por um lado, acrescenta um compromisso ontológico que os antirrealistas necessariamente precisam negar e, por outro, leva em consideração a ideia intuitiva de que o realismo traz consigo compromissos ontológicos, o que a formulação inicial de Sayre-McCord parece não considerar. Tal condição ficaria então da seguinte maneira: Alguns enunciados são literalmente verdadeiros e dentre esses enunciados estão aqueles da forma “há Xs”, onde X é uma variável que representa valores, fatos, propriedades ou princípios morais.

⁴³ Não cognitivistas negariam a primeira condição, alegando que enunciados morais não relatam fatos ou descrevem crenças, mas sim expressam outros estados não cognitivos como emoções e sentimentos. Teóricos do erro concordam com a primeira condição, no entanto negam que possa haver qualquer enunciado moral verdadeiro, pois os fatos relatados não existem. (Sayre-McCord 2005; Joyce 2007).

compromisso ontológico com as propriedades e fatos morais objetivos, compromisso esse que independeria dos postulados semânticos propostos por Sayre-McCord. O que de fato importaria para o realista moral é a existência ou a realidade de propriedades e fatos objetivos independentes da mente humana, sua preocupação seria mais ontológica do que semântica⁴⁴. Sob esse ponto de vista, realistas morais seriam aqueles que afirmam a existência de fatos e propriedades morais independentes da mente humana, enquanto que não realistas seriam aqueles que afirmam que não há tais fatos e propriedades ou então aqueles que afirmam que, mesmo que o discurso moral seja construído como que pretendendo relatar tais fatos ou descrevendo tais propriedades, tal construção se dá porque os fatos são projetados pelas pessoas como se eles realmente existissem.

Em geral, realistas morais tendem a considerar mais atrativa a proposta de caracterização semântica de Sayre-McCord, pois mesmo que se possa atribuir convincentemente uma propriedade moral a uma determinada pessoa, ação ou instituição, isso parece não ser suficiente para apontar de modo determinante para o tipo de fato ou propriedade que se quer demonstrar. Pela dificuldade em estabelecer o que seriam esses fatos e propriedades no nível ontológico é que os realistas considerariam mais atrativa a caracterização semântica. No entanto, mesmo os realistas que, discordando de Miller, assumem as condições acima mencionadas afirmam que é necessário algo mais que as duas condições para caracterizar o realismo moral.

O desenvolvimento de teorias não realistas mais sofisticadas as colocou em condições de se acomodarem de tal modo que se tornou possível a seus autores e pensadores se utilizarem de um discurso deflacionista sobre a verdade⁴⁵, fatos, propriedades e crenças, ou seja, teorias não realistas passaram, então, a poder se referir semanticamente à moralidade utilizando-se dos termos e condições propostos pelos realistas. Isso acabou tornando a demarcação em termos semânticos difícil de ser estabelecida.

Tendo este problema em vista, para destacar o realismo do não realismo moral, seria preciso estabelecer algo mais do que as condições semânticas propostas por Sayre-McCord.

⁴⁴ Para maiores detalhes ver FitzPatrick (2009, pp. 746 -747) e Miller (2009, pp. 124 – 130).

⁴⁵ “O deflacionismo minimalista sobre a verdade afirma que a verdade é um mero dispositivo de afirmação de proposições, que, para usar a caracterização de Frege, não contribui para o sentido das proposições asseridas. Nas suas formas mais radicais, as concepções da redundância e pró-sentencial da verdade, sugerem que ‘é verdadeiro’ bem poderia ser eliminado, caso em que nem mesmo seria um predicado.” (ENGEL 2002, p.43 – tradução minha). Segundo essa concepção, ao contrário do que sugere a noção de verdade utilizada pelos realistas morais, utilizar o predicado “é verdadeiro” não traz nenhuma implicação metafísica ou ontológica, isto é, não há uma verdade substantiva, que acrescente algo ao significado do enunciado. Dizer que “2 mais 2 são 4 é verdadeiro”, não é nada mais do que dizer “2 mais 2 são 4”, o “é verdadeiro” não acrescenta nada ao significado do enunciado.

Excetuando Cristian Miller, que afirma que as condições semânticas não são necessárias, um grande número de realistas morais assume tais condições como centrais para o realismo moral. No entanto, eles acrescentam a elas novas condições, dentre as quais podem ser mencionadas: a garantia de objetividade dos fatos e propriedades morais; a rejeição da independência da mente e proposta de uma via construtivista⁴⁶; enquanto outros ainda apelam à força normativa categórica dos fatos morais.

É dentro deste turbilhão de propostas que buscamos propor uma teoria realista que abarque, além das condições centrais propostas inicialmente por Sayre-McCord, pelo menos algumas dessas características gerais adicionais assumidas como necessárias para o realismo moral.

5.1.2 REALISMO MORAL DE MUNDO 3 E AS CONDIÇÕES PARA UMA TEORIA REALISTA

Dadas as características do que se assumiu ser a ideia de bem e as normas e princípios morais é possível afirmar que o realismo moral aqui proposto satisfaz as duas condições propostas por Sayre-McCord, a saber, que ao fazer enunciados morais, indivíduos relatam fatos objetivos, de modo que esses enunciados podem ser verdadeiros ou falsos e, embora a maioria desses enunciados sejam provavelmente falsos, há alguns desses enunciados que são verdadeiros.

Além de satisfazer as condições mencionadas, o Realismo de Mundo 3, ao possibilitar tomar normas e princípios morais como sendo tão reais quanto entidades físicas do mundo 1, diferindo delas tão somente porque estas últimas são concretas enquanto as primeiras são abstratas, assume um compromisso semelhante ao proposto por Miller, isto é, um compromisso com a realidade de fatos morais objetivos, os quais podem ser descobertos, assim como ocorre com outras entidades do mundo 3, como os números e suas propriedades, bem como com entidades do mundo 1, que são descobertas e não construídas. A realidade dessas entidades morais ainda apresenta outras características que merecem ser aqui mencionadas e que permitem uma clara demarcação frente ao não realismo moral, como sua objetividade e normatividade, sua independência da mente humana – mesmo que essa independência não seja

⁴⁶ É preciso deixar claro que há desacordo no debate se o construtivismo deve ser considerado uma teoria realista, como sugere FitzPatrick (2009). Há pensadores como Stephen Finlay (2010) que consideram o construtivismo uma visão antirrealista. Esse debate não será abordado no momento.

plena, tendo em vista que sua criação e o acesso a essas entidades dependem da mente humana – e a forma como essas entidades se institucionalizam e adquirem força normativa.

A partir do que acabamos de expor, então, parece correto afirmar que o realismo aqui proposto abarca e sintetiza grande parte das características gerais que vêm sendo atribuídas às diferentes teorias realistas, afastando-se de forma bastante clara do não realismo.

5.2 AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO REALISMO MORAL DE MUNDO 3

Após mostrar que nossa proposta satisfaz as condições para ser considerada um realismo moral, passaremos, a partir de agora, a abordar alguns aspectos de nossa proposta que podem ser vistos como debilidades ou aspectos negativos da mesma. Depois disso, apontaremos o que pensamos serem os aspectos positivos de nossa proposta.

Ao longo desse percurso, tentaremos mostrar que, apesar das debilidades que já podemos detectar na proposta, seus aspectos positivos conseguem superar os negativos, de modo a torná-la pelo menos tão respeitável quanto as demais concepções que estão sob o rótulo “realismo moral” e que, portanto, ela é merecedora de um lugar no rol de posições em disputa no amplo cenário dos debates metaéticos contemporâneos.

5.2.1 ALGUNS ASPECTOS NEGATIVOS DA PROPOSTA

Uma primeira crítica que alguém poderia, de imediato, dirigir a nossa proposta é que partimos de uma concepção filosófica, a Teoria dos Três Mundos de Popper, sem sequer fornecermos uma argumentação a seu favor. Não consideramos, contudo, que isto constitua propriamente uma debilidade de nossa proposta. Devemos lembrar que nosso objetivo primordial neste trabalho foi tão somente mostrar que é possível formular um realismo moral a partir da Teoria dos Três Mundos de Popper. É claro que, se tivermos razões para concluir que a teoria popperiana é insustentável, nossa proposta acabará sendo afetada. Desse modo, para conseguirmos realizar uma defesa, propriamente dita, de nossa proposta em comparação com outras concepções concorrentes, teríamos de fornecer uma argumentação a favor da Teoria dos Três Mundos. No entanto, como este trabalho é apenas o início de um longo percurso rumo à inserção e defesa de um posicionamento próprio no debate metaético atual, estaremos limitados, neste trabalho, a apontar algumas razões pelas quais pensamos que o realismo moral formulado neste trabalho merece ser desenvolvido e discutido, levado em consideração nos debates

metaéticos, e não descartado de imediato, sem que seja analisado. Tendo em vista o que acabamos de dizer, não acreditamos que a falta de uma argumentação a favor da Teoria dos Três Mundos possa ser vista como uma debilidade de nossa proposta, até mesmo porque, conforme sustentaremos na sequência, seria impossível fornecer uma prova decisiva de que a Teoria dos Três Mundos é a teoria verdadeira dentre as que pretendem descrever e explicar a realidade.

Outra crítica que poderia ser formulada contra nossa proposta consiste na afirmação de que a mesma possui um caráter demasiado especulativo. O ponto de partida do realismo moral que formulamos, a Teoria dos Três Mundos de Popper, foi uma teoria sobre o que compõe a realidade que podemos conhecer. Trata-se, portanto, de uma teoria metafísica, uma teoria para a qual não podemos encontrar evidências ou indícios empíricos a seu favor. Além disso, no decorrer do desenvolvimento da proposta, acabamos formulando e assumindo várias hipóteses para as quais tampouco podemos fornecer elementos empíricos a seu favor de forma substancial.

Em particular, formulamos a hipótese de que, em um dado momento do processo evolutivo de nossa espécie, teria emergido, como um produto humano não intencional, o que chamamos de ideia de bem, a qual regularia, juntamente com as ideias de verdade e validade, toda atividade racional humana. Além dessa, formulamos também a hipótese de que foi em tempos remotos que a função descritiva da linguagem se tornou o paradigma do uso da linguagem. Essas duas hipóteses, por sua vez, foram utilizadas como base para a formulação de uma terceira hipótese, a saber, a de que há fatos morais e que eles teriam sido originariamente instituídos, criados pelos seres humanos, de forma não intencional, a partir de seu uso estendido da função descritiva da linguagem e de sua busca pela solução de problemas práticos, a qual seria guiada pela ideia de bem.

Essas três hipóteses centrais, assim como outras assunções feitas em nossa proposta, não podem, é claro, ser provadas. Rigorosamente falando, não poderíamos sequer mostrar que são falsas. Na medida em que elas fazem afirmações sobre acontecimentos remotos e mesmo sobre elementos não observáveis, não seria possível apontar evidências empíricas capazes de refutar essas hipóteses. Em virtude disso, alguém poderia, naturalmente, acusar nossa proposta de ser demasiado especulativa. E reconhecemos que não podemos oferecer evidências empíricas a favor de nossa proposta, mas tão somente argumentar que ela constitui uma explicação razoável, plausível para os fenômenos que pretende explicar. Reconhecemos, portanto, essa debilidade de nossa proposta.

Porém, é preciso acrescentar, em nossa defesa, que o mesmo tipo de debilidade afeta pelo menos a maior parte das concepções filosóficas e, particularmente, aquelas que se inserem

no debate realismo versus antirrealismo, das quais nossa proposta é concorrente direta. Para explicar isso, recorreremos ao que sustenta Popper a esse respeito, já que sua filosofia constitui nossa base teórica primordial.

Popper estabeleceu um critério a fim de distinguir as ciências empíricas da matemática, lógica e demais teorias não empíricas. De acordo com esse critério, para fazer parte da ciência empírica, uma teoria tem de ser passível de refutação empírica, isto é, deve ser possível testar a teoria empiricamente e, caso a teoria seja falsa, demonstrar isso por meio de testes, refutando-a. Uma teoria que não permite esse tipo de teste é irrefutável e, conforme o critério de Popper, não pode ser considerada pertencente à ciência empírica. Ficariam dela excluídas, portanto, a matemática, a lógicas e as demais teorias não empíricas, que Popper agrupou sob a denominação “teorias metafísicas”.

Conforme Popper, uma característica partilhada pelas teorias filosóficas seria, justamente, sua irrefutabilidade. Nesse sentido, o autor afirmou:

a descoberta de um problema filosófico pode ser algo definitivo: uma vez ocorrida, está feita para sempre. Mas a solução de um problema filosófico nunca é definitiva, pois não se pode fundamentar numa prova final, ou numa refutação decisiva — essa é a consequência da irrefutabilidade das teorias filosóficas. (POPPER, 1972, p. 226)

Por serem irrefutáveis — e não serem, é claro, teorias matemáticas nem lógicas puramente —, as teorias filosóficas podem ser chamadas, na nomenclatura popperiana, de teorias metafísicas. Mas o importante disso não é, evidentemente, a nomenclatura, e sim o fato, para o qual Popper chama a atenção, de que as teorias filosóficas não são passíveis de refutação. E tal se dá porque as teorias filosóficas, de um modo geral, assumem, elaboram e defendem uma série de hipóteses que não podem ser submetidas a teste empírico. É justamente por isso que, como afirma Popper, “a solução de um problema filosófico nunca é definitiva.” (1972, p. 226). Como poderemos saber qual é a verdadeira entre várias concepções que oferecem respostas concorrentes para um mesmo problema filosófico? Assim como a ciência empírica, não podemos provar a verdade de nenhuma delas. Porém, como todas são irrefutáveis, tampouco podemos provar a falsidade de quaisquer delas. Sendo assim, a menos que algumas dessas concepções apresente inconsistências internas, não poderemos excluir nenhuma delas de modo definitivo do debate. É nesse sentido que a solução de um problema filosófico nunca é definitiva, ou seja, mesmo que possamos, em um dado momento, considerar a resposta fornecida por determinada concepção para certo problema como a melhor entre as concorrentes,

não poderemos encerrar definitivamente o debate, uma vez que as demais concepções não foram (nem podem ser) refutadas.

A partir da descrição popperiana acerca das teorias filosóficas e da natureza do debate entre elas, podemos perceber que a mesma debilidade presente em nossa proposta também está presente nas demais concepções filosóficas, sobretudo naquelas que se inserem no debate realismo versus antirrealismo moral. Dessa maneira, não há razão para excluir nossa proposta do debate filosófico em virtude de ela ser irrefutável ou especulativa, uma vez que esta peculiaridade parece ser inerente à própria discussão em que está inserida.

Uma terceira crítica que poderia ser formulada contra nossa proposta consiste em afirmar que seria possível explicar os fenômenos que ela pretende explicar sem ter de admitir a existência da ideia de bem e dos fatos morais enquanto entidades do mundo 3. Sendo assim, não haveria razão alguma para sustentar o realismo moral que aqui foi proposto.

Antes de esboçarmos nossa defesa, temos que reconhecer que, na medida em que caracterizamos o bem como a ausência de problemas práticos⁴⁷ e os fatos morais como, por sua vez, como as soluções para tais problemas consideradas pelos seres humanos como as melhores em um dado momento, nós estamos fornecendo uma caracterização naturalista para tais noções. Ao fazer isso, nós estaríamos, aparentemente, permitindo, deixando aberta a possibilidade de serem simplesmente descartadas da explicação, tanto a ideia de bem, quanto os fatos morais. Ao que parece, poderíamos explicar pelo menos grande parte dos fenômenos que nossa proposta explica falando apenas em termos de problemas práticos e tentativas humanas de solucioná-los. Esta explicação, contudo, não seria capaz de captar a natureza que a moralidade tem para os seres humanos, ou seja, o que a moralidade é da perspectiva dos seres humanos.

Para compreender-se o que acabamos de afirmar, é preciso apresentar uma distinção que foi traçada por Christine Korsgaard (1996), da qual faremos uso aqui. Korsgaard (1996) distingue duas perspectivas, a perspectiva de terceira pessoa e a de primeira pessoa. A perspectiva de terceira pessoa seria aquela a partir da qual, tipicamente, as teorias científicas fornecem suas explicações, que coloca os seres humanos como um objeto ao lado dos demais objetos do mundo físico e explica, a partir de um ponto de vista externo, os fenômenos a ele relacionados. A perspectiva de primeira pessoa, por outro lado, seria a perspectiva do sujeito propriamente, como que uma visão a partir dele e, nesse sentido, interna, por assim dizer.

O que tentamos dizer acima é que uma explicação da moralidade que dispensa a ideia de bem e os fatos morais será uma explicação da perspectiva de terceira pessoa, uma explicação

⁴⁷ Entendidos como ameaças à sobrevivência e entraves para os seres humanos terem condições de vida ótimas.

sobre como os fenômenos morais são vistos a partir de fora da perspectiva humana. Uma explicação como essa pode até ser muito razoável e plausível, mas ela não parece conseguir captar o que a moralidade é para os seres humanos, como dito acima.

Nossa proposta não esteve preocupada em fornecer uma explicação a partir da perspectiva da primeira pessoa, mas procuramos sim fornecer uma explicação que tentasse captar o que a moralidade é para os seres humanos. Tentamos mostrar que, na realidade humana, há um lugar indelutável para a ideia de bem e para os fatos morais, ou seja, que, dentre tudo aquilo que os seres humanos consideram real, estão a ideia de bem e os fatos morais. Sem tais entidades, não compreenderemos o que move os seres humanos em sua prática morais, o que eles entendem que os está movendo.

Precisamos admitir a existência da ideia de bem e dos fatos morais, portanto, para explicarmos o que o fenômeno moral é da perspectiva humana e isto poderia ser ilustrado da seguinte maneira. Quando um agente moral deixa de praticar uma ação que lhe agradaria praticar para praticar outra que lhe é prescrita por um fato moral, ele não interpreta isso como a escolha de uma ação que evita problemas práticos, mas sim como a escolha da ação que é correta. Do mesmo modo, quando os seres humanos estão pondo em questão e revisando determinada norma ou princípio moral, eles não veem isso como a busca de melhores soluções para um problema prático, mas sim como a busca do bem, como uma tentativa de se aproximar dele. Sendo assim, uma explicação do que a moralidade é para os seres humanos não parece poder dispensar a ideia de bem e os fatos morais como entidade reais pertencentes ao mundo 3.

5.2.2 ALGUNS ASPECTOS POSITIVOS DA NOSSA PROPOSTA

Após termos discorrido sobre o que consideramos serem as debilidade ou aspectos negativos principais que podemos já detectar em nossa proposta, começaremos, agora, a apontar o que entendemos serem alguns aspectos positivos da mesma, a saber, que ela parece conseguir lidar de modo satisfatório com os principais problemas enfrentados pelo realismo moral e que ela parece se mostrar como uma proposta promissora, isto é, uma proposta que deixa aberta a possibilidade de, com seu futuro desenvolvimento, conseguirmos cumprir as três tarefas que, de acordo com Sayre-McCord, seriam cruciais para um realismo moral.

5.2.2.1 DE QUE MANEIRA O REALISMO MORAL DE MUNDO 3 LIDA COM OS PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELO REALISMO MORAL?

O realismo moral, de modo geral, sofre uma série de objeções, das quais apresentamos quatro das mais conhecidas e que qualquer abordagem realista sobre a moralidade deve ser capaz de dar conta. Sendo assim, vejamos de que modo o Realismo Moral de Mundo 3 pode responder a essas críticas.

5.2.2.1.1 Respostas aos argumentos da relatividade e da estranheza

Como demonstrado no capítulo anterior, a teoria aqui proposta não assume a discordância de posições como sendo algo problemático para o desenvolvimento moral, muito pelo contrário, é a tolerância frente aos diferentes pontos de vista que torna possível nosso progresso moral em direção à ideia de Bem. Uma vez que sejamos tolerantes a ponto de ouvir as diferentes opiniões morais e sejamos capazes de analisá-las de forma crítica, isto é, sem a crença cega e dogmática de que a perspectiva moral que ouvimos é verdadeira, estaremos aptos⁴⁸ a descobrir as opiniões falsas de modo a suprimi-las do nosso discurso moral atual e, conseqüentemente, buscarmos opiniões melhores que possivelmente estarão mais próximas da ideia de Bem, isto é, que tem maiores chances de serem opiniões realmente boas.

Tal resposta, ao mesmo tempo em que parece dirimir a objeção presente no argumento da relatividade, permite resolver outro problema atribuído às posições realistas que não tratamos no capítulo 2, a saber, que essas posições estariam comprometidas com uma espécie de absolutismo moral.

Segundo Shafer-Landau (2003, p.168), o absolutismo moral assume a existência de uma norma ou princípio moral absoluto e definitivo, sob a qual estariam os demais princípios morais que dele seriam derivados. Sob esse ponto de vista, teorias realistas sobre a moralidade levariam à intolerância com relação às diferentes perspectivas morais e, conseqüentemente, ao dogmatismo.

Sob o ponto de vista da teoria que propomos, não parece haver esse problema, uma vez que não há algo como uma norma ou princípio supremo e definitivo. Uma teoria de tipo platônico, que assumisse algo como o mundo das ideias de Platão poderia apresentar esse

⁴⁸ Estar apto a descobrir não é o mesmo que descobrir. Uma vez que não somos os “donos da verdade”, podemos nos enganar ao excluir uma opinião ou teoria como sendo uma daquelas que possuem a propriedade de ser boa. Contudo, cremos que nada impeça que uma opinião ou teoria excluída prematuramente não possa ser revista posteriormente.

problema, mas não é o caso da nossa proposta. Uma vez que, dada a falibilidade humana⁴⁹, jamais saberemos se alcançamos a ideia de Bem, não há nenhuma possibilidade de estipular uma norma ou princípio moral desse tipo. O que há são normas e princípios que se aproximam mais ou menos dessa ideia reguladora e, para que essa aproximação seja possível, devemos cultivar a tolerância e tentar aprender o máximo que nos for possível com as opiniões dos outros, inclusive com o absolutismo moral. Deste modo, o fato de haver uma entidade moral como a ideia de Bem, como a que é vista em nossa proposta, não acarreta a necessidade de haver uma norma como a que é descrita pelo absolutismo moral, o que dirime tanto o problema do absolutismo quanto o problema do dogmatismo.

Outro argumento contra o realismo moral, que foi apresentado no segundo capítulo, é o argumento da estranheza. Segundo esse argumento, propriedades morais seriam estranhas por possuírem uma qualidade que nenhuma outra propriedade do universo possui, o que exigiria a existência de uma faculdade cognitiva totalmente diferente daquelas que os seres humanos possuem. Tais características exigiriam que abandonássemos a ideia de que propriedades morais são reais.

Tal objeção será válida ou não dependendo de qual posição metafísica assumiremos. De um ponto de vista naturalista que seja também monista, isto é, que real é somente aquilo que é natural ou explicado pelas ciências naturais, é bastante aceitável que coisas como as propriedades morais não naturais sejam vistas como sendo estranhas. Ao aceitar essa perspectiva, afirmamos que não há nada que não seja natural ou redutível a propriedades naturais. Contudo, de um ponto de vista dualista ou pluralista, como é o nosso caso, tais propriedades não são consideradas estranhas. Embora não possamos excluir a possibilidade de que uma redução total possa vir a ocorrer, ainda há propriedades e eventos não completamente redutíveis a propriedades e eventos puramente naturais, que é o caso de alguns eventos ou fenômenos subjetivos, como as ideias e alguns tipos de sentimentos, ou, ainda, de entidades objetivas não materiais, como os números, propriedades teóricas da física e as leis da lógica por exemplo.

Ao utilizarmos a Teoria dos 3 Mundos de Popper como base metafísica para estabelecer o que são e onde podemos encontrar as entidades morais, explicamos de que modo podemos

⁴⁹ Segundo Brink, é possível assumir o falibilismo no campo da ética. Com relação a esse aspecto, assumimos uma posição semelhante à desse pensador quando ele afirma que “Um realista moral, portanto, deve considerar aqueles que não concordam com ele como estando enganados. Mas isso não implica que ele deve manter suas crenças morais dogmaticamente. Ele pode e deve manter uma mente aberta sobre questões morais, envolver a oposição no diálogo, e reavaliar suas evidências ao longo do tempo. Pois, como um realista, ele também pode ser um falibilista.” (BRINK. 1989, p.94)

conhecer e interagir com elas, o que, como vimos no capítulo anterior, ocorre de forma semelhante com todas as entidades que compõem o mundo 3, dentre as quais estariam as entidades teóricas da física, os números, os objetos e relações da lógica, mas também ideologias, princípios religiosos e, como já nos referimos, fatos morais. Segundo essa perspectiva, não se faz necessária uma nova faculdade cognitiva para que conheçamos fatos morais. É importante termos em mente, antes de tudo, que não nos é possível ter acesso epistêmico aos fatos morais de modo direto, imediato; nosso acesso epistêmico a eles dá-se sempre por intermédio de uma linguagem ou código, ou seja, de entidades do mundo 1 nas quais os fatos morais estão corporificados. Assim, é suficiente que compreendamos referida linguagem ou código para que conheçamos os fatos morais. Na prática, cada agente moral acaba aprendendo o rol de fatos morais através do aprendizado moral, o qual é ministrado pelos demais membros da sociedade em que está inserido. Neste aprendizado, é claro, a linguagem (falada, escrita ou mesmo gestual) tem um papel determinante.

5.2.2.1.2 Resposta ao problema da explicação

A terceira objeção, proposta por Harman, estipula que supor a existência de determinados fatos ou entidades nas ciências para explicar determinados fenômenos é muito diferente de supor que há algo como fatos e propriedades morais para explicar fenômenos morais. No caso da moralidade, afirma Harman, esses fatos ou propriedades não exercem nenhum papel causal nas explicações.

No tocante a primeira parte da objeção, como tratado anteriormente, concordamos que os métodos e o funcionamento da ciência diferem em larga medida dos métodos da ética. Ética e ciência, embora não possamos abdicar da ciência para tratar da ética, são coisas bem diferentes, tanto em relação aos seus objetos de estudo, quanto em relação aos métodos utilizados por cada uma dessas áreas. Contudo, embora concordemos em parte com a argumentação de Harman, discordamos de sua alegação de que propriedades e fatos morais não exercem papel causal nas explicações de fenômenos morais.

Segundo Harman, a suposição de entidades morais para a explicação de fenômenos morais é dispensável, pois podemos muito bem explicá-los apelando à psicologia dos agentes morais e às condições materiais objetivas que o cercam. Contudo, tal objeção parece sofrer de um problema semelhante ao argumento da estranheza de Mackie. Se assumirmos como ponto de partida uma perspectiva reducionista da nossa realidade, propriedades e fatos morais parecem mesmo ser descartáveis para explicar os fenômenos morais. Entretanto, se assumirmos

um ponto de partida distinto, no qual fatos morais são considerados entidades não naturais⁵⁰ e no qual a noção de emergência ou de propriedades emergentes estão presentes, cremos que isso mude de figura.

Como afirmamos no capítulo anterior, o mundo 3 é um produto emergente da evolução humana e, enquanto tal, não é redutível aos outros dois mundos. Isto quer dizer que é impossível, a partir das entidades que fazem parte do mundo 1 e do mundo 2, prever as entidades que emergirão no mundo 3. Essa tese permite que os seres humanos possam vir a criar teorias e hipóteses para a solução de problemas sem que essas soluções sejam moldadas e restritas ao mundo físico ou explicadas somente em termos fisicalistas. Tal abordagem possibilita dar ao ser humano maior liberdade de ação e criação em suas interações com a realidade.

Seguindo nossa concepção sobre a moralidade, o termo “correto” no contexto de um enunciado moral não se refere a uma propriedade, nem natural, nem não natural. Quando afirmamos que é correto salvar uma criança de ser assassinada, estamos dizendo que o ato de salvar a criança, ato este percebido no mundo 1, está em conformidade com o fato moral, contido no mundo 3, que prescreve como devemos agir e que emergiu a partir das necessidades que surgiram no decorrer do desenvolvimento humano, juntamente com o desenvolvimento da linguagem humana.

Uma vez que entidades do mundo 3 influenciam as ações humanas no mundo 1, isto é, que os seres humanos pautam suas ações fundamentados em ideias, teorias, ideologias, religiões, princípios e normas morais, essas entidades podem sim exercer papel causal nas explicações de fenômenos morais, ao contrário do que afirma Harman. Por exemplo, consideremos um sujeito que mata em nome de Deus. Embora não tenhamos acesso às crenças do indivíduo, sabemos que existem grupos religiosos que pregam a intolerância e a eliminação daqueles que são contrários às suas crenças. Nós podemos discordar dessa pregação, enquanto seus seguidores concordam e, nesse sentido, ela é objetiva e real, pois pode ser criticada e avaliada como um objeto. O que torna isso possível é ela não ser uma mera crença subjetiva, mas sim uma entidade pertencente ao mundo 3 na condição de um princípio religioso partilhado por aqueles sujeitos que pertencem à religião em questão. Contudo, ao ter contato com essa entidade do mundo 3,

⁵⁰ Segundo Miller (2003, p.147), Harman, criticando o uso do teste contrafactual como argumento para a defesa de que propriedades morais naturais exercem papel explicativo nos fenômenos morais, afirmou que propriedades e fatos morais, para exercer papel explicativo, devem ser redutíveis a propriedades e fatos não naturais. Uma vez que o realismo moral que propomos é do tipo não natural, a crítica de Harman não o influencia. Contudo, proporemos uma resposta devido à necessidade de abordar e reforçar alguns aspectos do Realismo Moral de Mundo 3.

o sujeito acima mencionado teve suas crenças modificadas ou reforçadas, o que o leva à ação física de matar aqueles que são contrários a essa doutrina, o que constitui um evento físico.

Se aceitarmos que essas entidades emergentes do mundo 3 exercem esse tipo de papel explicativo nos fenômenos, cabe indagar se tal explicação é melhor do que uma explicação em termos puramente naturais ou fisicistas. Cremos que aqui nossa explicação leva uma vantagem que parece ser bastante interessante e promissora. Ao buscarmos explicações em termos fisicistas, devemos elencar todas as características e propriedades naturais envolvidas no evento, bem como todos os estados mentais – de preferência reduzidos a estados físicos – que ocorreram no evento, contudo, muitas dessas características são inacessíveis para nós, o que inviabilizaria tal tarefa. Por outro lado, uma explicação fundamentada em entidades emergentes, como a que propomos, pode ignorar os detalhes que a nós são imperceptíveis e estipular, por meio da nossa razão, que nos afastamos ou aproximamos dela, se pensamos que a ação ou enunciado se aproxima ou não da ideia de bem.

Embora inicialmente estipulemos a realidade de um maior número de entidades do que uma teoria naturalista sobre a moralidade, essas entidades acabam por tornar nossas explicações mais econômicas, desprezando muitos detalhes até então inacessíveis a nós, e por fornecer uma explicação sobre o porquê de várias pessoas, mesmo que sejam física e psicologicamente distintas, atuarem de forma semelhante – elas seguem fatos morais socialmente difundidos.

Isso nos leva a outro ponto que consideramos vantajoso em nossa abordagem. Enquanto a explicação puramente naturalista parece não dar conta de forma satisfatória do caráter prescritivo e normativo da moralidade, a perspectiva moral apresentada por nós não apresenta esse problema, afinal, como tratado no capítulo anterior, entidades de mundo 3 têm como uma de suas características a capacidade de serem normativas e entidades ou fatos morais são prescrições sobre como devemos agir.

Se aceitarmos que entidades emergentes exercem papel causal nos eventos do mundo físico, que tais entidades proporcionam explicações mais econômicas e que, pelo menos, algumas delas possuem caráter normativo, essa perspectiva de mundo 3 parece ser bastante promissora, tanto por ser pragmática no tocante às explicações e por estabelecer o caráter normativo das entidades morais, quanto por permitir a descrição de fenômenos imprevistos por assumir o indeterminismo.

5.2.2.1.3 Resposta ao problema da superveniência

A quarta e última objeção que apresentamos no segundo capítulo é aquela advinda do argumento da superveniência. Para os realistas morais naturalistas, que afirmam que propriedades morais são propriedades naturais, a superveniência parece ser trivialmente assegurada, afinal, por definição, propriedades morais são propriedades naturais. Contudo, para os realistas morais não naturalistas, que afirmam que propriedades morais são não naturais e *sui generis*, a superveniência vincula propriedades de tipos muito diferentes, o que acaba por fazer surgir o problema de explicar como pode haver uma conexão necessária entre essas propriedades. O realista não naturalista tem, então, de responder a seguinte pergunta: se é plausível pensar que dois eventos com propriedades naturais idênticas devam ter, necessariamente, propriedades morais idênticas, então como explicar essa relação?

Tomemos Moore como exemplo. Estando diante de determinado evento, o agente moral, segundo o autor, intuirá as propriedades morais ali presentes. Estando diante de alguém torturando um cachorro, por exemplo, o agente intuirá, digamos, que esse ato é mau, que é moralmente errado. De acordo com a tese da superveniência das propriedades morais às naturais, se esse agente se deparar, em outra ocasião, com um evento semelhante, como alguém torturando um gato, por exemplo, terá de classificar este ato também como mau, como moralmente errado, sob pena de ser acusado de uma má compreensão dos conceitos morais, já que não há nenhuma diferença, do ponto de vista das propriedades naturais, que seja relevante para justificar a atribuição de propriedades morais distintas aos dois atos — uma vez que o que mudou foi apenas o animal, o local, o tempo e, quiçá, o sujeito que praticou o ato.

Contudo, a partir da concepção de Moore, não há nenhuma garantia de que o agente moral que está, no exemplo, realizando as avaliações morais irá, de fato, intuir, no segundo evento, a mesma propriedade moral que intuiu no primeiro. Não há tal garantia porque a concepção simplesmente não explica porque esse agente teria, necessariamente, de intuir a mesma propriedade moral no segundo evento. A carência desta explicação específica decorre, por sua vez, da carência de uma explicação geral de como propriedades morais, entendidas como propriedades não naturais, relacionam-se com propriedades de outros tipos, como as propriedades naturais. Essa lacuna explicativa terá como resultado que a superveniência das propriedades morais às naturais, algo que nos parece bastante plausível, torna-se algo misterioso, algo inexplicado na perspectiva mooreana.

A concepção de Moore foi aqui utilizada como exemplo, mas o mesmo desafio se impõe a outras concepções realistas de tipo não naturalista. Como a proposta apresentada neste

trabalho é de cunho realista e não naturalista, impõe-se tentar averiguar de que maneira ela lidaria com esse desafio. Como muito bem observado por A. Miller (2003), a concepção de Moore caracteriza-se como um cognitivismo forte, que, além de afirmar (como faz o cognitivismo de um modo geral) que juízos morais são portadores de verdade, sustenta também que

fazer um juízo moral pode ser o resultado do exercício de uma faculdade cognitiva: meu fazer um juízo moral correto pode estar baseado em detectar ou acessar os fatos morais não naturais, do mesmo modo que meu juízo de que há uma mesa na minha frente pode estar baseado em meu perceber que há uma mesa na minha frente. (MILLER, 2003, p. 31)

No caso de Moore, a faculdade cognitiva da qual os juízos morais resultam é a intuição moral. Assim, o agente avaliador do exemplo acima intui propriedades morais presentes em cada caso e forma um juízo moral. Segundo Miller, seria esta característica, especificamente, que traria dificuldades para posições como a de Moore explicarem, tornarem não misteriosa a superveniência das propriedades morais às propriedades naturais. O mesmo não parece ocorrer com a proposta presente neste trabalho, uma vez que não se trata de um cognitivismo forte como o de Moore.

Segundo a proposta deste trabalho, um juízo moral não é formado como resultado do exercício de uma faculdade cognitiva especial, como a intuição moral de Moore. Um juízo moral que determinado agente formula em um dado momento terá um valor de verdade, ou seja, será verdadeiro ou falso conforme corresponda ou não aos fatos morais pertencentes ao que estamos chamando de “mundo 3”. Estes fatos, como explicado anteriormente, foram criados pela humanidade ao longo de várias gerações e servem de parâmetro para determinar o valor de verdade dos juízos morais que cada agente em particular formula. Cada agente moral, ao nascer e crescer, recebe ensinamentos da sociedade a respeito de quais são os fatos morais presentes no mundo 3, isto é, ele é ensinado, ele é informado sobre quais tipos de ações são considerados moralmente corretos e quais são considerados moralmente incorretos. Ao se deparar com um evento em particular, digamos, alguém torturando um cachorro (para seguirmos o exemplo anterior), esse agente não intuirá a propriedade moral do ato particular que está sendo praticado, como diria Moore; esse agente aferirá se esse tipo de ação se encaixa em algum fato moral presente no mundo 3 (e em qual ele se encaixa). A partir disso, e não como resultado de alguma faculdade cognitiva especial, é que o agente poderá, porventura, chegar à conclusão de que o ato em questão é moralmente errado (ou correto).

Esta descrição de como os agentes morais formulariam seus juízos morais particulares parece lidar de forma não problemática com a tese da superveniência das propriedades morais em relação às propriedades naturais, sobretudo pela circunstância de que os fatos morais presentes no mundo 3 elencam tipos de ações corretas e tipos de ações incorretas e esses tipos de ação são estabelecidos, delimitados em termos de suas propriedades naturais em grande medida. Duas ações ocorridas concretamente, como torturar um cachorro e torturar um gato, por exemplo, devem ter propriedades naturais semelhantes para que sejam consideradas ações do mesmo tipo. A partir disso, ter propriedades naturais semelhantes é uma condição necessária para que duas ocorrências de ação possam ser consideradas do mesmo tipo. Em sendo do mesmo tipo, duas ocorrências de ação se encaixarão no mesmo fato moral no mundo 3 e, portanto, receberão a mesma avaliação moral. Esta explicação parece deixar claro que a tese da superveniência das propriedades morais às propriedades naturais está em completa harmonia com o realismo moral proposto neste trabalho, uma vez que não há a possibilidade de um agente moral competente (ou seja, que conhece os fatos morais presentes no mundo 3) atribuir propriedades morais distintas a ações com propriedades naturais idênticas, isto é, ações de mesmo tipo.

5.2.2.2 DE QUE MANEIRA O REALISMO MORAL DE MUNDO 3 PODERIA VIR A CUMPRIR AS TAREFAS CRUCIAIS IMPOSTAS AO REALISMO MORAL?

Sayre-McCord elenca três tarefas que, a seu ver, deveriam ser cumpridas por um realismo moral, a saber, (1) demonstrar de modo compreensível como fatos e propriedades morais se encaixam com os outros fatos no mundo; (2) demonstrar como esses fatos e propriedades são acessados de modo que se possa ter evidência quanto às crenças sobre eles e; finalmente (3) revelar os fatos morais como razões prováveis para agir, isto é, como elementos motivadores para a ação moral. Tentaremos mostrar, a partir de agora, de que maneira nossa proposta poderia vir a cumprir tais tarefas após receber maiores desenvolvimentos.

Em relação à tarefa de (1) demonstrar de modo compreensível como fatos e propriedades morais se encaixam com os outros fatos no mundo, poderíamos tentar cumpri-la da seguinte maneira. Do mesmo modo que Popper, afirmamos que a realidade humana é composta pela interação entre os três mundos apresentados no capítulo 3 deste trabalho, deste modo uma forma de demonstrar como os fatos morais se adequam a nossa realidade é através dessa interação. Uma vez que o mundo 1, ao alcançar um determinado grau de complexidade, permite que emergja o mundo 2 e que, através do aumento da complexidade que a interação entre

esses dois mundos causará, ocorrerá a emergência das funções superiores da linguagem e, conseqüentemente, do mundo 3, parece possível explicar de forma compreensível o papel que cada mundo exerce em nossa realidade. A Teoria dos Três Mundos explica como entidades do mundo 3 interagem e causam efeitos sobre o mundo 1, por meio do mundo 2, logo explica de que modo podemos acomodar as entidades abstratas objetivas, neste caso os fatos morais, de modo a que elas se “encaixem” com as demais entidades que compõem nossa realidade. Deste modo, cremos ser possível responder à primeira tarefa proposta por Sayre-McCord apelando à interação entre os três mundos e à noção de emergência que apresentamos nos capítulos anteriores.

No tocante à tarefa de (2) demonstrar como fatos e propriedades morais são acessados de modo que se possa ter evidência quanto às crenças sobre eles, poderíamos tentar cumpri-la desenvolvendo melhor e argumentando a favor do seguinte. As entidades morais do mundo 3 são acessadas e transmitidas por meio da linguagem, seja ela corporal, escrita, falada ou o que quer que seja utilizado para codificá-las. Como anteriormente explicado, cada indivíduo tomaria conhecimento dos fatos morais por meio do aprendizado moral, no qual recebe informações advindas dos demais membros da sociedade em que está inserido. E tais informações teriam de ser, inevitavelmente, veiculadas através de alguma linguagem ou código. Isso porque não seria possível aos seres humanos acessar os fatos morais de forma direta, imediata, sem que estejam corporificados em entidades do mundo 1.

Sobre a tarefa de (3) revelar os fatos morais como razões prováveis para agir, isto é, como elementos motivadores para a ação moral, podemos vir a cumpri-la explorando a ideia de que as entidades morais, assim como outras entidades do mundo 3, funcionariam como instituições normativas para os indivíduos. Ao apreender e assimilar criticamente tais entidades os indivíduos as assumiriam como sendo as melhores formas de agir, mesmo que isso se choque com seus desejos e crenças particulares. Embora ele nem sempre venha a agir do modo como regula a entidade moral, cometendo ocasionando, assim, um erro moral, as entidades morais, dada sua institucionalidade, poderiam ser consideradas razões prováveis para agir.

A partir do que acabamos de apresentar, então, parece ser possível afirmar que o Realismo Moral de Mundo 3 se mostra uma proposta promissora, isto é, uma proposta que deixa aberta a possibilidade de, com seu futuro desenvolvimento, conseguirmos cumprir as três tarefas que, de acordo com Sayre-McCord, seriam cruciais para um realismo moral. Além disso, nossa proposta parece lidar de modo bastante satisfatório com os principais problemas enfrentados pelo realismo moral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho, nosso objetivo foi o de desenvolver uma proposta de um tipo de realismo moral fundamentado na Teoria dos Três Mundos de Karl Popper, bem como o de demonstrar que esta é uma proposta viável e que poderia resultar em uma posição bastante atrativa no debate metaético contemporâneo.

Começamos por tentar demonstrar o porquê da nossa preferência pelo realismo moral. Uma vez que algumas das teorias não cognitivistas mais promissoras, ao tentarem resolver o problema Frege-Geach, passaram a guinar em direção ao cognitivismo e que, mesmo dentre as teorias cognitivistas, como é o caso da Teoria do Erro, não há um argumento contundente para abdicar do realismo moral, parece não haver razões suficientemente fortes para não assumirmos tal posição. Somado a isso temos que, pelo menos aparentemente, o realismo moral consegue captar o modo como utilizamos a linguagem moral, bem como a forma como lidamos com desacordos e como nos referimos, às vezes, a algo como o progresso moral. A partir do que foi demonstrado, cremos que, caso não tenhamos problemas com a metafísica que o realismo moral carrega consigo, o realismo moral é a posição mais promissora para explicar a forma como agimos e discursamos moralmente.

Porém, assumir o realismo ainda nos leva à necessidade de novas tomadas de decisões sobre qual abordagem realista é a mais apropriada. Poderíamos assumir um realismo moral naturalista, reducionista ou não reducionista, ou ainda um dos tipos de realismos não naturalistas, dos quais apresentamos três vertentes. Por assumirmos, de acordo com Korsgaard, que a normatividade é uma das características essenciais das propriedades morais, bem como por pensarmos que a moralidade é uma questão mais de filosofia do que de ciência, acabamos por considerar mais atrativa a abordagem não naturalista, especialmente aquela apresentada por Shafer-Landau, por três motivos específicos: ao contrário da posição mooreana, não requerer nenhum tipo de faculdade especial para o conhecimento dos fatos morais; por não estabelecer os fatos morais como sendo relacionados à vontade ou discurso divino; e por tratar a moralidade como objeto de estudo da filosofia.

Embora não tenhamos nos aprofundado especificamente sobre os problemas de cada uma dessas posições, devido aos problemas apresentados no capítulo 2, resolvemos sugerir um novo tipo de realismo porque, quiçá, essa nova proposta possa lidar melhor com esses problemas bem como explicar alguns aspectos da moralidade cotidiana de forma mais satisfatória, de modo a capturar a razoável maleabilidade da moralidade humana. Além disso,

pensamos que a teoria popperiana dos Três Mundos pode muito bem abarcar a moralidade como sendo um dos aspectos fundamentais da nossa cosmologia, possibilitando que possamos explicar qual o papel e o lugar da moralidade e da ética em nosso sistema cosmológico.

Visando apresentar os fundamentos dessa proposta, buscamos apresentar a Teoria dos Três Mundos de Karl Popper. Neste capítulo abordamos a noção de realidade do autor, buscando demonstrar de que modo consideramos que os fatos morais podem ser considerados reais. Além disso, por meio da apresentação dessa teoria, demonstramos de que forma outros aspectos da vida humana, que não os aspectos explicados pelo fisicalismo, podem emergir e vir a causar efeitos em nosso mundo físico objetivo, afinal, parece difícil negar que coisas como teorias, ideologias, instituições e, seguindo nossa proposta, fatos morais exerçam um papel bastante importante nas mudanças pelas quais nosso mundo físico é modificado. Além disso, ao apresentar a ideia popperiana sobre como emerge o mundo 2 em decorrência do aumento da complexidade no mundo 1 e, conseqüentemente, como emerge o mundo 3 em decorrência do surgimento e desenvolvimento das funções superiores da linguagem, torna-se possível também explicar de que modo teriam surgido os fatos morais e como esses fatos afetam nossa vida orgânica no mundo 1.

Tendo apresentado a base teórica que dá sustentação à proposta que buscamos desenvolver, passamos então a apresentar a formulação do realismo moral proposto. Inicialmente, ao acrescentar a ideia de bem ao rol de ideias reguladoras popperianas, propomos uma ideia que, em conjunto com a ideia de verdade e a ideia de validade, comporiam uma tríade que guia o comportamento racional humano seja ele relacionado à busca das melhores soluções para problemas morais, as descrições mais fidedignas dos fenômenos da natureza ou mesmo a avaliação crítica dos argumentos que nos apresentam. Como vimos, essa tríade funciona como um guia que estabelece, mesmo que de forma vaga e incerta, a direção que a atividade humana deve seguir. No caso da moralidade, especificamente, a ideia de bem é aquela que faz com que, mesmo que haja fatos morais instituídos, busquemos aperfeiçoá-los. Essa capacidade de modificar os fatos morais condiz com a maleabilidade da moralidade humana que ao longo de sua existência apresenta diferentes códigos morais em diferentes épocas e, mesmo em uma mesma época há diversas culturas com códigos morais diferentes, daí a necessidade de uma teoria que salvasse a possibilidade de não os engessar, de não os tornar peças de museu. Acreditamos que a proposta que desenvolvemos neste trabalho é bem sucedida nesse sentido, ao mesmo tempo que consegue sustentar as principais características do realismo moral, permitindo uma explicação intuitiva sobre como utilizamos a linguagem moral e ao que exatamente nos referimos quando a utilizamos. Além disso, não parece que nossa proposta seja

problemática com respeito à normatividade dos fatos morais nem, devido à interação entre os três mundos proposta por Popper e a noção de emergência, ter problemas para explicar a relação de superveniência, um dos principais problemas enfrentados pelas teorias realistas não naturalistas.

No último capítulo mostramos que a nossa proposta satisfaz as condições necessárias para que seja considerada um realismo moral, mais especificamente um realismo moral de cunho não naturalista, pois nela os fatos morais não podem ser tratados como objetos das ciências naturais e nem mesmo reduzidos a estes objetos. Além disso, apontamos algumas debilidades ou aspectos negativos que já identificamos em nossa proposta assim como alguns aspectos positivos da mesma. Após sopesar todos esses aspectos esperamos ter conseguido mostrar que seus aspectos positivos superam os negativos e que nossa proposta é suficientemente promissora a ponto de merecer um lugar no rol de posições metaéticas em disputa.

Além de tentar conquistar esse espaço nos debates contemporâneos em metaética, cremos que nossa proposta traga novidade para o debate sobre a obra e herança popperiana na filosofia, especialmente no tocante à cosmologia e à liberdade. Ao adotarmos a Teoria dos Três Mundos de Popper buscamos compreender o mundo, o que ele é e como ele funciona. Ao inserir a ética nessa teoria passamos também a abarcar um aspecto muito importante do nosso sistema cosmológico, a saber, o conhecimento sobre o quê, nesse sistema, nos possibilita que nos tornemos pessoas melhores e, neste sentido, uma teoria metaética parece ter que abarcar a possibilidade de que nossa moralidade é algo mais ou menos flexível. Essa é uma possibilidade que a teoria popperiana nos permite, ao mesmo tempo em que podemos aceitar que a moralidade é algo objetivo, normativo e que faz parte do nosso mundo, somos livres para criar e transformar nossa moralidade de modo a que ela não se torne um empecilho para que nos tornemos pessoas melhores.

Em última instância, a cosmologia anda de mãos dadas com a liberdade, buscamos compreender o mundo para termos maior liberdade e, conseqüentemente, aumentar a possibilidade de sermos pessoas melhores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARTIGAS, Mariano. Lógica y ética en Karl Popper. **Anuário Filosófico**, n. 34, pp. 101-118, 2001.
- AYER, A. J. A Critique of Ethics. In: **Language, Truth and Logic**. New York: Dover Publications, 1952.
- BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. **Sociology: A Biographical Approach**. Middlesex, England: Penguin Books, 1983.
- BICKLE, John. Multiple Realizability. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Spring 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2013/entries/multiple-realizability/>>.
- BLACKBURN, Simon. Antirealist Expressivism and Quasi-Realism. In: COPP, David (ed.). **The Oxford Handbook of Ethical Theory**. New York: Oxford University Press, 2006.
- _____. **Essays in Quasi-Realism**. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- _____. **Ethics: A Very Short Introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- _____. **Ruling Passions: A Theory of Practical Reasoning**. Oxford: Clarendon Press, 2000.
- _____. **Spreading the Word**. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- _____. **Truth: A Guide for the Perplexed**. Penguin Books, 2005.
- BOYD, Richard .N. How to Be a Moral Realist. In: SAYRE-MCCORD, G. (ed.). **Moral Realism**, pp. 307-356. Cornell University Press, 1988.
- BRANDT, Richard B. **Facts, Values, and Morality**. Cambridge University Press, 1996.
- BRINK, David O. **Moral Realism and the Foundations of Ethics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- CARNAP, Rudolph. **Testabilidade e significado**. Coleção Os Pensadores. Trad. Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1975.
- CHALMERS, David. Strong and Weak Emergence. In: P. Clayton and P. Davies (eds). **The Re-emergence of Emergence**, pp.244-254. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- CHURCHLAND, Paul M. **Matéria e consciência: uma introdução contemporânea à filosofia da mente**. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CLARK, Peter. Popper e o determinismo. In: O'HEAR, Anthony (Org.). **Karl Popper: filosofia e problemas**. Tradução Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CORVI, Roberta. **An introduction to the thought of Karl Popper**. Taylor & Francis e-library, 2005.
- COPP, David (Ed.). **The Oxford Handbook of Ethical Theory**. Oxford University Press, 2006.
- CUNEO, Terence. Recent Faces of Moral Nonnaturalism. In: **Philosophy Compass** 2/6, pp. 850-879: 2007.
- DUTRA, Luiz Henrique. **Introdução à teoria da ciência**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

- ENGEL, Pascal. **Truth**. Acumen Publishing Limited, 2002.
- FINLAY, Stephen. Recent Work on Normativity. In: **Analysis Reviews Vol 70**, number 2, pp. 331–346, 2010.
- FISHER, Andrew. **Metaethics: An Introduction**. Durham: Acumen Publishing Limited, 2011.
- FITZPATRICK, William. Morality and Evolutionary Biology. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Summer 2012 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2012/entries/morality-biology/>>.
- _____. Recent work on ethical realism. In: **Analysis Reviews Vol 69**, Number 4, pp. 746-460: October 2009.
- FRANKENA, W. K. **The naturalistic fallacy**. In: *Mind*, nº 48 (192), pp. 464-477, 1939.
- GEACH, Peter. Ascriptivism. **Philosophical Review** 69, pp. 221-225, 1960.
- _____. Assertion. **Philosophical Review** 74, pp. 449-465, 1965.
- GIBBARD, Allan. **Wise Choices, Apt Feelings: A Theory of Normative Judgment**. Harvard University Press, 1990.
- HARE, R.M. **Sorting Out Ethics**. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- _____. **The Language of Morals**. Oxford: Clarendon Press, 1991.
- HARMAN, Gilbert. **The Nature of Morality: An Introduction to Ethics**. Oxford University Press, 1977.
- HURSTHOUSE, Rosalind. **On Virtue Ethics**. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- JACKSON, Frank. **From Metaphysics to Ethics: A Defence of Conceptual Analysis**. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- JOYCE, Richard. **The Myth of Morality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- _____. **The Evolution of Morality**. Cambridge and London: The MIT Press, 2006.
- KENNY, Anthony. **Uma nova história da filosofia ocidental**. Volume IV: filosofia no mundo moderno. Trad. Carlos Alberto Bárbaro. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- KIRKHAM, Richard. **Theories of Truth: A Critical Introduction**. The MIT Press, 1995.
- KORSGAARD, C. M. Realism and Constructivism in Twenty-Century Moral Philosophy. In: **The Journal of Philosophical Research**. APA Centennial Supplement, Philosophy in America at the End of Century, pp. 99-120: 2003.
- _____. **Self-Constitution: Agency, Identity, and Integrity**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- _____. **The Sources of Normativity**. In: O. O’Neil (ed.), Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- LENMAN, James. Moral Naturalism. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Summer 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.), forthcoming URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2013/entries/naturalism-moral/>>.
- LEWIS, David. How to define theoretical terms. In: **The Journal of Philosophy, Vol. 67, No. 13**, pp. 427-446. Jul. 9, 1970.
- MACKIE, John L. **Ethics: Inventing Right and Wrong**. Penguin Books, 1990.
- MAGEE, Bryan. **As idéias de Popper**. São Paulo: Cultrix-Edusp, 1973.

- MEJÍA, Rafael M. **La selección racional del conocimiento: el darwinismo epistemológico** de Karl R. Popper. Manizales: Editorial Universidad de Caldas, 2006
- MILLER, Alexander. **An Introduction to Contemporary Metaethics**. Polity Press, 2003.
- _____. **Philosophy of Language**. London and New York: Taylor & Francis e-Library, 2007.
- _____. Realism. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Spring 2012 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2012/entries/realism/>>.
- MILLER, Christian. The Conditions of Moral Realism. In: **Journal of Philosophical Research**, Volume 34, 2009.
- MOORE, G. E. **Principia Ethica**. Digital Printing: Cambridge University Press. 1922.
- MURDOCH, Iris. The Sovereignty of Good over Other Concepts. In: **The Sovereignty of Good**, pp. 76-104. London: Ark Paperbacks, 1985.
- OLIVEIRA, Paulo Eduardo de. A base ética da filosofia de Karl Popper. **Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia**, v. 2, pp. 1-9, 2010.
- _____. **Da ética à ciência: uma nova leitura de Karl Popper**. São Paulo: Paulus, 2011.
- PLASTINO, Caetano Ernesto. **Realismo e anti-realismo acerca da ciência: considerações filosóficas sobre o valor cognitivo da ciência**. 1995. 119p. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- PLATÃO. Eutífron. In: **Diálogos. Coleção Os Pensadores**, pp. 31-54. Editora Nova Cultural LTDA, 1996.
- POPPER, Karl Raimund. **A Vida é Aprendizagem**. Lisboa: Edições 70, 2001.
- _____. **Conjecturas e refutações**. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1972.
- _____. **Autobiografia intelectual**. São Paulo: Cultrix-Edusp, 1977.
- _____. **A lógica da pesquisa científica**. Trad. Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix Ltda., 1999a.
- _____. **Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária**. Trad. Milton Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1999b.
- _____. **Em busca de um mundo melhor**. São Paulo: Martins, 2006;
- _____. **O mito do contexto: Em defesa da ciência e da racionalidade**. Lisboa: Edições 70, 1999.
- _____. **Textos escolhidos**. Org. David Miller. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed PUC-Rio, 2010.
- _____. Three worlds. **The Tanner lectures on human values**. The University of Michigan, 1978.
- _____. Toleration and Intellectual Responsibility. In: MENDUS, S; EDWARDS, D. (Eds.), **On Toleration**, pp.17-34. Oxford: Clarendon Press, 2001.
- POPPER, Karl R.; ECCLES, John C. **O eu e seu cérebro**. Trad. Sílvio Meneses Garcia, Helena Cristina F. Arantes e Aurélio Osmar C. de Oliveira. Campinas, SP: Ed. Papirus, 1991.
- QUINN, Philip L. Theological Voluntarism. In: **The Oxford Handbook of Ethical Theory**. Copp, D. (Ed.), pp. 63-90. Oxford University Press, 2006.

RAILTON, Peter. **Facts, Values, and Norms: Essays Toward a Morality of Consequence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

_____. Moral Realism. In: **The Philosophical Review**, Vol. 95, No. 2, pp. 163-207: Apr., 1986.

REID, Robert G.B. **Biological Emergences: Evolution by Natural Experiment**. Massachusetts: The MIT Press, 2007.

RIDGE, Michael. 2007. **Anti-Reductionism and Supervenience**. *Journal of Moral Philosophy*. 4.3: 330-348.

_____. Moral Non-Naturalism. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Winter 2010 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2010/entries/moral-non-naturalism/>>.

RUSE, Michael. Evolutionary ethics: A phoenix arisen. In: THOMPSON, Paul. **Issues in Evolutionary Ethics**. pp. 225-247. Excelsior Editions, 1995.

SAYRE-MCCORD, Geoff. Metaethics. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Spring 2012 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2012/entries/metaethics/>>.

_____. Moral Realism. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Summer 2011 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2011/entries/moral-realism/>>.

SCHROEDER, Mark. What is the Frege-Geach Problem? In: **Philosophy Compass** 3/4, pp. 703–720, 2008.

SHAFER-LANDAU, Russ. Ethics as Philosophy: A Defense of Ethical Nonnaturalism. In: **Metaethics after Moore**. Eds. Terry Horgan e Mark Timmons. Oxford: Clarendon Press, 2006.

_____. **Moral Realism: A Defence**. Oxford: Clarendon Press, 2003.

SMITH, Deborah C. Moral Realism, Skepticism and Anti-Realism: A Critical Analysis of the Criteria for Moral Realism. In: **Disputatio** 11, pp. 24-33, 2011.

SMITH, Michael. **The Moral Problem**. Blackwell Publishing Ltd, 1994.

STURGEON, Nicholas L. Moore on Ethical Naturalism. In: **Ethics** 113, pp. 528–556: April 2003.

_____. Moral Explanations. In: James Rachels (ed.), **Ethical Theory 1: The Question of Objectivity**. OUP Oxford, 1998.

THOMSON, Judith Jarvis; FISHER, Philip; NUSSBAUN, Martha C.; SCHNEEWIND, J. B.; SMITH, Barbara H. **Goodness and Advice**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

VAN ROOJEN, Mark. Moral Cognitivism vs. Non-Cognitivism. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Winter 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/win2013/entries/moral-cognitivism/>>.

WIERENGA, Edward. A defensible divine command theory. **Noûs** 17 (3):387-407. 1983.

Sites Mencionados:

<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/12/menino-indigena-de-2-anos-e-morto-em-rodoviaria-no-sul-de-sc.html>>. Acessado em 03 de janeiro 2016.

<http://opiniaoenoticia.com.br/vida/poligamia-causas-consequencias-e-curiosidades/l/>>. Acessado em 12 de janeiro 2016.